

INOVAÇÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO SOCIAL

**SUPERANDO
BARREIRAS PARA
GARANTIR A
PERMANÊNCIA NAS
ESCOLAS DO AMAPÁ**



FICHA TÉCNICA

Governo do Estado do Amapá

Clécio Luís Vilhena Vieira

Governador do Estado do Amapá

Antônio Pinheiro Teles Junior

Vice-governador do Estado do Amapá

Sandra Maria Martins Cardoso Casimiro

Secretária de Estado da Educação

Edilene Santos Abreu

Chefe de Gabinete da SEED

Antônia Costa Andrade

Secretária Adjunta de Políticas de Educação

Andréia Roberta Marques Viana

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Francisca Antonia da Costa Oliveira

Secretária Adjunta de Apoio à Gestão

Mariane dos Santos Sá

Coordenadora de Recursos Humanos

Jair Nascimento Borges

Gerente de Capacitação para Gestão Escolar

Liane Lima Monteiro Saarbach

Núcleo de Capacitação para Gestão Escolar

Suzanne Monteiro de Oliveira Santos

Núcleo de Capacitação para Gestão Escolar

Instituto Promundo

Diretor Executivo: Miguel Fontes

Diretor Adjunto: Luciano Ramos

Consultora Internacional de Programas: Luiza Tanuri

Consultor de Pesquisa e Monitoramento: Rodrigo Laro

Comunicação, Pesquisa e Formação: Bruna Martins

Comunicação: Mylena Tiodósio

Assistente de projetos: Clarisse Costa Republicano

Oficina de cocriação

Este material foi elaborado a partir de escutas com os seguintes profissionais em oficina de cocriação: Aldeni Melo de Oliveira, Clebson de Amorim Silveira, Dinamarta Vilhena Gonçalves, Edna Raimunda Moreira de Moraes Rodrigues, Fábio Lúcio da Silva Barreiros, Gutembergue Rodrigues Carvalho, Jair Nascimento Borges, Jamile Ruth Silva de Sena Barreto do Carmo, Julio César das Neves Amaral, Liane Lima Monteiro Saarbach, Márcia Cristiane da Silva Galindo, Marco Antônio Pinheiro da Silva, Maria Daurimar Gomes Moraes, Marlúcia Marques Fernandes, Marta Rosangela Costa dos Santos, Mariane dos Santos Sá, Nelma Simone Santana Rosa e Norma Dias dos Santos Barros.

Coordenação editorial

Bruna Martins, Clarisse Costa Republicano, Luciano Ramos, Luiza Tanuri e Priscila Pereira.

Produção de conteúdo

Bruna Martins, Clarisse Costa Republicano, Clebson de Amorim Silveira, Elda Maria Leal Vieira, Fábio Lucio da Silva Barreiros, Judenilson Teixeira Amador, Luciano Ramos, Luiza Tanuri, Márcia Cristiane da Silva Galindo, Maria Daurimar Gomes Moraes, Mariane dos Santos Sá, Marlúcia Marques Fernandes, Priscila Pereira e Suzanne Monteiro de Oliveira.

Revisão de conteúdo

Bruna Martins, Clarisse Costa Republicano, Luciano Ramos, Luiza Tanuri e Priscila Pereira.

Revisão de texto e copidesque

Sabrina Dias

Projeto gráfico e Ilustrações

REC Design



ÍNDICE

PREFÁCIO	6
APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	9
Evasão escolar: um desafio do tamanho do Brasil.....	9
Algumas reflexões sobre o contexto da educação Amapaense	16
Afetividade: o papel do educador na prevenção do abandono e evasão escolar	17
Atividade de imersão: mapeando a origem do problema.....	19
METODOLOGIAS DE ENSINO.....	27
Letramento educacional – metodologia essencial para o ensino e aprendizagem	27
A evasão escolar no contexto do Sistema Organizacional Modular de Ensino (SOME).....	29
A Educação de Jovens e Adultos.....	32
Atividade de imersão: Construindo pontes de escuta e acolhimento	34
RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS.....	37
Território.....	37
Multiculturalismo	39
Raça e racismo.....	41
Vieses inconscientes	43
Educação antirracista	45
Educação indígena x Educação escolar indígena: desafios e enfrentamentos na evasão escolar	47
Educação quilombola: a escola no contexto dos quilombos	50
Educação ribeirinha	55
Marcos legais da educação antirracista.....	57
Atividade de imersão: Nossa diversidade é nossa riqueza!.....	60

ACESSO A DIREITOS E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS	63
Sobre interseccionalidade: os marcadores que moldam nossa experiência humana	63
Gênero e Diversidade Sexual	67
Violências sexuais e violências de gênero.....	70
Como prevenir violências?.....	73
Acesso a direitos: as Redes de Proteção de Violências	75
Intersetorialidade: conhecendo o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.....	78
O despertar da acessibilidade na rede de ensino: direito a normalidade.....	83
Capacitismo	87
Atividade de imersão: Violências, discriminação e seus impactos	90
EDUCAÇÃO PARA EQUIDADE.....	93
Educação para a inclusão: promovendo o sucesso de todos os alunos	93
Meninas mães.....	96
Masculinidades	98
Desigualdades Socioeconômicas	100
Construção de redes de apoio para prevenção e mitigação de evasão/abandono escolar	103
Famílias na Escola: Juntos, construindo o Futuro dos Alunos.....	104
Atividade de imersão: Trabalhar para a equidade é dever de todos	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111

PREFÁCIO

Ser Governador de um Estado significa poder realizar alguns sonhos que estão em nossos corações. Um dos sonhos que sempre alimentei, como cidadão, foi a presença de todos e todas dentro da escola, aprendendo e se formando, merendando e desenhando. Enfim, realizando naquelas aulas, atividades que motivassem uma criança, um jovem e um adulto a intervir em seu mundo.

Sim, a palavra intervir é muito importante hoje, pois sabemos que há mais envolvimento quando nos sentimos chamados a mostrar nosso potencial. Eu tenho visitado muitos lugares do Amapá inteiro e conhecido alunos e alunas de diferentes escolas, em diferentes locais. Chama-me a atenção a enorme diferença dos fatores históricos, culturais, socioeconômicos e geográficos que nossas escolas retratam através das pessoas que lá atuam.

Em meio a tanta diversidade, sempre me pergunto: como garantir a presença efetiva de todos e todas? É sempre mais fácil desistir. Tenho medo dessa palavra. Então percebo que maior que o medo, é a coragem. É preciso coragem para lutar contra as adversidades que nos cercam e, muitas vezes, nos levam a não querer mais continuar. Então, hoje, eu faço um convite a você: vamos fazer da escola o principal espaço de proteção e desenvolvimento dos potenciais de nossos estudantes? Vamos verbalizar coragem e enfrentamento dos nossos medos? Afinal, isso significa ajudar cada estudante a sonhar mais e a conquistar mais, pois a escola do século XXI pode ser assim, o espaço da permanência e do respeito, formando toda uma sociedade mais acolhedora. Assim eu sonho para as nossas escolas do Amapá, como pai, cidadão, educador e Governador.

CLÉCIO LUÍS VILHENA VIEIRA

Governador do Estado do Amapá

APRESENTAÇÃO

Pensar a escola como um espaço é fundamental para que possamos formular políticas públicas de qualidade. Mas, então, que espaço é a escola?

A escola em primeiro lugar é um espaço de aprendizagem, e reconhecer esse papel desta Instituição tão marcante em nossas vidas é fundamental, pois sabemos que lá é um lugar para desenvolver nossos potenciais. Afinal, é na escola que se formam pessoas que vão exercer as mais diversas profissões e ajudar o mundo a ser melhor.

Mas a escola enquanto espaço físico é apenas uma visão que temos dela, já que antes de ser constituída por parede, tijolo, salas, ela é formada por PESSOAS. Cada um de nós fazemos a escola enquanto espaço. E esse espaço precisa ser de acolhimento e respeito.

Portanto, este Caderno pretende nos ajudar a tornar presente, dentro do espaço escolar, o sentimento de pertencimento que está diretamente ligado à percepção de que a escola é um ambiente protetivo, inclusivo e acolhedor de todos.

Cada olhar, cada gesto, cada palavra faz da escola um espaço de pluralidade. Então vamos fazer a nossa parte, para que a evasão e o abandono sejam problemas fora da escola do século XXI. Vamos ajudar a construir neste espaço físico – a escola – o lugar de todos nós, juntos e diferentes, misturados e felizes. Cada estudante é uma pessoa importante. E cada um precisa começar e terminar essa linda jornada de aprendizado que é a educação básica!

SANDRA MARIA MARTINS CARDOSO CASIMIRO

Secretária de Estado da Educação



INTRODUÇÃO

EVASÃO ESCOLAR: UM DESAFIO DO TAMANHO DO BRASIL

O artigo 6 da Constituição Federal de 1988¹ estabelece a educação como o primeiro dos direitos sociais do brasileiro, afirmando que é dever do Estado oferecer educação básica gratuita e garantir igualdade de condições para o acesso e a permanência dos estudantes. Entretanto, de acordo com os dados do “Censo Escolar da Educação Básica de 2022”², 1,04 milhão de estudantes entre os 04 e 17 anos estão fora da escola. Os maiores níveis de exclusão escolar estão entre crianças de 4 a 6 anos (que muitas vezes nem chegam a ser matriculadas), mas também são expressivas as taxas de evasão entre os adolescentes de 17 anos que abandonam a escola antes de completar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

A exclusão da escola é determinada por inúmeros fatores sociais que atravessam as famílias brasileiras, especialmente a pobreza. Segundo o relatório “As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil”³ divulgado pelo Unicef, em 2019 63% dos meninos e meninas brasileiras viviam a pobreza em suas múltiplas dimensões, desde a falta de saneamento à violência. A pandemia da COVID 19 trouxe ainda mais desafios a este quadro, considerando a dificuldade de acesso pelos estudantes às atividades escolares ministradas a distância, e a urgência dos adolescentes em complementar a renda familiar em tempos de crise econômica.

Crianças, adolescentes e jovens longe da escola se tornam um problema muito além do comprometimento no desenvolvimento cognitivo, intelectual e cultural destes indivíduos: é uma questão social. A escola é uma das instituições que compõem a chamada rede de

¹ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

² Disponível em https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf

³ Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/27216/file/multiple-dimensions-of-child-poverty-in-brazil.pdf>

proteção à infância e adolescência, um espaço central de acolhimento, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e de garantia de alimentação de qualidade, mas também um lugar estratégico para identificar, denunciar e prevenir diferentes formas de violência contra esta parcela da população.

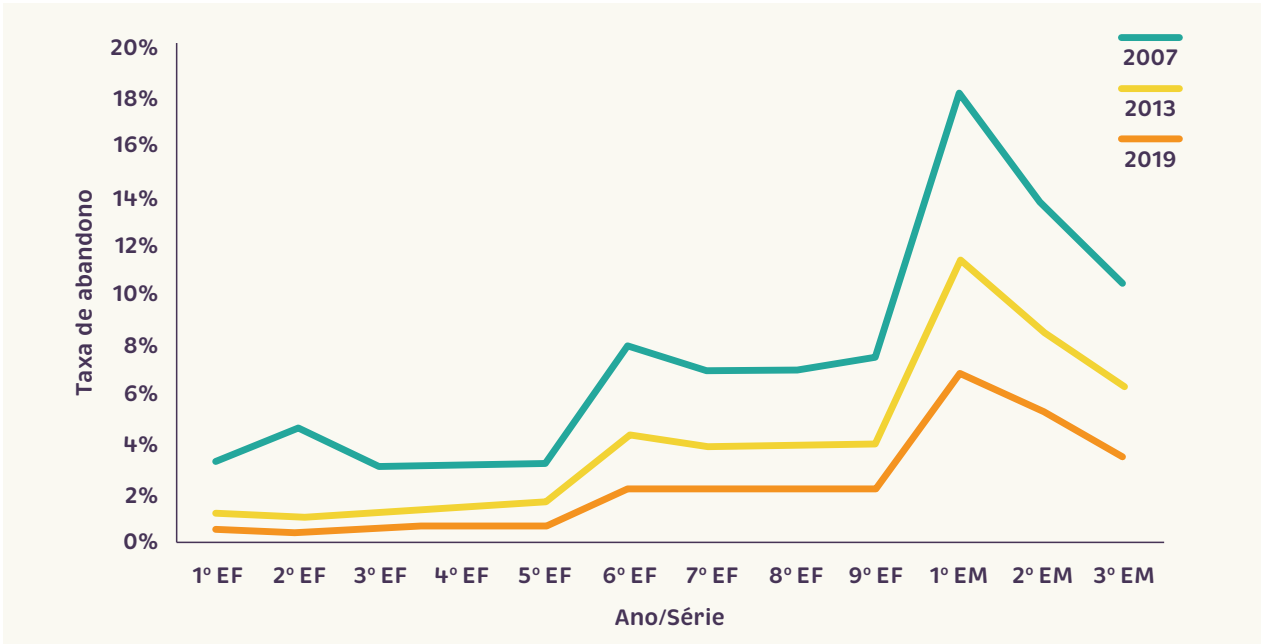
O ABANDONO E A EVASÃO ESCOLAR

Apesar do abandono e da evasão escolar serem termos comumente utilizados como sinônimos, eles se consolidam em problemas distintos (mas complementares). Para buscar alternativas ao esvaziamento das escolas brasileiras é preciso, primeiramente, compreender melhor o problema e entender a diferença entre estes conceitos.

Chamamos de abandono escolar quando um aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo. Ainda segundo o Censo Escolar de 2022, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 0,5% dos alunos abandonam a escola nos anos iniciais, 1,9% nos anos finais e 5,7% no Ensino Médio. A falta de suporte familiar à vida estudantil, as dificuldades de acesso à escola, o trabalho infantil (ou, entre os mais velhos, a necessidade de ingressar rapidamente no mercado de trabalho para contribuir financeiramente), a gravidez na adolescência, a falta de acessibilidade para alunos com necessidades especiais, bem como a violência urbana, intrafamiliar e dentro da escola são fatores que contribuem para este quadro.

Já a situação em que o estudante, seja reprovado ou aprovado, não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos no ano seguinte é entendida como evasão escolar. No Brasil, a evasão escolar aumenta na transição entre o 8º ano e o 9º ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, onde observamos as maiores taxas de evasão.

FIGURA A: TAXA DE ABADONO POR ANO/SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - BRASIL, REDE PÚBLICA



FONTE: “Diagnóstico do abandono e evasão escolar no Brasil”, de Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS). Disponível em <https://imdsbrasil.org/doc/ImdsA001-2022-Diagn%C3%B3sticoAbandonoEvas%C3%A3oEscolarBrasil.pdf>

A escola, enquanto local de socialização, é um espaço propício à reprodução de todo tipo de situação presente em nossa sociedade, inclusive situações de violência e de discriminação. O racismo, o machismo, a homofobia e as desigualdades sociais são obstáculos que acabam por limitar a vivência escolar, e o sentido de pertencimento a este espaço em toda sua potencialidade. Estas violências acontecem, muitas vezes, entre pares, entretanto, estigmas e preconceitos enraizados acabam por permitir que eles sofram estes processos discriminatórios também por parte da própria equipe da unidade escolar.

Quando isso acontece, estas violências se tornam ainda mais naturalizadas e simbólicas. Mascaram-se, muitas vezes, em brincadeiras e piadas sobre a localidade onde os estudantes moram, suas características físicas, a maneira como se vestem, seus cabelos, a orientação ou identidade sexual, pelas dificuldades que enfrentam para encontrar emprego, entre tantas outras ocorrências. Situações em que os alunos são tratados com descrédito por parte dos profissionais causam traumas e diminuição da autoestima, criando um sentimento de vergonha, medo e raiva.

Apesar de muitas vezes invisibilizadas no contexto escolar, a reprodução destes estigmas começa ainda na educação infantil e acabam por, no futuro, legitimar a reprodução de ciclos complexos de violência: professores que fazem uso de sua autoridade para humilhar alunos, violência física, psicológica e verbal de alunos contra professores, exclusões propositalmente de determinados estudantes, violências sexuais, *bullying*, racismo, homofobia, transfobia, violência de gênero, conflitos entre profissionais da instituição e contra os pais etc. Essas violências somadas ao longo do tempo, muitas vezes de forma silenciosa e/ou minimizadas, contribuem para o desinteresse, o abandono e a evasão de crianças,

adolescentes e jovens destes espaços. Não podemos esquecer também, como causa importante, o aumento recente de doenças psicológicas por causa do isolamento vivido na pandemia, vulnerabilidade dos territórios, excesso de exposição às telas, violência doméstica e entre pares, além do empobrecimento das famílias.

Enfrentar o desafio do abandono e da evasão escolar passa pela autorreflexão, a revisão de práticas já cristalizadas pela instituição e pela escuta ativa de alunos, professores, pais e demais profissionais da comunidade escolar. O sentimento de pertencimento está diretamente ligado à percepção de que a escola é um ambiente protetivo, inclusivo e acolhedor de todos. Por este motivo, um ambiente saudável de aprendizado começa justamente pelo entendimento de que os estudantes são diversos, com origens, histórias, gostos, identidades e crenças que precisam ser respeitadas. É preciso olhar para os desafios atuais enfrentados por eles e para os territórios em que vivem em sua complexidade, reunindo diferentes atores sociais para a criação de uma rede intersetorial que favoreça o enfrentamento dos diversos desafios impostos: profissionais da educação, da saúde, Assistência Social, famílias, estudantes e comunidade precisam atuar em conjunto e em estratégias permanentes, pensadas para a realidade de cada unidade escolar.

COMO ESTE CADERNO PODE APOIAR NESTA JORNADA?

Este caderno oferece reflexões sobre diferentes problemas e contextos sociais que impactam no abandono e na evasão em escolas do Brasil, com ênfase especial ao contexto do Amapá. Além de conteúdo teórico, ele oferece oficinas pedagógicas e sugestões de atividades que favorecem a escuta ativa e acolhedora das percepções de alunos, professores e gestores sobre o problema. Estas estão organizadas da seguinte forma:

ATIVIDADES DE IMERSÃO - percursos pedagógicos com duração de um tempo de aula e que podem ser adaptados para o trabalho com alunos, pais e equipe escolar. O objetivo destas atividades é auxiliar na identificação dos problemas enfrentados por cada unidade escolar.

- **ATIVIDADE 1:** Mapeando a origem do problema.
- **ATIVIDADE 2:** construindo pontes de escuta e acolhimento.
- **ATIVIDADE 3:** Nossa diversidade é a nossa riqueza!
- **ATIVIDADE 4:** Violências, discriminação e seus impactos.
- **ATIVIDADE 5:** Trabalhar para a equidade é dever de todos.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES - ao final de cada texto você encontrará sugestões simples de atividades para refletir sobre os temas abordados em sala de aula com alunos, pais ou com seus colegas educadores.

PARA SABER MAIS - sugestões de conteúdos complementares para aprofundamento dos temas abordados.

A expectativa é que estas reflexões teóricas e propostas pedagógicas possam apoiar a construção de diagnósticos participativos, planos de ação, rodas de diálogo, entre outras estratégias de enfrentamento ao abandono e à evasão escolar, adaptadas ao contexto amapaense e às especificidades de cada instituição.

IDENTIFICADAS AS ORIGENS DO PROBLEMA, ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PODEM SER APLICADAS EM LONGO PRAZO

Analisando a literatura sobre evasão a partir dos desafios contemporâneos do Brasil, a publicação “Combate à evasão no Ensino Médio: desafios e oportunidades”⁴ do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) apresenta cinco categorias que dialogam com os mecanismos que explicam o fenômeno da evasão escolar, e que também são áreas potenciais de intervenção com políticas para sua mitigação. Apesar de a publicação ser direcionada ao Ensino Médio, muitas das propostas dialogam com desafios enfrentados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. São elas:

FORMA DE ENFRENTAMENTO	FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR	AÇÕES PROPOSTAS
APOIO ÀS APRENDIZAGENS	• A reprovação e a repetência. • A “falta de interesse nos estudos”: o que é ensinado e como é ensinado. • Baixo aprendizado.	• Programas de reforço escolar em grupos reduzidos ou para toda a turma, tutoria personalizada. • Garantir a representatividade e o diálogo com o contexto local nos conteúdos utilizados. • Mediação de conflitos ou programas com foco no desenvolvimento das habilidades socioemocionais (apoio psicossocial).

⁴ Disponível em <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/combate-evacao-no-ensino-medio>

INCENTIVOS AO RETORNO OU À PERMANÊNCIA DO ALUNO	- Desigualdades sociais. - Violências raciais e de gênero. - Necessidade de trabalhar (renda imediata). - Maternidade precoce.	- Programas de incentivo financeiro com foco na permanência ou retorno dos estudantes. - Programas permanentes de melhoria do ambiente escolar e inclusão de diversidades na escola. - Escuta ativa dos alunos nas decisões da gestão escolar. - Bolsa de conclusão do ensino médio. - Programas de busca ativa com visitas às famílias.
APOIO À TRANSIÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO	- Desigualdades sociais - Violências raciais e de gênero - Necessidade de trabalhar (renda imediata).	- Oferecer atividades e conteúdos conectando o currículo com o contexto da comunidade e o mundo do trabalho. - Programas de aprendizagem, conforme Lei nº 10.087/2000. - Programas de estágio para os alunos. - Mapeamento das vocações econômicas locais para ofertar cursos técnicos e profissionais que estejam conectados com as demandas e oportunidades locais de emprego. - Implementar cursos de projeto de vida aos alunos ou programas de orientação profissional.

PROPOSTAS DE AMBIENTES DE APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO CURRICULAR	- Falta de interesse nos estudos - Baixo rendimento escolar - Frustrações escolares - Falta de motivação engajamento (perda de vínculo com os pares e sentido de pertencimento ao ambiente escolar)	- Ambientes de aprendizagem que estimulem o envolvimento ativo dos alunos com experiências da vida real, instiguem a problematização, a investigação, a invenção e a descoberta, autonomia, etc. - A exigência de novos currículos e sua implementação determinadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as possibilidades pedagógicas (incluindo temas relacionados à raça, gênero, direitos sexuais e reprodutivos, prevenção às violências, cidadania, etc).
APOIO À GESTÃO ESCOLAR E À VALORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE	- Clima escolar - Sucateamento da política pública (formação de professores, materiais, infraestrutura)	- Melhoria da gestão e do clima escolar - Organização e gestão do sistema escolar - Aproximação entre escola e família - Programas de incentivo à docência

FONTE: Inspirado nas categorias de enfrentamento à evasão escolar propostas pela publicação “Combate à evasão no Ensino Médio: desafios e oportunidades”, disponível em <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/combate-evasao-no-ensino-medio>

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMAPAENSE

O relatório “A Educação na Amazônia Legal - Diagnóstico e Pontos Críticos”⁵ constata que o cenário da educação básica e superior na região amazônica é marcado pelas baixas taxas de escolarização em praticamente toda a jornada educacional: da educação infantil ao ensino superior, o número de pessoas estudando na Amazônia é proporcionalmente menor do que o verificado no restante do país. A exceção fica a cargo do Ensino Fundamental, etapa em que as estatísticas da Amazônia são semelhantes as do restante do Brasil; e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que a procura é maior na Amazônia do que nas demais regiões.

Com uma população de aproximadamente 877 mil habitantes – segundo dados do IBGE de 2021⁶ – muitos são os desafios enfrentados pelo Estado do Amapá como a falta de infraestrutura adequada, a dependência de setores econômicos específicos, a desigualdade e a exclusão social, além da necessidade de investimentos em educação. De acordo com o “Anuário da educação básica” (2021)⁷, 20,2% dos alunos da rede pública do estado terminam o Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa. No Ensino Médio são 17,2%. Em Macapá, os patamares são de 23,6% e 21,1%, respectivamente. Além disso, 56 de cada 100 jovens do estado concluem o Ensino Médio até os 19 anos.

Apesar destes desafios, o estado do Amapá tem buscado avançar na área da educação. Investimentos têm sido feitos para melhorar a infraestrutura escolar, com a construção de novas unidades e reformas nas já existentes. Há programas de incentivo à permanência dos alunos no colégio por meio das escolas de tempo integral e investimento na formação continuada dos professores, buscando qualificar o ensino e melhorar a qualidade da educação oferecida. Além disso, concursos públicos têm sido realizados para suprir a demanda por professores, garantindo a presença de profissionais nas escolas.

A ESCOLA DO AMAPÁ NO CONTEXTO AMAZÔNICO

A educação, enquanto processo social, está intrinsecamente ligada ao contexto em que ocorre, sendo influenciada por fatores históricos, culturais, socioeconômicos e geográficos. Neste sentido, a realidade socioeconômica peculiar do Amapá também aponta desafios e precisa ser considerada no contexto educacional. Trata-se de um estado com uma rica diversidade cultural de sua população, que inclui comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, cada uma com suas tradições e costumes. Neste sentido, a educação amapaense precisa promover um currículo inclusivo, que valorize e respeite a cultura e

a identidade de seus povos originários. Deve perceber a região como parte da floresta amazônica, caracterizada por uma vasta biodiversidade e localizada nos territórios das águas, fundamentais para a vida e a subsistência das comunidades ribeirinhas.

Através da educação, é possível promover a conscientização sobre a importância desses recursos naturais, bem como incentivar práticas sustentáveis de uso e preservação. A educação amapaense pode ter um imenso potencial à medida que consiga se basear na vivência das comunidades tradicionais, a fim de despertar nos estudantes o interesse pela preservação ambiental e pela valorização da biodiversidade. Saberes como a pesca artesanal, a navegação fluvial, o conhecimento sobre as plantas medicinais e as técnicas de extrativismo sustentável, presentes nas comunidades tradicionais, podem contribuir para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a preservação do meio ambiente e com a valorização da diversidade cultural.

Trata-se de territórios ricos em cultura, tradições, conhecimentos ancestrais e resistência cultural, que podem ser incorporados no processo educativo de modo a valorizar a identidade local. A educação pode ser uma ferramenta poderosa para valorizar e fortalecer essas identidades, promovendo o respeito à diversidade e o reconhecimento dos direitos dessas comunidades. Pode incentivar a valorização da língua materna dos povos originários, a preservação dos saberes tradicionais e a promoção de práticas educativas contextualizadas e inclusivas.

Essa abordagem educativa possibilita a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva, onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial e contribuir para o progresso do estado do Amapá. É necessário considerar esses aspectos para criar políticas educacionais efetivas, que promovam a equidade, a inclusão e a valorização da diversidade cultural, contribuindo assim para o seu desenvolvimento humano e social.

AFETIVIDADE: O PAPEL DO EDUCADOR NA PREVENÇÃO DO ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR

Pode parecer óbvio, mas a escola que deixa de ser um ambiente de segurança e bem-estar para os alunos passa a ser hostil para a sua permanência. Uma escola sem compromisso com o olhar para o indivíduo passa a ser um microcosmos de nossa sociedade, onde se reproduzem violências e exclusões em larga escala: entre pares, entre alunos e professores, e da gestão com os diferentes atores da comunidade escolar. Além disso, em um país onde a maioria dos casos de violência contra crianças e adolescentes acontece dentro do ambiente doméstico, a escola é o principal espaço de proteção e encaminhamento de denúncias. Da mesma forma, o jovem fora da escola está mais exposto a se envolver em atos infracionais.

Ao negar este papel de proteção básica e permitir que estigmas e preconceitos enraizados em nossa sociedade contaminem a forma com que este aluno é tratado no ambiente escolar, a escola “vira as costas” para as suas questões socioemocionais e os contextos de

5 CRUZ, Tássia; PORTELLA, Juliana. A Educação na Amazônia Legal Diagnóstico e Pontos Críticos. Amazônia 30. Dezembro, 2020. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/12/AMZ2030-A-Educacao-na-Amazonia-Legal.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2023.

6 “IBGE: Amapá atinge 877 mil habitantes e deve superar 1 milhão em 2030”, em Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/08/27/ibge-amapa-atinge-877-mil-habitantes-e-deve-superar-1-milhao-em-2030.ghtml>

7 Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021 - Amapá (moderna.com.br). Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/estados-amapa.html>. Acesso em: 07 de out. de 2023.

vulnerabilidade em que estão inseridos. Alunos precisam ser vistos como sujeitos de direito no ambiente escolar, e não como objetos passivos de uma transmissão de conhecimento.

Segundo o professor Hugo Monteiro Ferreira (2022)⁸, o comportamento dos adolescentes e jovens é uma consequência do que a população fez e deixou de fazer com seus projetos civilizatórios. Não podemos negar que estamos diante de uma geração de jovens que vive um intenso sofrimento diante da realidade brasileira, da precarização do trabalho, das novas formas de socialização (especialmente as interações online) e das dores de crescimento em nossa sociedade. Neste sentido, pais e educadores precisam trabalhar a consciência emocional destes indivíduos em parceria, com cuidado, convivência, dialogicidade, amorosidade e promovendo o autoconhecimento dos mesmos.

Paulo Freire em sua obra “Pedagogia da Autonomia”⁹ defende a tese que “educar é um ato de amor”, afirmando a importância das relações afetivas na ação dos educadores. Para ele, a afetividade entre o aluno e o professor pode estimular o processo de aprendizagem, favorecendo a relação do aluno com as disciplinas curriculares. Quantos de nós, ao pensarmos na escolha de nossas carreiras profissionais, não nos lembramos de um professor que teve um papel determinante neste sentido? Relações positivas entre professores e alunos refletem na melhoria de notas, no enfrentamento da evasão escolar, no encaminhamento de violências aos quais estes alunos possam ter sido vítimas e na construção de projetos de vida.

Desta forma, pensar na garantia de direitos e no acolhimento escolar é pensar em promoção, reconhecimento, valorização, respeito à diversidade e às trajetórias pessoais desta parcela da população, possibilitando o desenvolvimento pleno deste indivíduo enquanto cidadão. Para ser democrática a escola precisa continuar sendo um espaço para todos, mas fundamentalmente que faça sentido para cada um, sem ser massificadora. Da mesma maneira, educadores precisam se perceber como agentes estratégicos deste acolhimento, que encaminhem apropriadamente os relatos de violência, sofrimentos socioemocionais e, ao mesmo tempo, respeitem as trajetórias, interesses, escolhas, origens, identidade de gênero, orientações sexuais, raça e etnia de seus alunos.

8 FERREIRA, Hugo Monteiro. *A geração do quarto: Quando crianças e adolescentes nos ensinam a amar*. Record, 2022.
9 FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 25. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

ATIVIDADE DE IMERSÃO: mapeando a origem do problema

OBJETIVO: Mapear os principais problemas enfrentados na escola, que podem estar causando situações de evasão escolar.

PÚBLICO: Alunos, professores e gestores das escolas públicas do Amapá.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Tabulação da pesquisa de clima, 5 folhas de papel pardo, canetas pilot, quadro ou *flipchart*.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: Esta é uma atividade que pode auxiliar a mapear os problemas enfrentados por alunos, professores e gestores dentro do contexto escolar, bem como sensibilizar para o enfrentamento dos mesmos. Ela pode ser realizada com estes grupos em separado ou em turmas mistas, mas o ideal é que representantes de todos os públicos citados participem em algum momento. A escuta e o acolhimento das questões que serão trazidas, sem críticas ou julgamentos, são primordiais para que ela alcance o objetivo proposto e para que possa gerar estratégias para ações futuras.

ETAPA 1: MAPEANDO PROBLEMAS NO ÂMBITO ESCOLAR (ANTES DO ENCONTRO PRESENCIAL)

Proponha a realização de uma pesquisa de clima com alunos e professores. Esta deve colher as percepções de alunos, professores e gestores sobre o ambiente escolar e os problemas principais a serem enfrentados.

É importante que todos se sintam convidados a contribuir de forma sincera e que ela ocorra de forma anônima. Seguem algumas sugestões de questionários simples que podem ser adaptados e/ou ampliados de acordo com as vivências locais:

PARA ALUNOS

DADOS DE MATRÍCULA	Manhã	Tarde	Noite
Turno em que está matriculado			
ASPECTOS	SIM	NÃO	ÀS VEZES / UM POUCO
O que aprendo na escola é útil na minha vida			
Eu me sinto feliz quando estou na escola			
Eu me sinto seguro quando estou na escola			
Tenho amigos na minha escola			
Tenho um professor ou gestor em que eu confio para dividir meus problemas e questões			
Eu me sinto só quando estou na escola			
Eu tenho uma boa relação com os meus colegas			
Há muitas relações de conflito entre os alunos			

Há muitas relações de conflito entre alunos e professores			
Há muitas relações de conflito entre alunos e a gestão escolar			
Eu já sofri violência física ou psicológica dentro da escola			
Eu confio na direção da minha escola para resolver os conflitos entre os alunos			
Eu confio na direção da minha escola para resolver os conflitos dos alunos com os professores			
Eu me sinto respeitado dentro da minha escola			
Todos os alunos são tratados da mesma maneira dentro da escola			
Eu já sofri bullying dentro da escola ou conheço quem já sofreu			
Eu já sofri racismo na escola ou conheço quem já sofreu			
Eu já sofri homofobia na escola ou conheço quem já sofreu			
Eu estou satisfeito com a qualidade das aulas que eu recebo			
Minha escola não tem problema com falta de professores			
Minha escola não tem problemas de infraestrutura (luz, água, equipamentos, merenda, etc)			
Consigo chegar e ir embora da minha escola tranquilamente			
Minha situação financeira já me atrapalhou / me atrapalha a continuar os estudos			
Minha situação familiar já me atrapalhou / me atrapalha a continuar os estudos			
Sua família é beneficiária em algum programa social como o Bolsa Família?			
Você ou algum familiar é acompanhado por algum Centro de Referência do Município como CRAS, CREAS e CAPS?			
Você precisa contribuir financeiramente para as despesas da sua família?			
Você precisa cuidar de outros membros da família como filhos, irmãos mais novos e idosos?			
Sua família faz as três refeições principais do dia (café da manhã, almoço e jantar)?			
Sua família se alimenta com carnes (bovina, frango) ou peixes regularmente?			
Sua família se alimenta com legumes, frutas e verduras regularmente?			
Eu já pensei em abandonar a escola			
Já me senti ansioso, estressado ou deprimido em relação a problemas que enfrentei na escola			
O que aprendo na minha escola fará diferença no meu futuro			

PARA PROFESSORES

ASPECTOS	SIM	NÃO	ÀS VEZES / UM POUCO
O que eu ensino aos meus alunos é importante na vida deles.			
Eu me sinto feliz quando estou na escola.			
Eu me sinto seguro quando estou na escola.			
Tenho amigos na escola em que trabalho.			
Estou sempre disponível aos meus alunos para que dividam seus problemas e questões comigo.			
Sinto-me à vontade em dividir meus problemas e questões com a gestão da escola em que trabalho.			
Eu me sinto só quando estou na escola.			
Eu tenho uma boa relação com os meus colegas.			
Há muitas relações de conflito entre os alunos.			
Há muitas relações de conflito entre alunos e professores.			
Há muitas relações de conflito entre alunos e a gestão escolar.			
Há muitas relações de conflito entre professores e a gestão escolar.			
Eu já sofri violência física ou psicológica dentro da escola.			
Eu confio na direção da escola em que trabalho para resolver os conflitos entre os alunos.			
Eu confio na direção da escola em que trabalho para resolver os conflitos dos alunos com os professores.			
Eu me sinto respeitado dentro da escola em que trabalho.			
Eu respeito as individualidades, particularidades e diversidade dos meus alunos.			
Todos os alunos são tratados da mesma maneira dentro da escola.			
Eu estou satisfeito com a qualidade das aulas que eu ofereço.			
Acredito que meus alunos estão satisfeitos com a qualidade das aulas que eu ofereço.			
A escola em que trabalho não tem problema de falta de professores.			
A escola em que trabalho não tem problemas de infraestrutura (luz, água, equipamentos, merenda etc.).			
Consigo chegar e ir embora da escola em que trabalho tranquilamente.			
Meus alunos se interessam pelo cotidiano escolar.			
Tenho uma boa relação com os pais de meus alunos.			
Sinto-me sobrecarregado em relação ao meu trabalho.			
Tenho suporte da minha gestão para o meu desenvolvimento enquanto profissional.			
Participo de formações para me atualizar sobre temas e problemas atuais enfrentados pelos alunos.			
Já tive problemas como ansiedade, stress ou depressão associados à rotina de trabalho.			

PARA GESTORES

ASPECTOS	SIM	NÃO	ÀS VEZES / UM POUCO
O que é ensinado na escola em que trabalho é importante na vida dos alunos.			
Eu me sinto feliz quando estou na escola.			
Eu me sinto seguro quando estou na escola.			
Tenho amigos na escola em que trabalho.			
Estou sempre disponível aos alunos para que dividam seus problemas e questões comigo.			
Estou sempre disponível aos professores para que dividam seus problemas e questões comigo.			
Eu me sinto só quando estou na escola.			
Eu tenho uma boa relação com os meus colegas.			
Há muitas relações de conflito entre os alunos.			
Há muitas relações de conflito entre alunos e professores.			
Há muitas relações de conflito entre alunos e a gestão escolar.			
Há muitas relações de conflito entre professores e a gestão escolar.			
Eu já sofri violência física ou psicológica dentro da escola.			
Eu confio no trabalho que desenvolvo para resolver os conflitos entre os alunos.			
Eu confio no trabalho que desenvolvo para resolver os conflitos dos alunos com os professores.			
Sinto-me respeitado dentro da escola em que trabalho.			
Os alunos são respeitados dentro das suas individualidades, particularidades e diversidade na escola em que trabalho.			
Todos os alunos são tratados da mesma maneira dentro da escola.			
Eu estou satisfeito com a qualidade das aulas que são oferecidas na escola em que trabalho.			
Acredito que os alunos estão satisfeitos com a qualidade das aulas que a escola oferece.			
A escola em que trabalho não tem problema de falta de professores.			
A escola em que trabalho não tem problemas de infraestrutura (luz, água, equipamentos, merenda etc.).			
Consigo chegar e ir embora da escola em que trabalho tranquilamente.			
Os alunos da escola em que trabalho se interessam pelo cotidiano escolar.			
Tenho uma boa relação com os pais dos alunos da escola.			
Sinto-me sobrecarregado em relação ao meu trabalho.			

Tenho suporte da secretaria de educação para o meu desenvolvimento enquanto profissional.			
Participo de formações para me atualizar sobre temas e problemas atuais enfrentados pelos alunos.			
Já tive problemas como ansiedade, stress ou depressão associados à rotina de trabalho.			

Os dados devem ser tabulados por grupos, a fim de que a visão de cada um possa ser contrastada.

ETAPA 2: A IMPORTÂNCIA DAS PONTES DE ACOLHIMENTO (10 MIN)

Ao chegar na sala, espalhe até 5 folhas de papel pardo de modo aleatório no chão. Convide os participantes para uma viagem em um tapete voador, que percorrerá vários lugares até chegar ao futuro. A viagem tem apenas uma regra de segurança: eles não podem colocar o pé ou qualquer parte do corpo no chão de maneira alguma. Ao seu sinal, a viagem começa...

Eles vão observando a paisagem e, em um determinado momento, os tapetes começam a dar problema no meio do voo. Para continuarem em segurança, todos devem virar o seu tapete, obedecendo à regra de segurança. Cada grupo buscará uma forma de virar o seu tapete – alguns pegarão outros membros no colo, contorcionismo etc. –, mas o ideal é que o grupo chegue à conclusão de que a maneira mais fácil de fazê-lo é pedindo ajuda para colegas dos outros grupos, de modo a pularem para os outros tapetes, virarem o seu e retornarem. Você não pode dar esta dica, eles precisam chegar a esta conclusão sozinhos.

Quando conseguirem terminar a tarefa, reflita com o grupo:

1. Como foi desempenhar a tarefa? Como se organizou para isso?
2. Foi mais fácil executar a tarefa sozinho ou com a ajuda dos outros grupos?
3. Como a gente pode relacionar esta dinâmica com o cotidiano da nossa escola?
4. O que precisamos para melhorar o ambiente escolar?
5. Quais redes de apoio podemos buscar para nos auxiliar?

ETAPA 3: CONHECENDO OS RESULTADOS DA PESQUISA DE CLIMA (20 MIN)

Comece essa etapa enfatizando com o grupo que esta será uma atividade muito importante para entender a percepção da escola e seus problemas, mas, para isso, precisam contar com o acolhimento de todos para o que será compartilhado.

Apresente para a turma o resultado da pesquisa de clima realizada na escola previamente, chamando atenção para os principais números e resultados, bem como a diferença de percepções do mesmo tema para grupos diferentes. Se possível, organize as informações em gráficos para facilitar a visualização dos dados. É interessante que todos, especialmente os alunos, participem da apresentação tirando suas dúvidas e fazendo as considerações que julgarem pertinentes.

ETAPA 4: REFLETINDO SOBRE O CENÁRIO E APONTANDO SOLUÇÕES (20 MIN)

Após a apresentação dos resultados da pesquisa de clima, divida a turma em quatro grupos para que façam rapidamente uma lista de prioridades, detalhando quais são os problemas mais importantes a serem enfrentados na escola. Cada grupo deve apresentar suas reflexões e a turma deve debatê-las para montar um ranking único, apontando algumas alternativas de prevenção e intervenção.

DICA

Para facilitar a realização e tabulação da pesquisa de clima da etapa 1, você também pode realizar a enquete utilizando ferramentas online que fornecem feedback em tempo real, como o Google forms ou o Mentimeter.



METODOLOGIAS DE ENSINO

LETRAMENTO EDUCACIONAL – METODOLOGIA ESSENCIAL PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM

A palavra letramento é um termo relativamente novo na linguagem da educação brasileira e é uma tradução para o português da palavra inglesa “literacy”, ou seja, sujeito letrado. Este termo surgiu em um contexto das transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, em que apenas saber ler e escrever não era mais suficiente para inserir o sujeito em sociedade, dando a plenitude de seus direitos e a conquista de seu espaço no meio social. Surge assim um indivíduo que não era considerado letrado, mas também não poderia ser descrito como um analfabeto, pois analfabeto é aquele que não lê e não escreve. Dessa forma, o termo letramento entrou em cena (SOARES, 2006)¹⁰, mas o que seria exatamente letramento?

Para delinear o conceito de letramento, primeiramente deve se reconhecer que letramento não é necessariamente o resultado de ensinar a ler e a escrever, ação que, por si só, não prepara o indivíduo para o mundo letrado, mas sim o uso dessa habilidade nas mais variadas práticas sociais, que necessitem de interpretação e do domínio da linguagem. Em resumo, letramento é um conjunto de conhecimentos necessários para uma participação ativa e competente na cultura escrita, ou seja, a habilidade de saber utilizar a leitura e a escrita nas mais variadas práticas sociais, as quais se pautam na linguagem como produto cultural e social. Portanto, o letramento possui duas dimensões:

uma individual e outra social. Na primeira o indivíduo adquire a tecnologia da leitura e da escrita, que envolve tanto as habilidades psicológicas como as linguísticas e, na segunda, se refere à maneira como os sujeitos participam de um conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita (Soares, 2010)¹¹.

¹⁰ SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

¹¹ SOARES, Maria Inês Bizzotto. *Alfabetização linguística: da teoria à prática*. Belo Horizonte: Dimensão, 2010.

Assim sendo, alfabetização e letramento são processos distintos, indissociáveis e interdependentes, referendados nos documentos norteadores da educação nacional e no Referencial Curricular Amapaense (RCA)¹², através da essencialidade de empregar nos currículos escolares o trabalho com gêneros textuais diversos. Estes representam uma construção histórica, cultural e ao mesmo tempo social, que contribuem para ordenar as atividades comunicativas da vida prática. Possibilitam que o aluno amplie suas compreensões acerca de diferentes assuntos e argumente sobre as mais variadas temáticas que demandem habilidades de uso competente de práticas comunicativas, fatores essenciais que, além de facilitar a vida cotidiana, motivam o aluno a permanecer na escola, pois o que se aprende em sala de aula passará a fazer sentido em sua vida prática.

Nesse sentido, a escola tem a função não só de ensinar ao aluno habilidades de leitura e escrita, mas promover um ensino que possibilite altos níveis de letramento, sendo necessário a ação de alfaetrar ou alfabetizar letrando, ensinar os códigos linguísticos sem perder de vista o contexto das práticas sociais de leitura e escrita. Estas são ações correlatas e que precisam caminhar juntas, porém estão se revelando como verdadeiros desafios para a educação pública do estado do Amapá. De acordo com as avaliações externas, o estado vem apresentando baixos índices de aprendizagens nas séries iniciais, acarretando dificuldades para a progressão de habilidades, insegurança e bloqueios de desenvolvimento, que contribuem para que a alfabetização aconteça cada vez mais tarde para a criança amapaense.

Os currículos escolares devem transcender a mera seleção dos conteúdos a serem ensinados para instituir ações com intencionalidades pedagógicas, cabendo ao professor o papel de mediador da aprendizagem de seus alunos, transformando a sala de aula em um ambiente dinâmico, cativante e estimulador, com escolhas de metodologias ativas que superem a transmissão mecânica de conhecimentos. Ou seja, apresentar atividades bem planejadas que coloquem o aluno no centro do processo, utilizar como base textos que circulem socialmente com o objetivo de facilitar a compreensão de conceitos, aprender informações novas e a argumentação sobre variados assuntos, viabilizando o desenvolvimento de novas habilidades que contribuam para a formação de um aluno com capacidade de intervir em seu contexto social.

Entretanto, para se colocar plenamente em prática a cultura do letramento nas escolas públicas, é necessária a superação de alguns desafios que permeiam a realidade dessas instituições e que se tornam verdadeiros entraves no processo educativo, interferindo de forma significativa na qualidade da educação que está sendo oferecida aos alunos. Entre os fatores que interferem na implementação da cultura do letramento está a dificuldade em mudar um olhar pedagógico em que se coloca o aluno como uma figura passiva da aprendizagem, um mero receptor das informações transmitidas pelo professor através de aulas expositivas cansativas e desestimulantes, cabendo ao aluno apenas memorização dos saberes. Outro ponto é a formação inadequada dos professores e a ausência de atualização pedagógica constante, que dificultam a adaptação dos currículos e das metodologias de ensino, frente às mudanças aceleradas do mundo moderno. Temos também outro fator preponderante que é a ausência de infraestrutura

adequada nas escolas, que vão desde a falta de locais específicos para determinadas atividades (como bibliotecas e laboratórios) até a falta de materiais pedagógicos para a realização de atividades em sala de aula.

Em vista disso, podemos dizer que a implementação do letramento nas escolas vai além da vontade e da escolha de metodologias pelo professor, envolve também um comprometimento maior do poder público com a qualidade da educação que está sendo oferecida aos alunos, principalmente aqueles das classes menos privilegiadas, com pouco acesso à informação e aos bens culturais da sociedade letrada. Não basta garantir apenas o acesso à educação básica, é necessário também garantir a qualidade desse ensino que está sendo oferecido, oportunizando ao aluno o desenvolvimento da competência e da melhoria do desempenho linguístico e crítico, com o propósito de atender as demandas sociais.

A EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DO SISTEMA ORGANIZACIONAL MODULAR DE ENSINO (SOME)

Segundo Riffel e Malacarne (2010)¹³, evasão é o ato de evadir-se, fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar. No caso da evasão escolar pode-se dizer que acontece quando o aluno deixa de frequentar as aulas, ou seja, abandona o ensino em decorrência de qualquer motivo.

De acordo com a UNICEF¹⁴, dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola e não completaram a educação básica, sendo o trabalho infantil e as dificuldades de aprendizagem os principais motivos da evasão escolar. Dados que não diferem do que mostra o IBGE¹⁵, apontam como principais motivos para os jovens terem abandonado ou nunca frequentado a escola, a necessidade de trabalhar, em 39,1% dos casos, seguido pelo não interesse (29,2%).

Em se tratando de evasão escolar no estado do Amapá, especialmente no Sistema Modular de Ensino (SOME), professores relatam que a evasão dos estudantes é uma situação muito preocupante, visto que tem implicações significativas no acesso e permanência na educação, no desenvolvimento dos estudantes, nas instituições de ensino e na sociedade em geral. De acordo com estes relatos, a flexibilização de dias letivos pelas poucas condições estruturais e de professores também impactam neste esvaziamento de salas de aula.

¹³ RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. *Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina*, PR, 2010.

¹⁴ “Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF”, de UNICEF. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>

¹⁵ “PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio”, de Agência IBGE. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>

¹² “Referencial Curricular Amapaense”, Base Nacional Comum Curricular. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_ap.pdf

O SOME E SEUS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Abordar o tema contextualizado para o SOME não é uma tarefa fácil pela pouca literatura existente, mas é necessário para apoiar os professores com estratégias que visam melhorar os índices educacionais do Estado. Sendo assim, é importante esclarecer um pouco mais sobre o funcionamento do SOME, destacando o que traz o corpo da lei nº 0949¹⁶, de 23 de dezembro de 2005, que dispõe sobre normas de funcionamento do Sistema Estadual de Educação, reestrutura o Grupo Magistério do Quadro de Pessoal do Governo do Estado do Amapá e organiza o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos profissionais da educação básica do Poder Executivo Estadual.

O art. 59, da referida lei, instituiu o Sistema Modular de Ensino estabelecendo:

Nas localidades do Estado em que não seja possível estruturar e colocar em funcionamento o ensino fundamental e médio regular será implantado, em caráter excepcional, o Sistema Modular de Ensino, desde que observadas as seguintes condições:

I - comprovação da existência de, pelo menos, 20 (vinte) alunos por série;

II - disponibilidade de alojamento ou local adequado para moradia dos professores;

III - existência de infraestrutura física compatível com o ambiente escolar.

A Secretaria de Estado da Educação instituiu a Portaria nº 177/2016¹⁷ – SEED, diante da necessidade de normatizar condutas e disciplinar atos dos gestores e/ou responsáveis pelas escolas, bem como de professores e servidores que desenvolvem suas ações em unidades de ensino estadual que são atendidas pelo Ensino Fundamental e Médio Modular.

De acordo como o art. 4º desta portaria, o professor do Ensino Modular ao apresentar-se na escola para o qual foi sorteado ou designado ficará sob a responsabilidade do Diretor Escolar nos aspectos: funcional, técnico, administrativo e pedagógico. Dito isto, o professor é corresponsável com a gestão pelo processo de ensino na unidade escolar para o qual foi direcionado pela mantenedora, visto que a gestão escolar, inclusive, a coordenação pedagógica, devem apoiar os professores com estratégias de ensino que resultem em aprendizagens nas diferentes necessidades dos estudantes, de acordo com seu nível de proficiência.

Para compreender o tema da evasão no contexto do SOME e aprofundar suas razões foi imprescindível explorar possíveis causas, suas consequências e oferecer algumas recomendações aos professores e gestores para enfrentar este problema.

Em se tratando das causas da evasão no SOME, elas podem variar significativamente. Os fatores observáveis mais comuns incluem: falta de interesse ou motivação dos alunos; dificuldades financeiras, visto que muitos priorizam o trabalho em tempo integral em detrimento da educação; problemas pessoais como problemas de saúde, familiares ou

emocionais; falta de apoio da família, da escola ou dos colegas, fazendo com que os alunos se sintam isolados e desistam; e a incompatibilidade de horários (alunos que têm compromissos em horários conflitantes com a escola apresentam dificuldades em frequentar as aulas).

A esse respeito, Aquino (1997)¹⁸ enfatiza que as causas da evasão escolar são imputadas a casualidades, levando a assuntos distantes do âmbito escolar, atribuídas a assuntos particulares e problemas sociais, como os apresentados acima. Com relação as várias consequências que a evasão escolar pode trazer estão as lacunas no aprendizado e no desenvolvimento integral dos alunos, reduzindo suas chances de sucesso futuro. Já para escolas, a evasão afeta diretamente a reputação, bem como a capacidade de cumprir sua missão educacional.

Com o intuito de combater a evasão no SOME, apresentam-se algumas estratégias eficazes que podem ser adotadas pelos profissionais e pela rede de ensino, tais como:

- Engajar a comunidade nas atividades escolares, a fim de fortalecer a relação aluno-escolar;
- Oferecer aconselhamento escolar e orientação no projeto de vida dos estudantes para ajudá-los a planejarem seus caminhos educacionais;
- Disponibilizar bolsas de estudo, por meio de programas de assistência financeira e social;
- Oferecer horários flexíveis de aulas ou opções de ensino a distância;
- Identificar os alunos em risco de evasão por meio do acompanhamento de seu desempenho escolar e oferecer intervenções personalizadas.

Conclui-se que a evasão de alunos matriculados no SOME é um desafio multifacetado que exige uma abordagem holística, requer ações imediatas e coordenadas pelos diversos profissionais envolvidos. É importante conjugar para identificar as causas da evasão de maneira efetiva e implementar estratégias eficazes, a fim de ajudar os alunos no seu desenvolvimento integral. Assim, as escolas podem melhorar significativamente as chances de permanência de alunos e promover um ambiente educacional mais saudável e produtivo.

16 AMAPÁ. LEI Nº 0949. Disponível em: <https://seadantigo.portal.ap.gov.br/legislacao/GRUPO%20MAGIST%C3%89RIO/Lei%20n%C2%BA%20%200949,%20de%2023%20de%20dezembro%20de%202005.pdf> acesso 02 de out. 2023

17 _____. Secretaria de Estado da Educação. Portaria nº 177/2016 – SEED/AP.

18 AQUINO, J. G. (Org.). In: *Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 91-110.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino que promove a inclusão educacional e social de estudantes que retomaram para concluir os estudos, promovendo qualificação, melhores oportunidades no mercado de trabalho, os meios para melhor compreensão da condição enquanto cidadão e a diminuição do abismo social que se difundiu por meio da desigualdade e exclusão no país. Não se trata de uma simples modalidade onde apenas alfabetiza-se, vai muito além, pois é preciso alfabetizar de forma crítica, possibilitando que o estudante pense, seja capaz de cumprir e exigir seus direitos como cidadão, que possa inferir na sociedade, tornando-a mais justa possível.

A cada início de ano letivo ocorre a matrícula de um grande número de estudantes na EJA, superlotando as salas de aula, entretanto, com o decorrer do tempo estas turmas se esvaziam. São pais, mães e trabalhadores desempregados que, por algum motivo, não tiveram acesso ou tiveram a necessidade de largar a escola. E que voltam em busca de aprendizado com suas responsabilidades e cobranças da sociedade. Apesar da necessidade, as questões sociais, políticas, culturais e pedagógicas se relacionam com esta nova evasão. O relatório “Direitos Humanos no Brasil em 2019” (ONU, 2019)¹⁹ apresenta dados, desde o ano de 2017, de denúncias e aumento da desigualdade social, cortes e ideologização da educação, genocídio da juventude negra e letalidade policial, discriminação contra as pessoas LGBTQIA+, desigualdade racial, violações dos direitos indígenas, entre outras violações.

Gadotti (2000)²⁰ e Santos (2003)²¹, destacam a inexistência da integralização na escola dos conteúdos da vida real e de contextualização dos mesmos com a prática social. Há interferência das metodologias, didática, trabalho, família, fatores econômicos que corroboram para o aumento do índice.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²², em 2020, 20,2% dos jovens de 14 a 29 anos não concluíram a Educação Básica, entre os quais 71,7% são negros (pretos e pardos). Já em relação às taxas de analfabetismo, apesar destas registrarem queda geral desde 2016, o país ainda possui 11 milhões de pessoas que não dominam plenamente a leitura e a escrita.

Os resultados do Censo Escolar de 2023 (INEP, 2023)²³ demonstram a violação de direitos subjacentes no Brasil, pois a EJA registrou a queda mais acentuada no número de matriculados entre todas as modalidades de educação, com redução de 8,3% em relação a 2019, o que corresponde a quase 270 mil estudantes a menos. Além disso, 1,5

milhão de estudantes entre 14 e 17 anos não frequentam mais a escola. Metade dos estudantes da EJA possuem menos de 30 anos (50,3% das matrículas), a maioria do sexo masculino (55%). Observa-se que as matrículas de estudantes acima de 30 anos são predominantemente do sexo feminino (58,9%). Pretos/pardos declarados no Ensino Fundamental representam 77,5%, e, no ensino médio, 69,3%. Os declarados brancos representam 20,2% da EJA de nível fundamental e 29,2% da EJA de nível médio.

A meta 10 prevista na Lei de Diretrizes e Bases - LDB (art. 37, § 2º e 3º)²⁴ e fortalecida pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024²⁵ – “oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de EJA na forma integrada à Educação Profissional, nos ensinos Fundamental e Médio” – está longe de se concretizar em uma realidade. Isto porque apenas 1,8% das matrículas cumpre a normativa, o que equivale a 0,5% das matrículas de EJA de Ensino Fundamental integrada à Educação Profissional, enquanto o percentual era de 3,6% para a EJA de Nível Médio.

Apesar de ser uma importante estratégia de controle social, é difícil a tarefa para concretizá-la, pois a meta é agravada pelas recentes Diretrizes Curriculares da EJA alinhadas à BNCC, por meio da Resolução CNE/CES nº 01 de 2021, que impõe mudanças curriculares que empobrecem e descaracterizam o currículo do EJA (BRASIL, 2021)²⁶.

Desta forma, considerando as realidades sociais do país, a desigualdade racial, econômica e de gênero, a EJA possui em seu perfil uma diversidade de especificidades, faixas etárias diversas, problemáticas e metodologias próprias que não só devem ser visibilizadas como também devem inspirar práticas pedagógicas e estratégias de gestão em todo o sistema de ensino, sobretudo no atual contexto de crise econômica. Para se alcançar uma equidade educacional, deve-se atingir as diferentes características e os contextos de grupos e indivíduos presentes na EJA, respeitando suas especificidades nos espaços de aprendizagens e disponibilizando recursos e estratégias que assegurem o direito ao seu acesso de forma igualitária. Neste contexto, Maria Clara di Pierro (2022)²⁷ ressalta que, para os estudantes continuarem na escola, faz-se necessário que a política da EJA crie programas, canalize recursos, invista em formação e em orientações curriculares para que os estados e municípios avancem, mas, principalmente, reconheça adolescentes, jovens e adultos como sujeitos de direito.

Para Paulo Freire (1996)²⁸ “ensinar exige a vigilância do bom senso”. Os profissionais da EJA precisam ter a base curricular alinhada com as expectativas e necessidades da multiplicidade de indivíduos que estão em sala de aula, formação adequada para atuar com as especificidades destes sujeitos que frequentam a EJA, e que os professores busquem incansavelmente estudos aprofundados a fim de proporcionar vínculos para que os estudantes se sintam acolhidos. Um esforço diário e contínuo de todos os agentes envolvidos.

19 ONU. Relatório Direitos Humanos no Brasil em 2019. 42ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

20 GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais do educador. Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 2000.

21 SANTOS, G.L. (2003). Quando adultos voltam para a escola: o delicado equilíbrio para obter êxito na tentativa de elevação da escolaridade. Em L. Soares (Org.). Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos (pp. 11-38). Belo Horizonte: Autêntica.

22 IBGE. Educação de Jovens e Adultos: a luta pelo direito à aprendizagem. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2020. Disponível: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/publicados-resultados-preliminares-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 3 de outubro de 2023.

23 INEP. Publicados resultados preliminares do Censo Escolar 2023. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/pesquisa?q=Taxa%20de%20evas%C3%A3o>. Acesso em: 3 de outubro de 2023.

24 Lei de diretrizes e bases da educação nacional, disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf

25 Plano Nacional de Educação (PNE), disponível em <https://pne.mec.gov.br/>

26 BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.

27 DI PIERRO, Maria Clara. A Educação de Jovens e Adultos é uma porta de reingresso no sistema educacional. Entrevista, jan. 2022. Disponível em: <https://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-uma-porta-de-reingresso-no-sistema-educacional>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

28 FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ATIVIDADE DE IMERSÃO:

Construindo pontes de escuta e acolhimento

OBJETIVO: Refletir sobre a importância da escuta ativa e a formação de vínculos dentro do contexto escolar.

PÚBLICO: professores e gestores da rede pública de ensino.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Tarjetas, canetas pilot, fita adesiva, computador, TV ou projetor.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

ETAPA 1: ABRINDO O BAÚ DAS NOSSAS MEMÓRIAS ESTUDANTIS (20 MIN)

Distribuir duas tarjetas para cada educador. Pedir para que cada um coloque nessas folhas:

Tarjeta 1: um marco pessoal que tenha a ver com sua vida escolar;

Tarjeta 2: um marco pessoal que tenha a ver com o início da vida profissional.

O grupo deve escrever suas histórias e colar as tarjetas em um painel com espaços divididos para cada uma das provocações. Faça uma leitura rápida das contribuições do grupo e agrupe as tarjetas de acordo com as suas proximidades. O objetivo de fazer com o que os educadores reflitam e rememorem seus anseios quando jovens, criando uma atmosfera de empatia com os alunos das unidades escolares em que atuam. Algumas perguntas para este momento:

1. Quais pontos essas histórias têm em comum?
2. Quem foram os personagens marcantes nas suas trajetórias profissionais?
3. Vocês reconhecem a relevância dos educadores na construção do projeto de futuro dos alunos?
4. A forma com que os seus professores se relacionavam com os alunos é a mesma

ETAPA 2: AS JUVENTUDES DE HOJE E O ESPAÇO ESCOLAR (20 MIN)

Exibir para o grupo o episódio “Moçada” da websérie Nunca Me Sonharam, do Instituto Unibanco. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tPRqUKsp5pE&list=PLggyRMb5eNeK7Oq2NA-lRr2FWrdTeBl1-&index=3>

Após a exibição do vídeo, reflita com o grupo sobre os desafios específicos dos alunos de hoje:

1. Que desafios os alunos de hoje enfrentam e que você não enfrentou em sua vida escolar? E profissional?
2. A escola acolhe suas reivindicações e problemas? Busca alternativas conjuntas com eles para enfrentá-las?
3. Como vocês contribuem para a criação de vínculos com os seus alunos? E para a permanência deles na escola?

ETAPA 3: CONSTRUINDO PONTES DE DIÁLOGO (10 MIN)

Encerre o encontro enfatizando que a escuta ativa é uma ferramenta muito importante para que o aluno se sinta acolhido e respeitado dentro do contexto escolar. Ela melhora a relação interpessoal, aumenta a confiança, fortalece a empatia recíproca, diminui os conflitos organizacionais e estimula o trabalho em equipe. Algumas dicas podem ajudar a aplicá-la no dia a dia:

PASSOS PARA UMA ESCUTA ATIVA

1. Garanta tempo para escutar o que o aluno tem a dizer, permita que ele finalize o raciocínio sem interrupções;
2. Olhe nos olhos e evite distrações;
3. Se interesse pelo todo do que está sendo relatado, evitando seletividade de aspectos;
4. Evite julgamentos prévios sem tentar impor seu ponto de vista, crenças ou afins;
5. Atente-se para a linguagem não verbal, ela pode indicar a presença de incômodos psíquicos em relação à história que está sendo contada ou outros aspectos de atenção.



RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

TERRITÓRIO

O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Milton Santos).

Ao olhar o significado da palavra em um dicionário de língua portuguesa, *território* aparece como sendo uma “grande extensão de terra” ou “área de município, distrito ou Estado etc.”. Muitas vezes, *território* é lido como sinônimo de *espaço*. Apesar de serem conceitos muito parecidos e estarem em conjunção, no sentido de que todo território é um espaço, não possuem o mesmo significado.

Contudo, o território é um conceito muito amplo que procura dar conta de vivências físicas, sociais, ambientais e culturais. É aqui que o indivíduo molda a si mesmo, se constrói. Em uma analogia, é na terra de seu território que o indivíduo finca suas raízes. Isso quer dizer que o território existe antes do sujeito e é construído coletiva e historicamente, e tal construção permanece e passa de geração em geração, para além do sujeito, que já nasce com essa base sólida que é o território. As comunidades se constroem e se perpetuam no território e ali manifestam suas culturas, mantêm suas trocas econômicas e de sobrevivência, manifestam suas crenças e se relacionam. Há um intenso debate entre estudiosos sobre o que significa esta palavra, não existindo um consenso, mas pensar na construção e nos usos dos diversos tipos de territórios existentes nos ajuda bastante no processo de compreensão das diferentes comunidades humanas.

Para além disso o território possui um teor politizado, porque é neste espaço que os agrupamentos sociais convivem e é nele que as desigualdades sociais se manifestam. Pense, por exemplo, no território nacional, a que chamamos Brasil. Ao nos determos neste território, veremos que há uma diversidade territorial imensa, derivada principalmente

da diversidade social e étnica que há neste país. Acrescenta-se o fato de que o Brasil é um país que passou por colonização, o que intensificou a transformação do território nacional ao longo dos séculos e a coexistência, nem sempre pacífica, de diversos grupos sociais, tais como indígenas, quilombolas, populações rurais e urbanas, ribeirinhos e outros tantos agrupamentos sociais brasileiros. No Amapá, não é diferente, já que é um Estado bastante pluriétnico.

Pensando em crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente aponta que:

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Neste sentido, toda criança nasce em um contexto territorial, tendo seu desenvolvimento associado à cultura, à educação, aos costumes e, sobretudo, às sabedorias próprias daquele território. Quando adolescente, sua socialização tende a acontecer com pessoas de seu convívio, que habitam aquele mesmo território, ou seja, com sua comunidade como um todo. Sua família, seguida por sua comunidade – que também estão localizadas e amparadas em um território – são suas primeiras e mais frequentes referências de grupos sociais. Assim, vivência e território estão interligados. Sua identidade é moldada a partir do seu território, bem como o seu pertencimento. O território é parte intrínseca daquela criança e daquele adolescente e fará parte dele enquanto ele estiver vivo, conforme indica o trecho do geógrafo Milton Santos que abre este texto.

No que concerne à educação, o território também precisa estar presente nela, para que o estudante possa se conectar ao espaço educativo e aos colegas de sala. Portanto, é papel do educador promover a coexistência de diferentes territórios e, consequentemente, de diferentes saberes no espaço em que educa. Praticar a escuta dos estudantes, se colocar neste lugar de aprendiz do território dos estudantes promove uma maior identificação do aluno ao local de aprendizagem, diminuindo a incidência de evasão escolar por uma sensação de não pertencimento ao território escolar, que se transforma em uma comunidade no cotidiano de crianças, jovens e adolescentes.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Projete em um papel pardo fixado na parede o mapa do município em que a escola está localizada. Os alunos devem contornar os limites do mapa com uma caneta, representar nele os diferentes locais que transitam e grupos de que fazem parte (escola, coletivos, igreja, projetos e movimentos sociais, esportes, amigos, família etc.), tentando representá-los no lugar do mapa onde cada um deles está localizado. Para tal podem fazer as intervenções que quiserem: usar fotos, desenhos, escrever etc. O objetivo é refletir com eles sobre sua relação com este território e as limitações de acesso a outras regiões.



PARA SABER MAIS:

- **ARTIGO** “Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica”, de Denison da Silva Ferreira. Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883/14380>
- **ARTIGO** “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”, de Paul E. Little. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871/7327>
- **ARTIGO** “Territórios Educacionais: os ambientes da infância”, de Marcella Duque e Letícia Brayner Ramalho. Disponível em <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/fce6886df651e11edbe6e5141d3afd01c/territorios-educacionais-os-ambientes-da-infancia.pdf>
- **ARTIGO** “A terra, o território e as diversas formas de ocupação: Quem fala da minha quebrada sou eu!”, de Marcelo Wasen. Caderno Maleta Juventudes, do Canal Futura. Disponível em <https://futura.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/solucao/maleta-juventudes>

MULTICULTURALISMO

O termo multiculturalismo é polissêmico. Em outras palavras, significa que é empregado com diferentes significados e em diferentes contextos. Para além da mera convivência, um ambiente multicultural promove o questionamento de um padrão cultural único e dominante. Vale destacar que há uma profusão de discussões acerca da definição deste conceito e que existem debates que sugerem que, melhor do que o prefixo “multi”, caberia mais o prefixo “inter”, que sugere não apenas a existência, mas, sobretudo, o diálogo intercultural, sem existência de hierarquias.

A fim de padronizar o que pretendemos neste capítulo, sugerimos a definição de multiculturalismo como sendo a abordagem que considera a existência de múltiplas e diferentes culturas, abrangendo relações sociais, conjuntos de saberes e práticas tradicionais, religiões e diversidades sociais e sexuais, quaisquer que sejam elas. O multiculturalismo, apesar disso, não somente deve reconhecer tais diferenças, mas considerá-las em todos os aspectos de uma sociedade, promovendo estratégias legais para que todos os grupos sociais sejam contemplados no ambiente escolar. Um exemplo prático do multiculturalismo em contexto educacional é a Lei de nº 10.639²⁹, promulgada em janeiro de 2003.

Neste sentido, no que diz respeito ao ambiente educacional, qualquer que seja este ambiente, o multiculturalismo promove uma convivência harmoniosa, pacífica e respeitosa das diversas vivências culturais e sociais dos indivíduos, considerando todos

²⁹ Lei alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

os aspectos da diversidade sociocultural. De uma maneira prática tem-se que, em um ambiente multicultural, se promove o ensino das tradições indígenas brasileiras, tradições negras, história do Brasil com enfoque nas populações antes invisibilizadas, não se restringindo a datas “comemorativas”, tais como Dia dos Indígenas ou Dia da Consciência Negra. Conforme aponta Ana Canen³⁰:

Ao lidar com o múltiplo, o diverso e o plural, o multiculturalismo encara as identidades plurais como a base de constituição das sociedades. Leva em consideração a pluralidade de raças, gêneros, religiões, saberes, culturas, linguagens e outras características identitárias para sugerir que a sociedade é múltipla e que tal multiplicidade deve ser incorporada em currículos e práticas pedagógicas.

No cenário brasileiro, resultante de choques culturais e de um processo colonizatório, o multiculturalismo engajado nos espaços escolares é de fundamental importância, uma vez que promove o acolhimento verdadeiro de estudantes que fazem parte de diferentes grupos sociais, promovendo-os a serem agentes de suas próprias histórias e fazendo com que não se sintam excluídos diante dos grupos que foram historicamente dominantes em lugares de poder.

No contexto amapaense, o multiculturalismo se propõe a formação continuada de educadores para que estes atuem como agentes transformadores do contexto educacional, integrando verdadeiramente, a partir de práticas pedagógicas e curriculares, todos os agrupamentos sociais existentes neste Estado. O multiculturalismo precisa estar presente em todas as práticas cotidianas do espaço escolar, desde a adaptação da linguagem utilizada em sala de aula, até o emprego de palavras que estejam presentes no cotidiano dos alunos e alunas, além de promover a conduta antirracista, igualitária e crítica do educador e da educadora em sala de aula. Portanto, ele pode ser entendido como uma mudança comportamental, onde o educador é o ponto de partida, já que este age como promotor da conduta multicultural.

A falta de perspectiva de grupos historicamente marginalizados e que tiveram o ensino formal negado ao longo da história pode resultar em evasão escolar, de maneira que a promoção do multiculturalismo é uma forte estratégia de contenção da desistência por parte dos estudantes.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Proponha à turma uma pesquisa sobre a diversidade cultural em duas etapas: na primeira, você pode separar os alunos em 5 grupos e cada um fica responsável por falar de uma região brasileira em seus diferentes aspectos (comidas típicas, danças, vestimentas, entre outros). Após a socialização desta primeira etapa, comece a montar com eles um grande painel com o resultado de suas pesquisas e proponha um novo desafio, agora voltado para a realidade do Amapá. Quem são os grupos que os compõem? De que grupos étnicos fazem parte? Em que regiões do estado estão localizados? Quais são seus costumes, alimentos típicos, valores

e moradia? Temos representações destes grupos na nossa escola ou na nossa comunidade? Além de completar o painel, uma grande mostra cultural sobre o estado pode ser realizada.



PARA SABER MAIS:

- **ARTIGO** “Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais”, Reinaldo Matias Fleuri. Presente no livro “Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa”, organizado por Vera Maria Candau. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/184780/lc_2000_FLEURI_MultiInterculturalismo.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- **ARTIGO** “O multiculturalismo na educação”, de Bruno Freitas Santos. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/9647>

RAÇA E RACISMO

CONCEITO DE RAÇA

O conceito de raça é extremamente complexo e apresenta uma gama vasta de estudos no campo das ciências sociais. É crucial entender que o conceito de raça não se ampara na biologia. Logo, ele não é um conceito biológico. Sociologicamente, o conceito tenta abarcar a ideia de nação e categorizar os humanos por meio de suas características físicas (fenotípicas) ou grupos vistos como distintos dentro de uma determinada sociedade.

As teorias relacionadas às diferentes raças humanas surgiram entre os séculos XVIII e XIX e tiveram como o “pai do racismo moderno” o filósofo Joseph Arthur de Gobineau – considerado um dos mais relevantes racistas daquele período histórico. Gobineau defendeu a ideia da superioridade branca.

As teorias raciais emergem como forma de justificar o imperialismo europeu. Ali nasce a ideia de legitimar a violência branca europeia sobre o restante do mundo, para assim, subjugar outros povos a partir da ideia de superioridade racial. Este conceito se alastrou por todo o mundo até a Segunda Guerra Mundial quando o nazismo elevou em grandes proporções a violência baseada no ódio de um grupo racial que se percebia superior em relação a outro.

E, AFINAL, O QUE É RACISMO?

O racismo é a crença de que um determinado grupo racial possui mais valor do que o outro. Essa ideia de valoração está baseada em traços físicos e outros traços do comportamento humano.

O racismo hierarquiza as relações raciais. E, no Brasil, as pessoas negras e indígenas sempre foram postas, forçadamente, nos espaços de inferioridade. Elementos como a cor da pele, os traços físicos, a cultura, a religiosidade, entre outros aspectos foram e são utilizados como base para a prática do racismo.

30 CANEN, Ana. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. Comunicação e política, v. 25, n. 2, p. 91-107, 2007.

É importante lembrar que o racismo, ainda que em muitas situações, se aplique na prática interpessoal se dá por meio da violência em relação a uma coletividade. Dessa forma, não é possível dizer que há racismo reverso. Assim como não é possível confundir o racismo com o *bullying*.

BRANQUITUDE

Segundo a intelectual brasileira Cida Bento³¹, branquitude é um sistema racializado onde os brancos são postos como ser universal, tendo o mundo moldado a partir de suas existências e sem carência de nenhuma explicação para as ações racistas que praticam no cotidiano.

A naturalização dos brancos ocupando espaços de superioridade; a suspeição posta sobre os indivíduos negros; as violências a que pessoas negras e indígenas são submetidas, por exemplo, são performances da branquitude no mundo. Discutir sobre branquitude é, também, racializar os indivíduos brancos que, historicamente, nunca se perceberam como pertencentes a uma raça. Este é um elemento chave para a redução das situações de racismo.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Pergunte a turma se eles conseguem perceber algum tratamento diferenciado entre pessoas negras, indígenas e brancas no Brasil. Em que aspectos? De que forma esta diferenciação impacta sua liberdade de ir e vir, sua vida educacional e nas escolhas profissionais? Exiba na sequência o vídeo da campanha “Teste de Imagem” (disponível em https://www.youtube.com/watch?v=5F_atkP3pqs) e encerre trabalhando com a turma os conceitos de raça, racismo e branquitude.



PARA SABER MAIS:

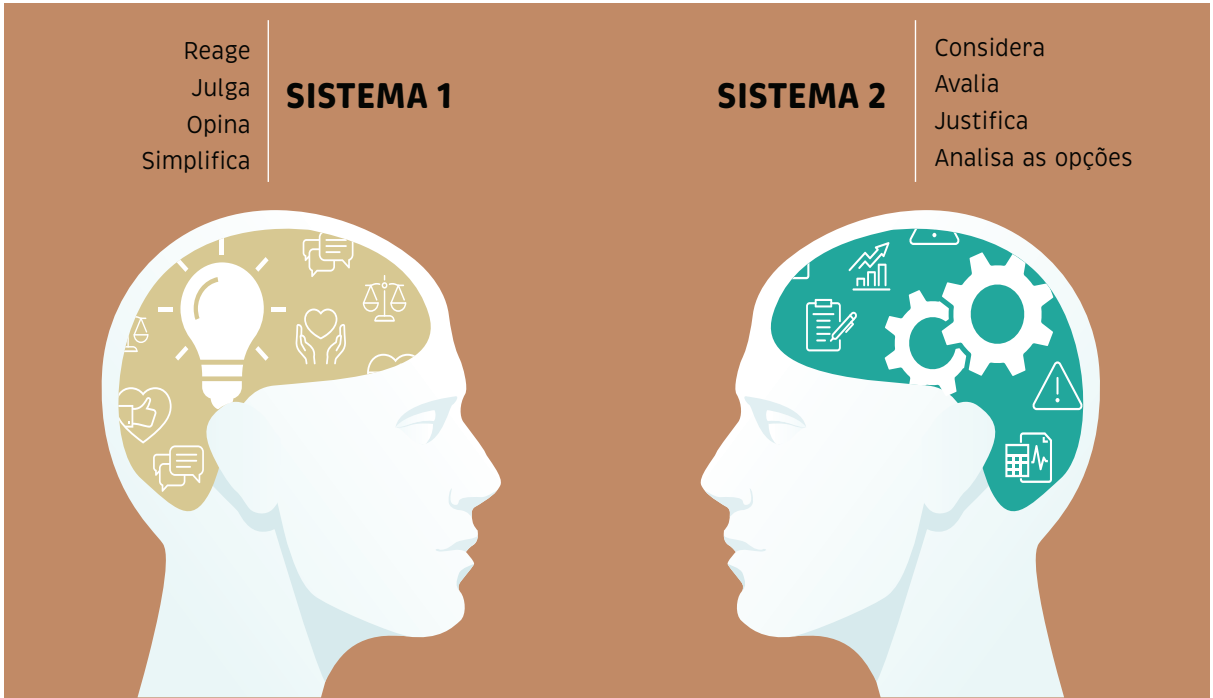
- **PESQUISA** “Percepções sobre o racismo no Brasil”, do Instituto de Referência Negra Peregrum, Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista) e IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica). Disponível em <https://percepcaosobreracismo.org.br/>
- **LIVRO** “Racismo estrutural”, de Silvio de Almeida. Disponível em https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf
- **ARTIGO** “Educação infantil, igualdade racial e diversidade”, de Maria Aparecida Silva Bento. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf

31 “O Pacto da Branquitude”, de Cida Bento. Companhia das Letras, 2022.

VIESES INCONSCIENTES

Os vieses inconscientes são conjuntos de associações elaborados desde a primeira infância, através das vivências e aprendizados baseados na cultura e ambiente, que influenciam na forma que o indivíduo percebe, interpreta e age, a partir dos estereótipos, em relação as outras pessoas. Os vieses inconscientes se apresentam como pensamentos tendenciosos no cotidiano sobre um determinado grupo de pessoas, que acabam por nos levar a decisões ou comportamentos estigmatizantes e prejudiciais.

É importante entender que todas as pessoas carregam consigo os vieses inconscientes, e para enfrentá-los, é preciso reconhecer sua existência e tentar mudar estas tendências e comportamentos.



FONTE: Inspirado de quadro retirado do site <https://rbtcss.medium.com/https-medium-com-rbtcss-vies-inconsciente-nas-interfaces-conversacionais-608c247b05af>

OS TIPOS DE VIESES INCONSCIENTES

1. Viés de afinidade - tendência de avaliar melhor aqueles que se parecem conosco.
2. Viés de percepção - quando as pessoas acreditam e reforçam estereótipos sem bases concretas em fatos.
3. Viés de confirmação - disposição para procurar informações que confirmem nossas hipóteses iniciais e ignoram outras que colocam em dúvidas nossas crenças.
4. Viés de auréola - uma só informação positiva ou agradável torna o indivíduo muito mais disposto a avaliar positivamente o restante das informações, mesmo que não o sejam.
5. Efeito de grupo - tendência de seguir o comportamento do grupo para não desviar do padrão vigente.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

No quadro ou em uma folha de *flipchart* separe duas colunas. Na primeira coloque o título “poderosos” e na outra “alvo”. Peça ao grupo que liste exemplos de grupos poderosos e, ao lado, os seus principais “alvos”. Inevitavelmente os marcadores de sexo, raça, idade, religião, classe e orientação sexual aparecerão definidos. Reflita com o grupo de que forma o comportamento e as atitudes opressivas das pessoas tidas como “poderosas” impactam e são internalizadas pelos grupos “alvo”, determinando a maneira com que são tratadas em sociedade e como se sentem. Termine o encontro trazendo estas percepções para o contexto escolar, sobre como estas dinâmicas se refletem dentro das instituições de ensino e como podemos romper estes vieses inconscientes.



PARA SABER MAIS:

- **CADERNO** “PIA – Primeira Infância Antirracista: Primeiras infâncias negras e a Educação” do Instituto Promundo e Unicef. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/23876/file>
- **CADERNO** “Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina ‘Vieses Inconscientes’”, de PWC, Insper, Mulher 360 e Onu Mulheres. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Vieses_inconscientes_16_digital.pdf
- **LIVRO** “Raça e educação: uma articulação incipiente” de Regina Pahim Pinto. Disponível em <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1001/1010>

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A principal estratégia para reduzir o racismo vivenciado por crianças, adolescentes e jovens no ambiente educacional é a educação antirracista. Ela é uma ferramenta essencial para a criação de uma escola mais equitativa racialmente e com menos violências baseadas em desigualdades raciais. Na prática, a educação fundamentada no antirracismo mostra aos estudantes negros e indígenas que aquele ambiente é, também, deles. Pode parecer muito duro o que vou escrever a seguir, mas estudantes negros e indígenas passam a vida toda entendendo que a escola não foi feita para eles. Já que todos os tipos de violências baseadas no racismo ocorrem neste ambiente que, por excelência, deveria ser um espaço de acolhimento e de fomento do saber.

O trabalho fundamentado na educação antirracista combate as microagressões e o racismo sistêmico, ao criar um ambiente saudável para estudantes não brancos. Vale ressaltar que educação antirracista é para toda comunidade escolar, incluindo e tendo como perspectiva fundamental esta inclusão, as pessoas brancas.

COMO IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA?

1. Promovendo letramento racial - se organiza por meio de um conjunto de práticas que reeduca racialmente as pessoas para criar o estranhamento e desnaturalizar práticas racistas normalizadas no cotidiano.
2. Promovendo consciência racial - construir um ambiente em que estudantes e demais membros da comunidade escolar percebam a valorização dos aspectos culturais de origem africana e indígena.
3. Promovendo autoestima - valorização dos traços negroides e indígenas; valorização do saber e das intelectualidades presentes nas culturas dos povos negros e indígenas.
4. Intencionalidade - ponto de partida para a prática antirracista. O profissional precisa estar ciente da intenção por trás da prática aplicada. A ação não pode ser feita a esmo, ela precisa ser aplicada a partir de um objetivo e em busca de um resultado.
5. Promovendo ações sistemáticas - A ação antirracista precisa ser cotidiana. A escola precisa ter projetos antirracistas frequentes. Só assim é possível desconstruir séculos de violência.
6. Promovendo ações de proteção - Atenção professor(a), o racismo religioso é crime! Uma pessoa não tem o direito de depreciar a outra pela sua religião e as doutrinas dessa religião precisam ser respeitadas! Impedir a criança, adolescente ou jovem de entrar na escola com turbante na cabeça (devido aos preceitos religiosos), usando guias no pescoço ou algo específico dessa mesma religião, é crime. Ajude a conscientizar os outros estudantes para o cuidado com os adeptos das religiões de matriz africana.
7. Promovendo ações de prevenção - desenvolva palestras; convide especialistas no tema para conversar com a comunidade escolar; realize rodas de leitura com livros de autores negros e indígenas; use todas as aulas possíveis para dialogar sobre equidade racial.

Por fim, fuja da armadilha de realizar práticas somente uma vez por ano, no mês de novembro! O racismo é vivenciado todos os dias, então, as ações contra o racismo, também, precisam ser diárias.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Procure na internet cinco provérbios africanos que falem sobre a importância de valores de convivência e união (como, por exemplo, “A união do rebanho obriga o leão a ir dormir com fome”). Coloque estes provérbios em cartões e distribua para os membros da turma de modo que se agrupem de acordo com eles. Reunidos nos cinco grupos, todos deverão discutir sobre o significado do provérbio recebido e um mediador apresentará para os demais colegas o entendimento coletivo da sua mensagem e se os provérbios apresentados trazem alguma lição importante para o grupo. Em seguida os convidem a propor práticas antirracistas, de valorização da cultura e história negra e indígena no ambiente escolar.



PARA SABER MAIS:

- **CADERNO** “Enfrentando Racismo e Desigualdades de Gênero – Guia de Metodologias”, de Instituto Promundo. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/enfrentando-racismo-e-desigualdades-de-genero-guia-de-metodologias/>
- **CONTEÚDOS** do projeto “A cor da cultura”, do Governo Federal, Fundação Roberto Marinho, Petrobrás, CIDAN e Rede Globo. Disponível em <https://futura.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/solucao/cor-da-cultura>
- **ARTIGO** “30 conteúdos para a prática de uma educação antirracista”, de Portal Lunetas. Disponível em <https://lunetas.com.br/serie/serie-educacao-antirracista/>
- **CADERNO** “Recriar a escola sob a perspectiva das relações étnico-raciais” de Instituto Alana. Disponível em <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2022/03/RecriarAEscola.pdf>
- **CADERNO** “Equidade étnico-racial na educação: recomendações de políticas de equidade étnico-racial para os governos federal e estaduais”, de Todos pela educação. Disponível em <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/12/educacao-ja-2022-equidade-etnico-racial.pdf>
- **ARTIGO** “Professor(a), a educação antirracista esta entre as suas tarefas históricas?”, de Portal Geledés. Disponível em <https://www.geledes.org.br/professora-a-educacao-antirracista-esta-entre-as-suas-tarefas-historicas/>

EDUCAÇÃO INDÍGENA X EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS NA EVASÃO ESCOLAR

O que se entende por Educação Indígena e/ou Educação Escolar Indígena? É preciso iniciar esta conversa com conceitos e afirmações de alguns teóricos. Meliá (2008)³² diz que a educação indígena envolve ao mesmo tempo um processo global/sistêmico e singular, possibilita a espontaneidade e a realização dos sujeitos dentro de uma margem de muita liberdade. Também é o espaço de expressão de todas as manifestações artístico-culturais: pinturas corporais, música, artesanato. O autor fala da educação que se dá na transmissão dos valores tradicionais ao longo do desenvolvimento dos indígenas, ou seja, dos saberes originários transmitidos oralmente de tradição a tradição.

Já Gersem Baniwa (2006)³³ aponta uma comparação entre os dois entendimentos, descrevendo a educação indígena como processo de “transmissão e produção dos conhecimentos próprios dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores”.

Portanto, pode-se observar que existe distinção entre os dois conceitos:

EDUCAÇÃO INDÍGENA: denomina a educação realizada pelas próprias comunidades indígenas segundo seus usos, seus costumes e suas tradições.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: enquanto específica e diferenciada, assegurada pelo artigo 210, da Constituição Federal (1988), que conhecemos atualmente, é uma política recente. É também fruto de lutas históricas dos povos indígenas. A Portaria Interministerial MJ/MEC nº 559, de 16 de abril de 1991, assegurou o direito aos povos indígenas a uma educação de qualidade, laica, diferenciada, bilíngue, o funcionamento das escolas indígenas no interior das áreas indígenas, com conteúdos curriculares e materiais didáticos adequados.

OS POVOS INDÍGENAS DO AMAPÁ E SEUS DESAFIOS

De acordo o portal do Amapá³⁴, o último levantamento apontou que o Estado tem uma população estimada de 5.802 de indígenas em Oiapoque, 3.043 no parque do Tumucumaque e 1.220 na região de Pedra Branca do Amapari, totalizando uma população de 10.065 indígenas.

O Amapá possui no total de 09 (nove) etnias indígenas:

32 MELIÁ, Bartolomeu. Educación indígena y alfabetización Asunción: Centro de Estudios Paraguayos: CEPGAG. 2008.

33 BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 17-25, 2006.

34 Portal do Governo do Estado do Amapá. Disponível em <https://www.portal.ap.gov.br/>

- Na região Oiapoque, terra indígena UAÇA, Juminã, Galibi: Etnias Karipuna, Palikur, Galibi Manrworno, Galibi Kalinã.
- Na região Parque do Tumucumaque a Oeste do Estado do Amapá, na região norte do Pará, terra indígena do Parque do Tumucumaque e Rio Paru D´Este: Etnias Apalay, Waiana, Tiriyó, Kaxuyana.
- Na região Pedra Branca do Amapari terra indígena baixo rio Xingu, região delimitada pelos rios Oiapoque, Jari e Araguari: Etnia Waiãpi.

As questões indígenas vêm apresentando avanços e desafios vivenciados pelos professores indígenas na educação amapaense, criando caminhos para apropriação do conhecimento científico e saberes tradicionais, como forma da preservação das memórias, raízes históricas dos grupos étnicos e motivação para a permanência dos alunos na escola. Com base no contexto escolar, foram pontuadas algumas questões pertinentes para se conhecer a realidade em estudo e, posteriormente, tratar das dificuldades e possíveis soluções para com os professores indígenas no chão da escola. Aspectos relevantes sobre o tema estão sendo estudados, apoiados pelo ponto de vista teórico e a experiência prática para enfrentamento da evasão escolar. Alguns problemas apontados no contexto escolar que levam a evasão dos alunos indígenas:

- Revitalização da língua materna indígena (implementação da cultura do branco);
- Os tratamentos dados aos indígenas em nada se diferem aos tratamentos dados às populações ribeirinhas, o que prejudica a educação escolar indígena, por não considerarem as especificidades características do grupo (identidade);
- Os alunos faltam as aulas para acompanhar os pais na agricultura (cultura local);
- O currículo escrito na Língua Portuguesa e não na Língua Indígena;
- A falta de aspectos culturais que contemplem a identidade dos grupos étnicos nas práticas pedagógicas da educação escolar indígena;
- A falta de um calendário escolar que considere a liberdade de movimento da cosmologia indígena, bem como a relação destes povos com a terra e com a agricultura enquanto forma de sobrevivência;
- Falta de infraestrutura adequada;
- Acessibilidade nas comunidades indígenas devido à questão geográfica.

Nas práticas pedagógicas os professores na educação escolar indígena precisam considerar os aspectos culturais e geográficos para contemplar a identidade dos grupos étnicos. Segundo Sacristán (2013)³⁵, “a escola sem conteúdos culturais é uma ficção, uma proposta vazia, irreal e irresponsável... O conteúdo cultural é a condição lógica do ensino e o currículo é a estrutura dessa cultura”. O aluno indígena precisa sentir espontaneidade da prática em sala de aula, que facilitará a realização dos indivíduos dentro de uma margem de muita liberdade para se sentir motivado no contexto escolar.

Alguns itens de grande relevância deverão ser pontuados e realizados para que haja o enfrentamento da evasão:

- Reuniões pedagógicas com os professores, gestores com os pais, comunidades e lideranças através de diálogos pedagógicos e culturais;
- Ajustar o calendário da Secretaria de educação aos períodos de agricultura e manifestações culturais das comunidades;
- Implementar o Currículo (RCA) de interesse da comunidade Indígena com habilidades de foco que contemplem a estrutura indígena focando também na liberdade, identidade cultural e exigências do Movimento Social Indígena ao longo dos anos;
- Construção de escolas com condições físicas e que atendam às necessidades dos docentes e da comunidade com foco na identidade étnico;
- Materiais didáticos que revitalizem e resgatem a língua e cultura indígena;
- Formações continuadas para os docentes, coordenadores pedagógicos, gestores, liderança e comunidade escolar sobre a educação indígena x educação escolar indígena, a fim de estimular as aprendizagens na escola, o respeito à diversidade multicultural, e a implementação efetiva da lei 11.645/08.

Para aperfeiçoar o chão da escola indígena se faz necessário considerar tais questões e inserir prioridades de acordo com os interesses dos projetos societários do grupo étnico a ser trabalhado, sempre com muito respeito a sua cultura, a língua e a diversidade.

35 SACRISTÁN, José Gimeno (org). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013. apud ARROYO, Miguel. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos. Educar em Revista, n. 5, p. 47-68, jan./mar. 2015.77



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Realize um mapeamento com os alunos sobre as principais etnias presentes no Estado do Amapá, traçando um paralelo de semelhanças e diferenças entre as línguas, costumes, crenças, celebrações, grafismos, problemas enfrentados, causas sociais etc. A turma pode, ainda, realizar uma cartografia social a partir destes aprendizados, elaborando seus próprios mapas que incorporem a realidade destas populações específicas.



PARA SABER MAIS:

- **“REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA ESCOLAS INDÍGENAS”**, do Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf
- **ARTIGO** “No chão da escola: dificuldades e avanços dos professores indígenas no processo educativo”, de Kácia Neto de Oliveira Fonseca e Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel. Disponível em <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8953/6061>
- **CADERNO** “Primeira Infância Antirracista: Primeiras Infâncias Indígenas”, de Unicef e Instituto Promundo. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/23881/file>

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: A ESCOLA NO CONTEXTO DOS QUILOMBOS

A palavra quilombo origina-se do termo *Kilombo*, presente no idioma dos povos Bantu, originários de Angola, e significa local de pouso ou acampamento. Os povos da África Ocidental eram, antes da chegada dos colonizadores europeus, essencialmente nômades, e os locais de acampamento eram utilizados para repouso em longas viagens. No Brasil Colonial, a palavra foi adaptada para designar o local de refúgio dos escravizados fugitivos. Quilombola é a pessoa que habita o quilombo.

Os povos quilombolas não se agrupam em uma região específica ou vieram de um lugar específico. A origem em comum dos remanescentes de quilombos é a ancestralidade africana de negros escravizados que fugiram da crueldade da escravidão e refugiaram-se nas matas. Com o passar do tempo, vários desses fugitivos aglomeravam-se em determinados locais, formando as Comunidades Quilombolas.

O QUE SE ENTENDE POR ESCOLA QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA?

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro 2012³⁶, escolas quilombolas são aquelas localizadas em território quilombola. Este se caracteriza como espaço remanescente dos quilombos, habitado por grupos étnico-raciais com consciência comunitária, trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A autora Shirley Miranda (2012)³⁷ afirma que a Educação Escolar Quilombola foi implantada a partir de discussões no campo educacional iniciadas na década de 1980, dotada de forte mobilização e visando à reconstrução da função social das escolas que atendem essas comunidades. Por consequência, os problemas relativos à garantia do acesso à educação pública e a horizontalidade das relações no interior da escola foram expostos: os movimentos sociais identitários passaram a denunciar o papel que a escola apresentava na expressão, repercussão e reprodução do racismo, além das discriminações presentes na organização curricular e nos livros didáticos, entre outros materiais.

A Educação Escolar Quilombola compreende a educação praticada nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas, cuja proposta pedagógica deve fundamentar-se:

- Na memória coletiva;
- Nas línguas remanescentes;
- Nos marcos civilizatórios, nas práticas culturais;
- Nas tecnologias e formas de produção do trabalho;
- Nos acervos e repertórios orais;
- Na territorialidade;
- Nos festejos, usos, tradições e demais elementos que constituem o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país.

O Art. 59 da Resolução nº 08/2012 CNE/CBE estabelece que “é responsabilidade do Estado cumprir a Educação Escolar Quilombola tal como previsto no art. 208 da Constituição Federal.”

36 Resolução que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio

37 MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vtvxW4PdPS4DjsrgsjXqxHN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2016.

ONDE ESTÃO E QUAIS OS DESAFIOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO AMAPÁ?

O estudo das comunidades quilombolas contemporâneas é bastante complexo, visto que se tratam de grupos que enfrentam inúmeros processos de luta por reconhecimento de suas identidades e por cidadania. No estado do Amapá há 52 comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas, distribuídas em alguns municípios, mas com maior concentração em Macapá, conforme o quadro abaixo:

MUNICÍPIO	QUANTIDADE	COMUNIDADES
CALÇOENE	1	Cunani.
FERREIRA GOMES	1	Igarapé do Palha.
ITAUBAL	1	São Miguel do Macacoari.
MACAPÁ	37	Abacate da Pedreira, Alegre da Pedreira, Alto do Pirativa, Ambé, Campina Grande, Campos do Laguinho, Carmo do Maruanum, Casa Grande, Cavalo da Pedreira, Conceição do Macacoari, Conceição do Maruanum, Coração, Curiaú, Curralinho, Igarapé do Lago, Ilha Redonda, Lagoa de Fora, Lagoa dos Índios, Lontra da Pedreira, Maruanum, Matapi, Mel da Pedreira, Pirativa, Porto do Abacate, Ressaca da Pedreira, Retiro do Santo Antônio, Rosa, Santa Luzia do Maruanum, Santa Maria do Maruanum, Santo Antônio do Matapi, São José do Mata Fome. São José do Matapi do Porto do Céu, São Pedro do Carana, São Pedro dos Bois, São Sebastião do Maruanum, Torrão do Matapi.
MAZAGÃO	3	Carvão, Conceição do Maracá, Mazagão Velho.
OIAPOQUE	1	Kulumbu do Patuazinho.
SANTANA	7	Alto Pirativa, Cinco Chagas do Matapi, Engenho do Matapi, Igarapé do Lago, Nossa Senhora do Desterro dos Dois Irmãos, São Raimundo do Pirariva, Vila Nova.
TARTARUGALZINHO	1	São Tomé do Aporema.

FONTE: Artigo “A disputa pelo controle das terras e a situação dos territórios quilombolas no Amapá”, de Liliane Rodrigues Soares. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/download/64989/41187>

Com a criação da Constituição de 1988 foram garantidas várias conquistas aos povos quilombolas, entre elas a preservação de sua cultura, a educação, saúde e garantias individuais. Entretanto, foi mais especificamente o artigo 68 que determinou a propriedade

definitiva das terras Quilombolas às comunidades negras remanescentes (Brasil, 1988).³⁸ Dessa forma, o Brasil tem o compromisso com a realização de políticas que tentem contemplá-los no cenário educacional, uma vez que por muito tempo esses grupos não tiveram a atenção necessária para superar a exclusão educacional que marcou essas comunidades (Soares, 2016).³⁹

Com a Lei 10.639/03 sancionada, esperou-se que o Brasil fosse avançar em uma educação voltada para as políticas de ações afirmativas, mas, mesmo depois de 20 anos de aprovada, sua implementação ainda é lenta e muitos entraves atrapalham a garantia de uma educação voltada para as relações étnico-raciais e fim do mito da democracia racial. Alguns dos principais desafios apontados para a evasão escolar nestes territórios:

- Falta de inclusão dos fatores sociais e culturais de interesse das comunidades;
- Ausência de metodologias empregadas na prática docente com identidade dos quilombos, os aspectos culturais e identidade dos grupos étnicos;
- Distorção idade-série;
- Os alunos faltam as aulas para acompanharem os pais na agricultura (cultura local);
- Gravidez na adolescência;
- Falta de novas tecnologias nas escolas para motivação nas aulas (internet);
- Infraestrutura precária e sem identidade afro-brasileira (na maioria das escolas);
- Falta de investimento em formação continuada que traga fortalecimento para as aprendizagens dos professores, gestores, comunidade escolar, associações e das lideranças locais;
- Drogadição;
- Desigualdade educacional;
- Acessibilidade nas comunidades indígenas devido a questão geográfica;
- Violência doméstica e sexual;
- Falta de ajuste do calendário escolar ao calendário cultural dos quilombos.

Alguns itens de grande relevância devem ser pontuados e implementados para o enfretamento da evasão:

- Reuniões pedagógicas com os professores, gestores, pais, comunidades e lideranças através do diálogo pedagógico e cultural;
- Ajustar o calendário da Secretaria de educação com os períodos de agricultura e manifestações culturais das comunidades;

38 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

39 MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/r/rbedu/a/vtvxW4PdPS4DjskgsjXqxHN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2016.

- Implementar o Currículo (RCA) de interesse da comunidade quilombola com habilidades de foco que contemplem a estrutura do quilombo, com foco na identidade cultural e exigências do Movimento Social Negro;
- Construção de escolas com condições físicas para atender às necessidades dos docentes e da comunidade com foco na identidade civil;
- Materiais didáticos que revitalizem (resgatem) a identidade e a cultura indígena;
- Formações Continuidas para os docentes, coordenadores pedagógicos, gestores, liderança e comunidade escolar sobre a educação quilombola para estimular o fortalecimento das aprendizagens na escola, o respeito à diversidade multicultural e implementação efetiva da lei 10.639/03.

Para aperfeiçoar o chão da escola quilombola se faz necessário considerar tais questões e a inserir prioridades que precisam ter os interesses dos projetos societários do grupo étnico, sempre com muito respeito à cultura, à história da África, ao multiculturalismo brasileiro e à diversidade com equidade na educação.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Para trabalhar a ancestralidade enquanto valor civilizatório afro-brasileiro, você pode pedir para que os alunos tragam um objeto de casa que, direta ou indiretamente, tragam a sua memória a presença afro-brasileira. No dia da aula, organize a sala em círculo e coloque no centro uma esteira ou um tecido com estampa étnica. Receba os alunos com um fundo musical de músicas afro-brasileiras instrumentais. Eles se sentam em círculo e, um a um, colocam os objetos que trouxeram no centro da roda explicando do que se trata e por que os trouxeram. Ressalte as memórias presentes em cada um deles, a relação com seus antepassados e os aprendizados recebidos através deles. Os objetos podem ser fotografados e impressos pelos alunos, para que compoñham um mural.



PARA SABER MAIS:

- **PÁGINA** “Informações quilombolas”, de Fundação Palmares. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/informacoes-quilombolas>
- **ARTIGO** “A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil”, de Margarida Cássia Campos e Tainara Sussai Gallinari. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/4894/3688/17195>
- **ARTIGO** “Evasão escolar na escola Quilombola: principais fatores nos anos finais do ensino fundamental”, de Rosenilde dos Santos Mira e Jacyguara Costa Pinto. Disponível em <https://reben.emnuvens.com.br/revista/article/view/80/73>
- **CADERNO** “A cor da cultura – modos de sentir”, de Canal Futura, Petrobras, Cidan, Fundação Palmares e Globo. Disponível em https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2011/06/Caderno2_ModosDeSentir.pdf

EDUCAÇÃO RIBEIRINHA

A educação ribeirinha é um tipo de educação voltada para comunidades que vivem próximas a rios, lagos, litoral ou outras áreas aquáticas. Muitas vezes, isoladas geograficamente, enfrentam desafios singulares e têm necessidades específicas que merecem atenção especial. Entre tantos desafios enfrentados pela educação ribeirinha, o acesso limitado às escolas está como um dos principais motivos de evasão escolar destas comunidades. Em áreas onde o transporte terrestre é escasso ou inexistente, as crianças frequentemente dependem de barcos para chegar à escola. Isso não apenas aumenta a distância física, mas também pode tornar o trajeto perigoso, especialmente durante condições climáticas adversas.

Estas comunidades não só seguem a lógica de exclusão de negros e indígenas que não se sentem representados no universo escolar, como tem as marcas de falta de reconhecimento indenitários acentuada. Esta realidade infelizmente é comprovada quando se observa que os altos índices de evasão, repetência e de analfabetismo atribuídos a esta população. Isso tem demonstrado que o atual modelo de educação ribeirinha precisa ser mudado, visto que os programas e projetos para alfabetizar os alunos dessas áreas têm se mostrado ineficazes.

Adicionalmente, essa temática está ganhando cada vez mais força no cenário nacional nos últimos anos, e está cada vez mais frequente nos eventos que debatem sobre o assunto relacionado. Apesar disso, o que se constata é que as iniciativas em vigência ainda descartam os costumes, linguajar e as características das populações ribeirinhas. Isso pode criar uma barreira significativa para a aprendizagem, pois os currículos, muitas vezes, não refletem a realidade e as necessidades dessas populações. Uma abordagem de educação intercultural pode ser necessária para garantir que o conhecimento local seja valorizado e integrado ao processo educacional.

Além disso, as metodologias de ensino em escolas ribeirinhas devem ser adaptadas às necessidades e realidades específicas dessas comunidades remotas. Speyer (1983)⁴⁰ também concorda que a escola deve mudar abordagens e práticas pedagógicas. A autora afirma que: “[...] a metodologia do trabalho da escola rural terá que ser transformada, inventada na zona rural, fundamentando sua ação educativa na participação real da comunidade rural e levando em conta o patrimônio cultural que cimenta sua identidade [...]”.

A autora pondera as particularidades culturais, sociais e ambientais dessas comunidades, pontuando que é necessária uma recomposição de ensinar adaptado às necessidades e realidades locais. Isso pode incluir conteúdo sobre pesca, agricultura, preservação ambiental e outros temas relevantes para a vida nessas regiões. A educação ribeirinha busca promover a inclusão social e o respeito às tradições dessas comunidades, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades educacionais de qualidade. Essas especificidades devem ser debatidas com a própria comunidade, pois é necessário pensar, coletivamente, seus problemas e suas soluções.

⁴⁰ SPEYER, Anne Marie. Educação e Campesinato: uma educação para o homem do meio rural. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1983.

Vale ressaltar que, apesar dos desafios, a educação ribeirinha oferece oportunidades únicas. A riqueza da biodiversidade das áreas ribeirinhas pode servir como um recurso valioso para a educação ambiental. Além disso, muitas dessas comunidades têm conhecimentos tradicionais valiosos que podem ser compartilhados nas escolas, enriquecendo a experiência educacional. São diversos potenciais e oportunidades, principalmente quando adaptadas para atender às necessidades e realidades das comunidades que vivem nessas regiões. Similarmente a esses potenciais, temos também:

- Desenvolvimento sustentável;
- Empoderamento local;
- Inclusão social;
- Contribuição para a economia;
- Consciência ambiental;
- Empreendedorismo local.

Seguramente, para superar os desafios da educação ribeirinha é necessário um esforço conjunto. Isso inclui investimentos em infraestrutura de transporte, escolas flutuantes ou móveis, currículos adaptados localmente e treinamento de professores sensíveis à cultura. Além disso, é essencial envolver ativamente as comunidades locais na tomada de decisões educacionais para garantir que suas vozes sejam ouvidas.

A educação ribeirinha é uma questão crucial que exige soluções criativas e adaptadas às realidades destas comunidades. Com o comprometimento adequado podemos garantir que todas as crianças, independentemente de onde vivam, tenham acesso a uma educação de qualidade que lhes permita alcançar todo o seu potencial.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Assista com a turma, documentários que retratem a realidade de escolas ribeirinhas pelo Brasil, fazendo um paralelo com as especificidades locais: temas de interesse da comunidade, as formas de subsistência, o manejo sustentável e a necessidade de adequação do plano de estudo para a realidade da região. Um exemplo de conteúdo que pode ser utilizado é o episódio “Escola Família Agroextrativista do Carvão - Mazagão, AP” da série *Novo Ensino Médio: É Sobre Isso*, do Canal Futura. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/11313155/?s=0s>



PARA SABER MAIS:

- **ARTIGO** “Currículo escolar e a educação ribeirinha: interfaces para uma articulação epistemológica”, de Ana Telma Monteiro de Sousa e Francisco Miguel da Silva de Oliveira. Disponível em https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA2_ID1812_04082019192110.pdf
- **ARTIGO** “Escola rural / Ribeirinha, currículo e interculturalidade: um projeto possível?”, de Jarliane da Silva Ferreira. Disponível em <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Jarliane-da-Silva-Ferreira.pdf>
- **VÍDEO** “Escola Ribeirinha e o Projeto OFS”, de TV Lepete. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=c5cpLh_LvPs

MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O diálogo permanente da sociedade brasileira em torno da Educação antirracista vem se arrastando por décadas em nosso solo. Nossas crianças e adolescentes são expostos a falas carregadas de racismo e ódio todos os dias e, mediante a esse racismo estrutural encontrado dentro das instituições de ensino, a evasão escolar se multiplica de maneira exponencial.

A compreensão se materializa nas dificuldades encontradas por nossas crianças e adolescentes que englobam a alimentação, a falta de moradia digna, a renda familiar, o transporte, entre outras. Não podemos minimizar que a evasão escolar por crianças e adolescentes pretos e pretas de nosso país está sim relacionada ao racismo estrutural. Portanto, falar em Educação sem lembrar de nossa Constituição Brasileira é no mínimo não ter conhecimento das leis que amparam aqueles que sofrem todos os tipos de racismo em nosso país.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Lei nº 14.172, Art. 205, de 10 de junho de 2021.⁴¹

Nesta, a expressão “Pleno desenvolvimento da pessoa” nos remete de maneira significativa para uma reflexão acerca da Educação Antirracista. Por que, em pleno século XXI, ainda temos que lidar com situações corriqueiras de racismo? Não é verdade que a escravidão foi abolida em 13 de maio de 1988? O que nos impede de reconhecer a humanidade de outro ser humano? Por que a cor da pele, suas manifestações culturais e religiosas nos incomodam tanto? Entre outros questionamentos que faria desse texto um verdadeiro questionário sem fim.

⁴¹ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14172.htm

ENTENDENDO OS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

É de suma importância entender que a educação antirracista é aquela que ativamente combate toda e qualquer forma de racismo na escola e na sociedade, reconhece e valoriza as várias contribuições que os povos africanos e afro-brasileiros têm em todas as áreas do conhecimento humano. Assegura que toda criança e adolescente têm direito a educação de qualidade e inclusiva independente de sua classe social, orientação sexual e cor de sua pele.

É importante lembrar que a educação antirracista se faz presente em nossos principais marcos legais, entre eles Constituição Federal, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Referencial Curricular Amapaense (RCA) e o Plano Nacional de Educação (PNE):

- Parecer 03/04 e a Resolução 01/04, do Conselho Nacional de Educação, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes elaborado e publicado pelo Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2009;
- Em 2003, foi criada a Lei nº 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira;
- Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e a Lei de Cotas para ingresso nas universidades e instituições federais de ensino técnico (Lei nº 12.711/2012), frutos dos esforços dos movimentos sociais antirracistas.
- No dia 11 de janeiro de 2023, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.532/2023, que equipara o crime de injúria racial ao de racismo. Aprovado pelo Congresso em dezembro de 2022, o novo texto acrescenta a injúria e cria o crime de injúria racial coletiva, além de prever novas penas para casos de racismo em religiões, atividades esportivas e recreações. A nova lei altera a tipificação do crime de injúria racial, ou seja, os casos de injúria relacionados à raça, cor, etnia ou procedência nacional passam a ser considerados uma modalidade do racismo.

A verdadeira efetivação das leis mencionadas só será realmente eficaz a partir das práticas cotidianas da escola, requer uma revisão minuciosa do Projeto Político Pedagógico, o currículo e as práticas pedagógicas, além do conhecimento e implementação das leis que combatem o racismo em nossos ambientes escolares.

LETRAMENTO RACIAL E FORMAS DE EFETIVAÇÃO DAS LEIS ANTIRRACISTAS

Nesse contexto não podemos esquecer a importância do letramento racial no processo de ensino e aprendizagem. Com a necessidade das crianças e adolescentes pretos e pretas se enxergarem nas narrativas e ambientes escolares, entende-se que o letramento racial é o ponto de partida para uma educação inclusiva. A escola é um dos principais agentes na formação de um indivíduo e é nela que os alunos serão apresentados à cidadania. Por isso, é preciso inserir a diversidade racial e uma educação antirracista na escola para garantir cidadãos conscientes, respeitosos, e que promovam a igualdade.

Dentro dos muros de nossas escolas, creches, centros educacionais, sejam eles de responsabilidade pública ou privada, nossas crianças passam a maioria de seu tempo. Especialmente com o advento das escolas de tempo integral, a escola ganha maior responsabilidade na formação dessas crianças e adolescentes. Conforme Art. 2º da Lei 12.318/10⁴², “a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente pode ser promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade ou vigilância”. Ou seja, além do papel estratégico na formação intelectual, a escola também desempenha importância na formação psicológica dos alunos.

Promover uma educação antirracista em nossos espaços de conhecimento é, sem dúvida, a melhor maneira para saímos do emaranhado de violência em que nossas crianças e adolescentes estão vivenciando. Nossas políticas educacionais devem estar voltadas para práticas pedagógicas ativas e inclusivas, e essas práticas ativas não devem ser somente mencionadas ou vividas em momentos isolados, como atualmente é praticado em nossas escolas. Na maioria das vezes só ouvimos falar nesse tema quando um aluno ou aluna sofre racismo ou é exposto ao ridículo com apelidos pejorativos que quase sempre estão relacionados aos cabelos, cor da pele ou sua religiosidade.

Ainda percebemos que nossas escolas fazem menção ao devido tema em datas comemorativas, a exemplo de 20 de novembro, em que se celebra o dia da consciência negra. Nossas práticas educacionais e projetos políticos pedagógicos ainda estão muito aquém de se efetivar as políticas públicas voltadas para as nossas crianças e adolescentes pretas e pretos, indígenas, quilombolas, entre outros grupos mais vulneráveis. Raras são as escolas em nosso país que desenvolvem em suas práticas pedagógicas artefatos referentes às culturas dos povos africanos, seus conhecimentos em relação à agricultura, suas artes, suas músicas, seus filmes, suas liturgias, suas danças e suas cores tão presentes em nosso estilo afro-brasileiro de ser, e que em muito tem a contribuir para o processo de decolonialidade de nosso país.

Faz-se necessário uma nova mentalidade para os tempos atuais, e a escola deve ser esse lugar de fomento da igualdade, equidade e, sobretudo, do respeito aos seres humanos em sua totalidade, independentemente de sua classe social, cor da pele, religiosidade ou orientação sexual. Essa discussão não pode se esgotar enquanto nossas crianças e adolescentes não sejam respeitados em sua integridade física e psicológica.

⁴² Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

A partir do vídeo “Manifesto por uma educação antirracista: Pesquisa Lei 10.639/03”, do Instituto Alana, promova com os alunos uma pesquisa sobre a importância da Lei 10.639/03, os avanços em 20 anos de sua implementação e desafios ainda presentes. Aproveite a oportunidade para elencar grandes personalidades negras da história mundial, do Brasil e da atualidade. Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IL1LDax45Jo>.



PARA SABER MAIS:

- **CADERNO** “Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03” do Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000376.pdf>
- **ARTIGO** “Educação antirracista: 20 anos da implementação da lei 10.639 nas escolas do DF”, de Brasil de Fato. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/17/educacao-antirracista-20-anos-da-implementacao-da-lei-10-639-nas-escolas-do-df>
- **JORNADA** formativa “No chão da escola”, do Instituto Alana. Disponível em <https://nochaodaescola.alana.org.br/#paraver>
- **VÍDEO** “20 anos da Lei 10.639/03 no Brasil: sem respeito à memória não há mudança”, de Projeto SETA (Sistema Educacional Transformador e Antirracista”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HCFTZT1BDVA>

ATIVIDADE DE IMERSÃO:

Nossa diversidade é nossa riqueza!

OBJETIVO: Mapear as identidades étnico-raciais, culturais, religiosas e geográficas presentes na escola e apontar caminhos mais inclusivos na prática pedagógica da instituição.

PÚBLICO: Alunos de diferentes idades e/ou professores.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Quadro ou flipchart e caneta pilot.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

ETAPA 1 – DINÂMICA “UM MINUTO DA MINHA HISTÓRIA” (30 MIN)

Comece o encontro refletindo com o grupo que, muitas vezes, convivemos diariamente com os nossos colegas, mas não conhecemos suas raízes e histórias de vida. Proponha um desafio para que eles possam se conhecer melhor: cada um deverá contar um pouco da sua história em até 1 minuto, com curiosidades como: descendência de seus antepassados, origem do sobrenome, diversidade de etnia, cultura, religião, gênero, particularidades do local onde mora etc.

Conforme a turma for se apresentando, escreva no quadro ou *flipchart* os principais pontos trazidos pelo grupo, especialmente as origens étnico-raciais, os locais onde moram e os aspectos culturais. Algumas perguntas que podem ser feitas neste momento:

1. Que grupos étnico-raciais estão ali representados?
2. Que tipos de populações estão presentes?
3. Todos os grupos indenitários presentes no estado no Amapá estão ali representados? Negros? Indígenas? Quilombolas? Ribeirinhos?

Ao final, reflita quão próximos e/ou diferentes eles são entre si e como a diversidade agrega valor aos aprendizados na escola.

ETAPA 2 – AS DORES DE SER QUEM SE É (10 MIN)

Considerado os grupos apresentados pela turma na atividade anterior, reflita coletivamente:

1. Todos os grupos são acolhidos na escola da mesma forma?
2. Todos recebem o mesmo tratamento e respeito?
3. Vocês já viram situações de racismo e/ou preconceito com alunos de algum destes grupos? Quais?
4. Todos têm acesso à escola da mesma maneira? Possuem facilidade de deslocamento?
5. Todos se sentem confortáveis e representados com os conteúdos que a escola apresenta em seu currículo?

ETAPA 3 – CAMINHOS PARA UM APRENDIZADO PLURAL E DIVERSO (10 MIN)

Considerando os grupos e as dificuldades citadas na etapa anterior, proponha com a turma algumas ações que possam contribuir para um maior acolhimento e sentido de pertencimento destes indivíduos na escola, a partir de duas perspectivas:

- Ações cotidianas.
- Propostas curriculares.



ACESSO A DIREITOS E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS

SOBRE INTERSECCIONALIDADE: OS MARCADORES QUE MOLDAM NOSSA EXPERIÊNCIA HUMANA

O conceito de interseccionalidade foi apresentado de maneira sistematizada pela primeira vez pela defensora de direitos civis estadunidense Kimberlé Crenshaw, em seu livro “On Intersectionality”⁴³ publicado em 1989. Neste trabalho a autora aborda como as leis de antidiscriminação dos Estados Unidos pensavam a categoria de discriminação de gênero e a discriminação de raça como mutuamente exclusivas e não como categorias sobrepostas, atravessamentos que definem nossa experiência humana de forma concomitante.

A autora argumentou em seu trabalho que as leis somente olhavam ou para uma discriminação ou para a outra, sem ter a sensibilidade que, por exemplo, para uma mulher negra, seu gênero e sua raça são indissociáveis. Como afirma a autora a interseccionalidade é “(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”.

Os eixos de subordinação mencionados por Crenshaw, ou em outras palavras, os marcadores de diferenças que vão moldar a nossa experiência humana em nossa sociedade são múltiplos. Os principais atravessamentos são:

⁴³ Livro “On Intersectionality: Essential Writings”, de Kimberlé W. Crenshaw. Disponível em <https://scholarship.law.columbia.edu/books/255>

- Raça;
- Etnia;
- Gênero;
- Classe;
- Nação;
- Território;
- Sexualidade;
- Geração;
- Religião;
- Deficiências físicas.

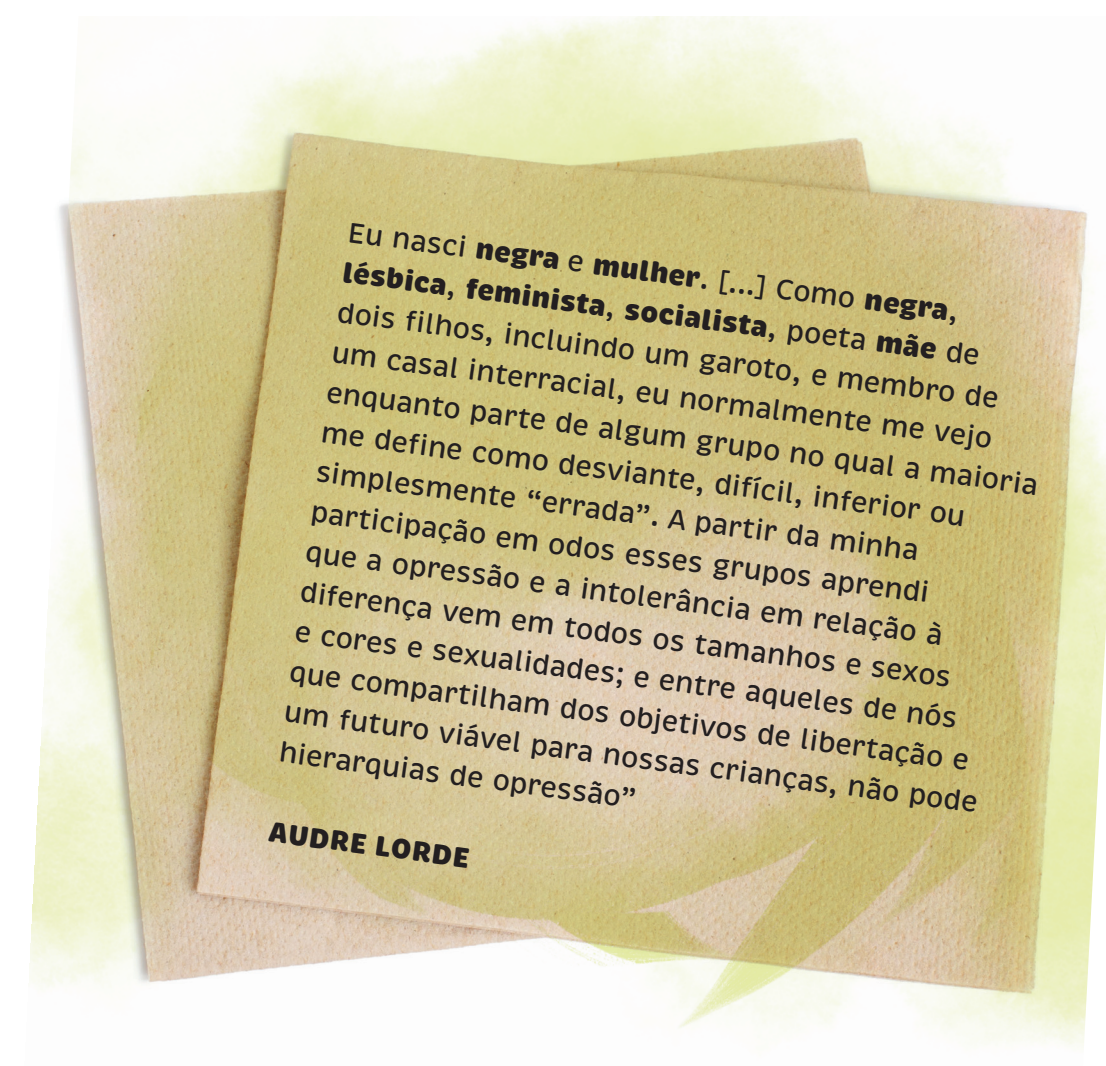
Identidades, subjetividades, desigualdades e privilégios sociais são construídos na intersecção desses marcadores sociais da diferença. Observar esses marcadores em sua interação e como eles moldam a trajetória de vida de um indivíduo é o que chamamos de **Interseccionalidade**.

A intelectual brasileira Carla Akotirene percebe a interseccionalidade⁴⁴ a partir de uma “sensibilidade analítica, pensada por feministas negras, cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros”. Assim, o conceito de interserccionalidade surge a partir do feminismo negro, em um período reconhecido como a terceira onda feminista e nasce da falha do feminismo em não pensar a realidade da mulher negra, mas sempre se pautando pela experiência da mulher branca na sociedade, e da falha do movimento negro em pensar a mulher negra, tendo suas pautas voltadas para a experiência do homem negro. A partir da luta das mulheres negras por direitos iguais é que nasce, dentro do debate dos espaços de luto por direito, a necessidade de entender que os marcadores de diferenças não são categorias dissociadas. As feministas negras, com suas vivências apagadas tanto no espaço do feminismo quanto nos espaços do movimento negro, nos convidam a reconhecer como os diferentes atravessamentos identitários moldam nossas experiências em sociedade.

Quando olhamos para os índices de evasão escolar, os marcadores de diferenças são fatores importantes que pautam a vida dos jovens que não conseguem permanecer na escola. De acordo com dados da pesquisa Pnad Contínua da Educação 2019⁴⁵, dos 10 milhões de jovens entre 14 e 29 anos que não finalizaram a escola, 71,7% são negros. Os marcadores de sexualidade e gênero também são fatores cruciais para a evasão. Conforme um estudo sobre o nível de escolaridade de indivíduos transexuais conduzido

pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em 2018⁴⁶, apenas cerca de 0,02% das pessoas trans estavam matriculadas em instituições de ensino superior.

Os dados revelaram que 72% não possuem diploma de Ensino Médio e 56% não concluíram o Ensino Fundamental. Pesquisas da Antra também revelaram que 90% das pessoas trans e travestis não têm acesso ao mercado de trabalho convencional, e dependem da prostituição como meio de subsistência. Isso aponta para o fato alarmante do impacto que a LGBTQIAPN+Fobia tem na evasão escolar. Um relatório da Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Ministério do Trabalho revelou que, no Brasil, pelo menos 7,1 milhões de jovens entre 14 e 24 anos não estão envolvidos nem no mercado de trabalho nem nos estudos, sendo denominados “nem-nem”.⁴⁷ Cerca de 60% desse grupo é composto por mulheres, a maioria das quais têm filhos pequenos, e aproximadamente 68% são pretas ou pardas.

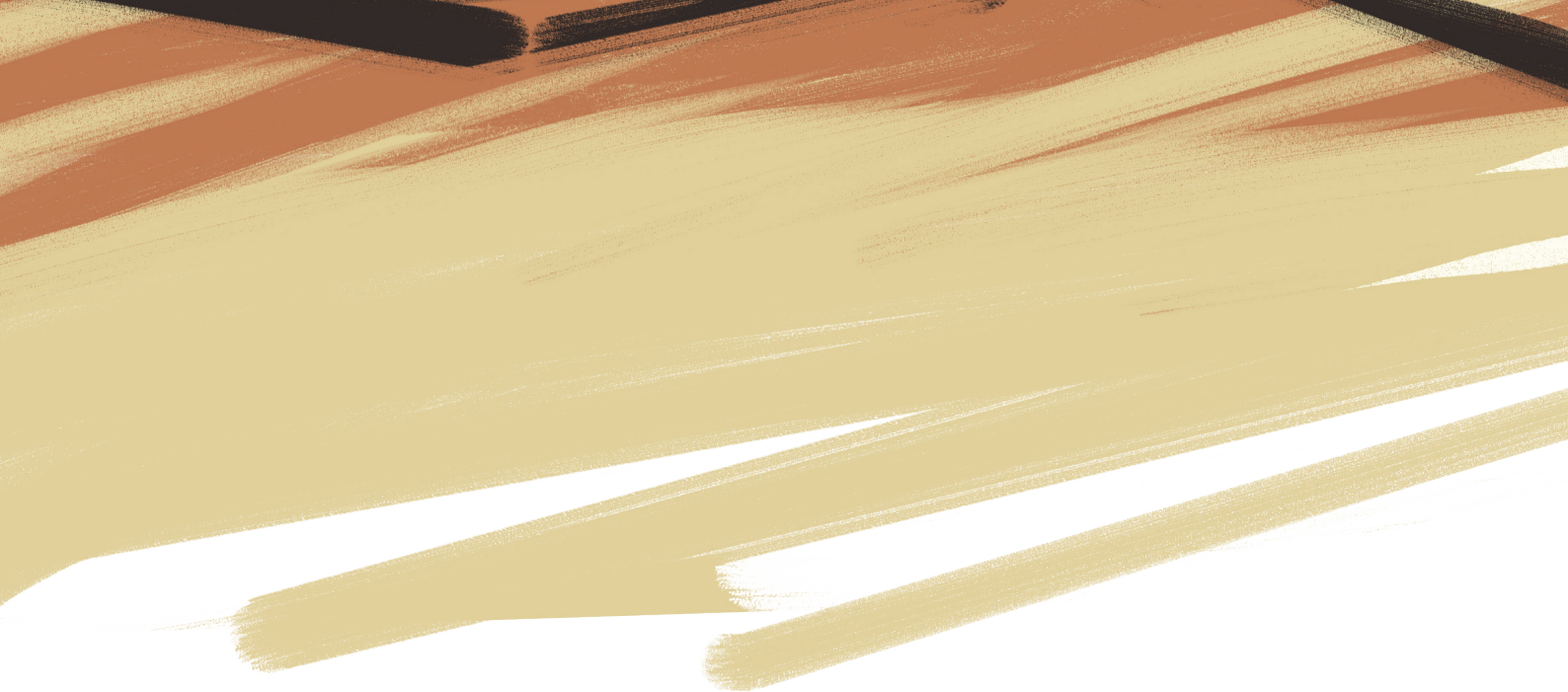


⁴⁴ Livro “O que é interseccionalidade?”, de Carla Akotirene. Disponível em [https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359)

⁴⁵ Artigo “PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio”, de Agência IBGE Notícias. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>

⁴⁶ “Nota da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas Trans”, de Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em <https://antrabrasil.org/category/notas-e-oficios/>

⁴⁷ Artigo “Pesquisa mostra 5,2 milhões de jovens entre 14 e 24 anos sem emprego”, de Agência Brasil. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/pesquisa-mostra-52-milhoes-de-jovens-entre-14-e-24-anos-sem-emprego>



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Utilizando uma folha em branco, peça para que cada aluno coloque os diferentes marcadores identitários que os representam: local de moradia, religião, identidade de gênero, orientação sexual, gostos musicais, raça, deficiências etc. Reflita com o grupo como estes diferentes grupos determinam as experiências que eles vivem em sociedade, quais são passíveis de exclusão/preconceito, como eles se sobrepõem em nossas vidas. Termine este momento apresentando o conceito de interseccionalidade.



PARA SABER MAIS:

- **ARTIGO** “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”, de Kimberle Crenshaw. Disponível em <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- **ARTIGO** “O que é interseccionalidade?” de Portal Politize! Disponível em <https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/>
- **CADERNO** “Violências baseadas em Gênero na Assistência Social”, de Instituto Promundo, Banco Mundial e Secretaria de promoção social, combate à pobreza, esportes e lazer de Salvador. Disponível em https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2021/11/caderno_VBG_promundo_10.pdf
- **VÍDEO** “O que é interseccionalidade?”, de Revista AZMina. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wIghuxsdyc&t=104s>

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Diversidade e diferença tendem a ser termos utilizados como sinônimos, mesmo que não o sejam. Pode-se compreender o termo “diversidade” como o reconhecimento de várias identidades e culturas mútuas, que coexistem em espaços em comum. Já a “diferença” pressupõe a existência de relações de poder, em que há um padrão que é seguido e tudo aquilo que não segue tal padrão fica ancorado sob o rótulo da diferença. Sob essa perspectiva, seria diferente tudo o que não se encaixa em uma norma esperada.

Neste sentido, a diversidade sexual engloba todo o conjunto de manifestações distintas da sexualidade humana, considerando todas as maneiras de vivência e de expressão da sexualidade das sociedades. Por sua vez, considera-se sexualidade humana o conjunto dos fatores biológicos, psicológicos, culturais e sociais que regem os afetos, os órgãos sexuais, a expressão de gênero e a orientação sexual dos seres humanos. Um texto curto como este serve apenas como uma introdução para o assunto, de forma que fica o convite ao leitor para se debruçar na temática. Uma das indicações aqui feitas é a leitura do “Glossário da Diversidade”, pensado pela Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades – SAAD, da Universidade Federal de Santa Catarina.⁴⁸

Para simplificar, a diversidade sexual é composta por três principais itens:

1. Sexo Biológico;
2. Identidade de Gênero;
3. Orientação Sexual.

A compreensão plena das categorias acima é extremamente importante para que sejam garantidos os direitos sociais no âmbito de sexualidade e gênero de todas as pessoas. No gráfico abaixo, conhecido popularmente como “boneco do gênero”, há uma explicação mais detalhada. O que é importante desde o início é a compreensão de que o gênero e a expressão do gênero são dimensões vinculadas socialmente à questão biológica. Isso quer dizer que gênero é ensinado: uma pessoa possuidora de vagina, por exemplo, é ensinada a ser mulher, dentro das convenções sociais do que se espera ser uma mulher em determinada sociedade. Neste sentido, os papéis de gênero (ou seja, o comportamento esperado culturalmente de homens e mulheres) variam de sociedade em sociedade.

O gênero, portanto, não possui vinculação com a orientação sexual. Um homem que gosta de rosa e não gosta de futebol não necessariamente é um rapaz homossexual ou gay, ou ainda uma mulher que gosta de carros não é uma mulher lésbica. Identidade de gênero e orientação sexual são, portanto, desvinculados.

⁴⁸ Disponível neste link: https://noticias.ufsc.br/files/2017/10/Gloss%C3%A1rio_vers%C3%A3o_interativa.pdf



Pensando especificamente na questão da educação, a escola é um espaço de socialização, o que implica também em ser um espaço de descoberta e autoconhecimento, de maneira que muitos estudantes estarão passando pelo processo de descoberta de suas expressões de gênero. Esses processos precisam ser acolhidos pelo ambiente escolar, de maneira que os educadores transformem este espaço em um ambiente seguro e não discriminatório. É muito importante e necessário que os educadores estejam a par das questões da diversidade sexual e promovam ações contra a LGBTQIAPN+fobia no ambiente escolar e dentro da sala de aula, além de estimular que os papéis de gênero sejam questionados se estes comportamentos significarem colocar expressões de gênero em situações de violência.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Pergunte a turma se eles sabem a diferença entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Colete a percepção inicial do grupo em um *flipchart* ou quadro e exiba o vídeo “A diferença entre sexo, gênero e orientação sexual, por Rita Von Hunty”, da Revista AZMina (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gnbGyX3lHJI>). Em uma etapa seguinte detalhe as categorias e subcategorias de Sexo Biológico (feminino/masculino), Identidade de Gênero (cisgênero/ transexual/não binário) e Orientação Sexual (LGBTQIAP+), correlacionando com as percepções iniciais do grupo e o enfrentamento do preconceito sobre o tema.



PARA SABER MAIS:

- **ARTIGO** “Diversidade sexual e de gênero na escola”, de Alexandre Bortolini. *Revista Espaço Acadêmico*. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13953/7591>
- **CADERNO** “Diversidade sexual e de gênero”, de Jair Adriano Strapazzon e Humberto Luís de Cesaro. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/643836/2/DIVERSIDADE%20SEXUAL%20E%20DE%20G%C3%8ANERO_CONSTRUIR%20CONHECIMENTO%20PARA%20DESTRUIR%20PRECONCEITOS.pdf
- **CARTILHA** “Diversidade Sexual e Cidadania”, da Coordenação de políticas para a diversidade sexual e cidadania LGBT da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf

FONTE: Inspirado no quadro “Expressão de gênero” da Coordenação de políticas para a diversidade sexual e cidadania LGBT da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo.

VIOLÊNCIAS SEXUAIS E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Violência é definida por Minayo e Souza (1997)⁴⁹ como “qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigida a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e (ou) espirituais”

De acordo com a Organização Mundial da Saúde⁵⁰ existem três grandes tipos de violências:

- A violência interpessoal, dividida em violência doméstica e violência comunitária. A violência comunitária inclui estupro e agressão sexual por desconhecidos, assim como a violência em grupos institucionais, como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.
- A violência coletiva, abrangendo atos violentos nos contextos macrosociais, políticos e econômicos caracteriza a dominação de grupos e do Estado. Esta categoria engloba delitos perpetrados por organizações, atos terroristas, crimes de massa, guerras e processos de aniquilamento de determinados povos e nações.
- A violência autoinfligida, subdividida em comportamentos suicidas e autolesões. No primeiro caso, a tipologia inclui suicídio, ideação suicida e tentativas de suicídio. O conceito de autoabuso refere-se a agressões dirigidas a si mesmo e automutilações.

Dentro dessas categorias de violências, encontramos as violências sexuais e de gênero.

A violência de gênero é caracterizada como qualquer forma de agressão física, psicológica, sexual, moral ou patrimonial direcionada a uma pessoa em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual. É importante ressaltar que violência de gênero não só acomete mulheres, mas também pessoas de todas as identidades de gênero que se identificam como LGBTQIAPN+.

QUAIS SÃO AS FORMAS DE EXERCER VIOLÊNCIA DE GÊNERO?

- Física: uso da força física contra alguém. E pode incluir ações como bater, dar um tapa ou empurrar.
- Emocional/Psicológica: frequentemente é a forma de violência mais difícil de ser identificada. Ela pode incluir humilhação, ameaça, insulto, pressionar o(a) parceiro(a), e expressões de ciúme ou de posse, tais como o controle das decisões e das atividades. Muitos homens utilizam o controle do dinheiro para obrigar sua parceira a fazer o que eles desejam, impedi-las de sair, encontrar suas amigas ou, até mesmo, separar-se delas. Dessa forma, o exercício de poder através do controle do dinheiro pelo homem também pode caracterizar violência.

⁴⁹ MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 513-531, nov. 1997.

⁵⁰ KRUG, E. G. et al. Lozano R. Relatório mundial sobre violência e saúde. Geneva: World Health Organization, 2002. p. 380.

- Sexual: é qualquer ato sexual não desejado ou a tentativa de obtê-lo por meio da intimidação psicológica ou emocional (frases do tipo “se você me amasse, faria sexo comigo”); ou ainda quando uma mulher não está apta a dar seu consentimento (por exemplo, após o uso de álcool ou outras drogas). Em um estudo realizado em países caribenhos pela Organização Pan Americana de Saúde⁵¹, cerca de metade das mulheres jovens relatou que a sua primeira experiência sexual foi forçada. Assim como nas outras formas de violência contra a mulher, o fator preponderante na violência sexual é a expressão do poder masculino e da dominação sobre as mulheres.
- Patrimonial: Na Lei Maria da Penha a violência patrimonial é “entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades”, como, por exemplo: controlar o dinheiro, causar danos aos documentos pessoais, danificar objetos que a mulher goste.
- Moral: É considerada qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria, como, por exemplo: mulheres que são acusadas de traição, comentários sobre a moral da mulher baseadas nas roupas que ela veste.

Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro com 750 homens, com idades entre 15 e 60 anos, abordando o tema da violência contra mulheres, revelou que os homens jovens, especialmente na faixa etária de 20 a 24 anos, relatavam maior incidência de violência física contra suas parceiras íntimas (NOOS e Promundo, 2002)⁵². A constatação de que os homens, especialmente os mais jovens, apresentam uma maior propensão ao uso da violência em comparação com outros grupos destaca a necessidade de considerar a natureza de gênero da violência e as concepções tradicionais de masculinidade. Estas últimas associam a ideia de masculinidade à resistência ou dominação, o que permite e incentiva o recurso à agressão (física, psicológica e/ou sexual) como uma manifestação de masculinidade. Esses papéis são reforçados pelas concepções tradicionais de feminilidade, nas quais se espera que a mulher seja passiva e dependente.

Violência sexual se refere a qualquer conduta que, através da coação, ameaça, intimidação, uso de força, um indivíduo é levado a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada. A violência sexual atinge em grande maioria mulheres e meninas, mas é praticada contra homens, meninos e pessoas de outras identidades de gênero. Esses atos sexuais indesejados podem acontecer na forma de um toque indesejado, ser forçado a tocar alguém, ser obrigado a assistir filmes pornográficos, e estupro. A violência sexual também é toda ação que force alguém a presenciar, manter ou participar de ato sexual online.

Uma pesquisa realizada em 2019 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁵³ revelou que o Amapá é o estado com maiores índices do abuso sexual e estupro de

⁵¹ Artigo “Violência contra as mulheres”, da Organização Pan Americana de Saúde. Disponível em <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>

⁵² Caderno “Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro”, do Instituto NOOS e Instituto Promundo. (2002). Rio de Janeiro: Promundo.

⁵³ Artigo “Amapá é o 1º em abuso sexual e estupro contra jovens entre 13 e 17 anos, diz pesquisa”. Disponível em <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/amapa-e-o-1-em-abuso-sexual-e-estupro-contra-jovens-entre-13-e-17-anos-diz-pesquisa/>

adolescentes de 13 a 17 anos no Brasil. A pesquisa utiliza informações coletadas na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019, a qual abrangeu uma amostra de 159.245 adolescentes entre 13 e 17 anos de idade, provenientes de escolas públicas e privadas em todo o território brasileiro.

QUAIS SÃO AS FORMAS DE EXERCER VIOLÊNCIA SEXUAL?

ABUSO SEXUAL: uma pessoa, geralmente um adulto, utiliza uma criança, adolescente ou outra pessoa vulnerável para gratificação sexual. Isso pode incluir toques inapropriados, exposição indecente, coerção para atividades sexuais, incesto, estupro, entre outros comportamentos que causem danos físicos, emocionais ou psicológicos à vítima.

O abuso sexual pode ocorrer com ou sem contato físico. A forma que essa violência ocorre sem contato físico pode ser através do exibicionismo, conversas indesejadas de cunho sexual, telefonemas, *sexting*⁵⁴, entre outras manifestações. O assédio sexual, quando uma pessoa é submetida a propostas sexuais por parte de pessoas que estão em alguma posição de autoridade, se configura como uma forma de abuso sexual sem contato físico.

O abuso sexual com contato físico inclui o estupro, masturbação, qualquer contato físico de cunho sexual e indesejado. Beijos forçados e toques indevidos são formas de abusos sexuais.

EXPLORAÇÃO SEXUAL: uso de uma pessoa, geralmente de maneira coercitiva ou manipuladora, mediada por pagamento financeiro ou outros benefícios. Isso pode incluir a prostituição forçada, turismo sexual, pornografia infantil e outras formas de exploração sexual comercial. A exploração sexual é uma forma recorrente de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

⁵⁴ Sexting é o ato de enviar, receber ou compartilhar mensagens, imagens ou vídeos de natureza sexualmente explícita, geralmente através de dispositivos eletrônicos, como telefones celulares ou computadores. Essas mensagens podem incluir textos sexualmente sugestivos, imagens provocantes ou vídeos íntimos.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Com a ajuda de tarjetas coloque em destaque, na sala, os nomes de cada tipo de violência de gênero e anote as percepções gerais da turma em outras tarjetas, em uma grande nuvem de ideias, organizando coletivamente os conceitos de cada uma, além de exemplos que ocorrem no cotidiano. O mesmo pode ser feito em relação às violências sexuais.



PARA SABER MAIS:

- **VÍDEO** “A Lei Maria da Penha em Cordel” de Tião Simpatia. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8G9Ddgw8HaQ>
- **LEI** nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- **INSTITUTO NOOS e Instituto Promundo (2002).** Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Promundo.
- **ARTIGO** “Stalking: como identificar e o que fazer quando se é vítima de perseguição”, do Portal G1. Disponível em <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/08/12/stalking-como-identificar-e-o-que-fazer-quando-se-e-vitima-de-perseguido.ghtml>
- **INSTITUTO PROMUNDO**, Programa M: Trabalhando com meninas e mulheres. 1. ed., 2023.

COMO PREVENIR VIOLÊNCIAS?

A escola, como um ator essencial na Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes, desempenha um papel crucial na formação e proteção dos alunos, porém existe uma enorme dificuldade em prevenir violências dentro do espaço escolar e auxiliar os alunos na autoproteção fora dos muros da escola. Isso se dá por inúmeras razões, seja pela pouca disponibilidade de tempo para ações que não estejam no currículo das disciplinas regulares, pelas dificuldades pessoais em abordar determinados temas, ou pela ausência de capacitação adequada para tratar os mesmos.

Das violências mais recorrentes dentro do contexto escolar estão:

FÍSICA: uso da força física contra alguém. E pode incluir ações como bater, dar um tapa ou empurrar.

EMOCIONAL/PSICOLÓGICA: frequentemente é a forma de violência mais difícil de ser identificada. Ela pode incluir humilhação, ameaça, insulto, pressionar o(a) parceiro(a) ou colega e expressões de ciúme ou de posse, tais como o controle das decisões e das atividades. Dentro dessa categoria podemos encontrar as relações abusivas entre casais de namorados e o *bullying*.

SEXUAL: é qualquer ato sexual não desejado ou a tentativa de obtê-lo por meio da intimidação psicológica ou emocional (frases do tipo “se você me amasse, faria sexo comigo”); ou ainda, quando uma pessoa não está apta a dar seu consentimento (por exemplo, após o uso de álcool ou outras drogas).

RACISMO: É uma ideologia que justifica a organização desigual da sociedade ao afirmar que grupos raciais ou étnicos são inferiores ou superiores, em vez de considerá-los simplesmente diferentes. Ele opera pela atribuição de sentidos pejorativos a características peculiares de determinados padrões da diversidade humana e de significados sociais negativos aos grupos que os detêm.

BULLYING: Ato agressivo sistemático, envolvendo ameaça, intimidação ou coação, praticado contra alguém, por um indivíduo ou um grupo de pessoas. Ocorre geralmente em escolas, porém pode ser praticado em qualquer outro local. Trata-se de ação verbal que pode, em situações extremas, evoluir para agressão física.

Existem algumas ações que podem fortalecer o espaço educacional para prevenir violências, são elas:

EDUCAÇÃO SOBRE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA: Oferecer programas educacionais que abordem as violências supracitadas. Esses programas podem incluir palestras com atores da Rede de Proteção de sua comunidade, assim como atividades em sala de aula e discussões em grupo para conscientizar os alunos sobre os diferentes tipos de violência, instrumentalizar em como identificar essas violências, como evitá-las e como denunciá-las. É importante que tanto os educadores quanto os alunos sejam capazes de saber o que fazer em situações de violência.

DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS E EMOCIONAIS: Uma violência recorrente dentro do espaço escolar é a violência física, moral e psicológica. Implementar programas que ensinem habilidades de resolução de conflitos, empatia, comunicação eficaz e trabalho em equipe é uma estratégia para prevenção de violências. Essas habilidades podem ajudar os alunos a lidar de forma construtiva com situações de conflito e a desenvolver relacionamentos saudáveis com os colegas.

PROMOÇÃO DA CULTURA DE RESPEITO E INCLUSÃO: Estabelecer normas e valores que promovam o respeito mútuo, a diversidade e a inclusão. Isso pode incluir campanhas antibullying, programas de tutoria entre pares e atividades que celebrem a diversidade cultural e étnica da comunidade escolar.

COLABORAÇÃO COM A COMUNIDADE E SERVIÇOS DE APOIO: Estabelecer parcerias com organizações locais, como centros de saúde mental, serviços de assistência social e agências de aplicação da lei, para fornecer recursos e suporte adicionais aos alunos e suas famílias. Um exercício importante seria promover dentro dos espaços escolares, junto aos alunos, professores e gestores, uma atividade de mapeamento dos serviços que existem em suas comunidades e o desenvolvimento de vínculo entre a escola e esses serviços.

Para além de ações de prevenção de situações de violência na escola, é muito importante que estas atividades contribuam também para práticas de autoproteção, ou seja, incentivar o autocuidado dos alunos e oferecer a eles conhecimentos que favoreçam a identificação de situações de perigo para que saibam como agir.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Organize um comitê composto por funcionários, pais e alunos interessados. A ideia é que este coletivo possa identificar as necessidades de ações de prevenção à violência na escola e de autoproteção dos alunos, por meio da observação contínua, do registro detalhado das situações de conflito e de relatos. A partir desse levantamento, o comitê vai criar estratégias para cada uma das situações apostando na educação entre pares, na revisão de práticas dos profissionais e no envolvimento das famílias. Campanhas, palestras, rodas de conversa, formações, jogos colaborativos e vivências diversas podem fazer parte destas iniciativas.



PARA SABER MAIS:

- **GUIA** “Experiências didáticas por uma Educação que Protege”, do Unicef Brasil. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/experiencias-didaticas-por-uma-educacao-que-protege>
- **ARTIGO** “Autoproteção: o que é isso?”, da Childhood Brasil. Disponível em <https://www.childhood.org.br/autoprotecao-o-que-e-isso/#:~:text=Por%20isso%2C%20%C3%A9%20muito%20importante,em%20alguma%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20viol%C3%Aancia.>
- **ARTIGO** “10 iniciativas para prevenir e lidar com a violência nas escolas”, do Instituto Claro. Disponível em <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/noticias/10-iniciativas-para-prevenir-e-lidar-com-a-violencia-nas-escolas/>
- **ARTIGO** “O que a ONU nos ensina sobre prevenção da violência”, do Portal Medium. Disponível em <https://talesgubes.medium.com/o-que-a-onu-nos-ensina-sobre-preven%C3%A7%C3%A3o-da-viol%C3%Aancia-3a467188bdd4#:~:text=Reduzir%20o%20acesso%20a%20armas,cuidado%20e%20apoio%20a%20v%C3%ADtimas.>

ACESSO A DIREITOS: AS REDES DE PROTEÇÃO DE VIOLÊNCIAS

No Brasil, a partir da década de 1980, os movimentos feministas começaram a conquistar espaço no cenário público, especialmente no debate sobre os direitos humanos das mulheres. Isso foi evidente, principalmente, nas lutas contra as violências de gênero, levando o tema a esferas governamentais, legislativas e à sociedade civil. A partir dos anos 1990, esse debate ganhou impulso com a agenda pública internacional, que promoveu diversas conferências para elaborar instrumentos visando prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres. Desde então, as políticas de enfrentamento às violências baseadas em gênero percorreram um longo caminho até a promulgação da Lei

nº 11.340⁵⁵, conhecida como Lei Maria da Penha. Sancionada em 2006, essa lei representa tanto uma conquista quanto um desafio para as instituições públicas e privadas, visando estabelecer uma rede abrangente e eficaz no combate à violência contra a mulher.

Em 2003, foi instituída a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que, em colaboração com o movimento feminista e outros movimentos sociais, desenvolveu o Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Este plano abrange medidas de prevenção e combate à violência contra as mulheres, além de uma gama de serviços de apoio, incluindo assistência financeira, iniciativas educacionais e suporte técnico para profissionais de serviços especializados. A elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres⁵⁶, em 2003, também deu origem à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher⁵⁷, que se fundamenta nos pilares da prevenção, assistência, enfrentamento e combate à violência contra a mulher.



FONTE: Inspirado no quadro “Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, da Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf/view>

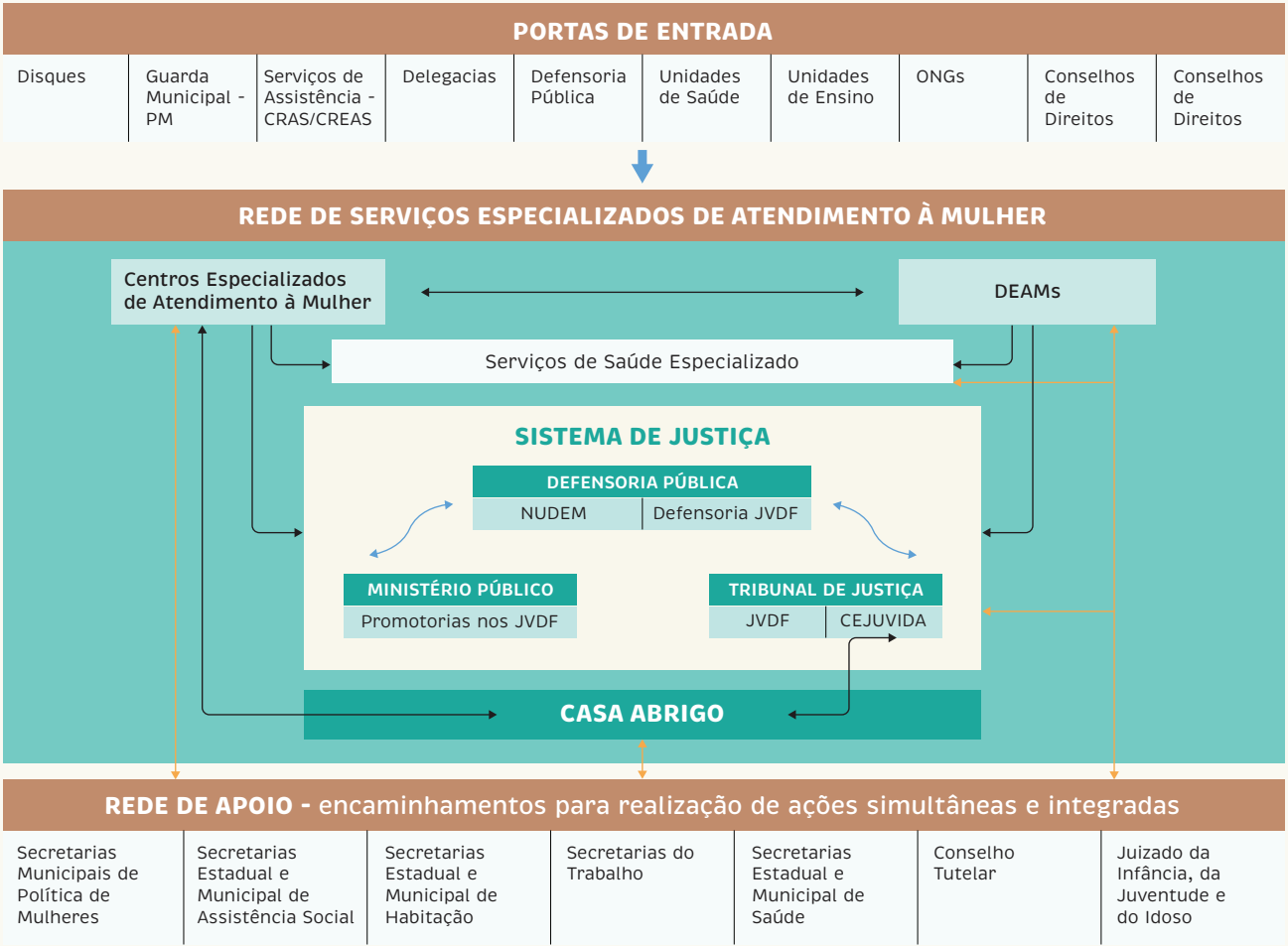
A Política Nacional estabelece um plano integrado entre os governos federal, estadual e municipal, delineando a formação de uma Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Essa rede busca integrar e articular os serviços tanto por agentes governamentais quanto não governamentais. No contexto dessa rede, estão incluídos tanto os serviços especializados quanto os não especializados de atendimento a mulheres em situação de violência, com o objetivo de promover a atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria

55 Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
56 Disponível em <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/plano-nacional-de-politicas-para-mulheres>
57 Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf/view>

da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção.

A concepção da Rede de Serviços Especializados de Atendimento à Mulher tem por objetivo realizar um trabalho sistêmico, permitindo que a intervenção ocorra de várias maneiras e tenha inícios diversos. Os serviços não especializados de atendimento à violência contra a mulher, geralmente, funcionam como a porta de entrada para essa rede. Frequentemente, os primeiros pontos de atendimento para uma pessoa em situação de violência não são as delegacias especializadas ou os juizados, mas sim unidades de saúde, programas de saúde da família, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), organizações da sociedade civil em seus territórios, entre outros. No contexto de crianças, adolescentes e jovens, a escola tradicionalmente desempenha um papel fundamental como a principal porta de entrada na Rede de Enfrentamento à Violência.

O gráfico abaixo elucida os diferentes agentes da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher:



FONTE: Rede Capital



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Em um *flipchart*, divida a folha em duas colunas. Em uma coloque o título “Homens não podem...” e, na coluna do lado, “Mulheres não podem...”. Questione o grupo se alguma vez eles já ouviram frases que dizem algum tipo de regra comportamental referente a homens e mulheres. Liste com eles, nas colunas, que regras eram essas e questione coletivamente o motivo da construção destes estereótipos, como eles se convertem em um entrave para a garantia de direitos fundamentais das mulheres, para a naturalização de práticas violentas contra esta parcela da população. Termine o encontro falando sobre os equipamentos e a importância da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.



PARA SABER MAIS:

- **CARTILHA** “RAM - Rede de atendimento a mulher”, do Governo do Estado do Amapá. Disponível em https://www.portal.ap.gov.br/docs/cartilha_mulher.pdf
- **“PACTO Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”**, de Presidência da República/ Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/pacto-nacional>
- **CADERNO** “Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública”, de ISER - Instituto de Estudos da Religião. Disponível em https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/08/homens_miolo_9nov_.pdf
- **ARTIGO** “As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a ‘responsabilização’ dos ‘homens autores de violência’”, de Aparecida Moraes e Leticia Ribeiro. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sess/a/CHMSr4thgHMywYGnwWpWzhf/>

INTERSETORIALIDADE: CONHECENDO O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A intersectorialidade é a articulação entre equipamentos e/ou sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes com o objetivo de enfrentar problemas complexos. Nessa perspectiva, as ações intersectoriais têm se mostrado como uma estratégia importante na busca de novos modelos organizacionais, e pode ser entendida como uma articulação de diferentes experiências no planejamento, realização e avaliação de ações e projetos dirigidos a comunidades e a grupos populacionais específicos, em um dado espaço geográfico, com o objetivo de atender as suas necessidades e expectativas de forma sinérgica e integral (Junqueira, 2000)⁵⁸.

Na escola, a intersectorialidade pode ser uma importante ferramenta na prevenção e enfrentamento do abandono e evasão escolar. Um aluno que não aprende ou falta as

aulas, por exemplo, pode não estar necessariamente com dificuldades relacionadas ao conteúdo oferecido em sala de aula ou a qualquer problema relacionado às relações socioemocionais na escola. Essa criança ou adolescente pode se encontrar em uma situação em que seus direitos estejam sendo violados, como a violência sexual ou o trabalho infantil. Nestes casos, a escola, o conselho tutelar, a assistência social e a saúde precisam estar lado a lado para auxiliá-lo.

Por este motivo, é muito importante que a escola entenda que não está sozinha e conheça os diferentes atores do Sistema de Garantia de direitos de Crianças e Adolescentes a fim de acioná-los, de acordo com cada caso enfrentado. São eles⁵⁹:

CONSELHO TUTELAR - Órgão municipal responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Formado por membros eleitos pela comunidade para mandato de três anos, o Conselho Tutelar é um órgão permanente, possui autonomia funcional e quantidade de conselhos que varia de acordo com a necessidade de cada município. São atribuições do conselheiro tutelar, atender não só as crianças e os adolescentes, como também atender e aconselhar pais ou responsáveis. Ele deve ser acionado sempre que se percebem situações de violência ou risco contra a criança ou o adolescente, como, por exemplo, em casos de violência física ou emocional. Cabe ao Conselho Tutelar aplicar medidas que zelem pela proteção dos direitos da criança e do adolescente.

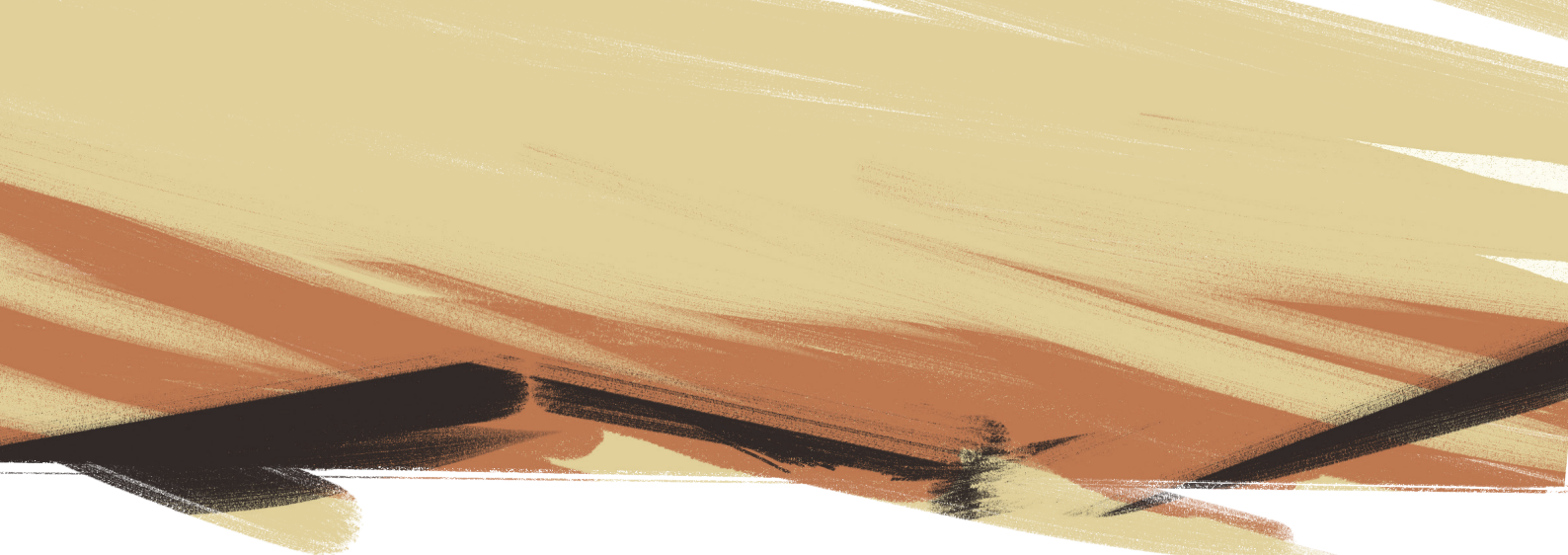
DELEGACIA - No Brasil, uma delegacia ou distrito policial é uma unidade policial fixa para o atendimento ao público, base e administração de operações policiais, investigações criminais e detenção temporária de suspeitos e presos em flagrante delito. Algumas regiões possuem delegacias especializadas, a Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA). Esta é competente para fiscalizar, investigar e instaurar inquérito e procedimentos policiais nos casos de infração penal praticada contra crianças e adolescentes. Isso significa que a DPCA é responsável por crimes em que as crianças e adolescentes são as vítimas e não autores do delito. Além desta função, a DPCA também desenvolve estratégias de repressão continuadas em qualquer local, público ou privado, como forma de interromper o ciclo de impunidades dos agressores.

JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Ao Juizado da Infância e da Juventude compete a prestação jurisdicional à criança e ao adolescente e o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Compete ao Juiz da Infância e Juventude processar e julgar causas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação complementar, inclusive, as relativas a infrações penais cometidas por menores de 18 (dezoito) anos, além de questões cíveis em geral, inclusive as pertinentes a registros públicos, desde que concernentes a soluções de situações irregulares em que se encontra a criança e ao adolescente interessado.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) - O Centro Especializado de Assistência Social é responsável pela Atenção Especializada, ou seja, atendimentos de média e alta complexidade. É uma unidade estatal responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com

59 Guia de formação “Crescer sem violência”, do Canal Futura. Disponível em <https://d3un0zjblgrxzb.cloudfront.net/drupal/public/media/documento/2024-01/Guia%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Crescer%20Sem%20Viol%C3%Aancia.pdf?VersionId=K5JFAVXWuiHdWjpxzrAikOSVQLaFLZxB>

58 JUNQUEIRA, R. Agendas sociais: desafio da intersectorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro.



seus direitos violados. Para isso, envolve um conjunto de profissionais e processos de trabalho que devem ofertar apoio e acompanhamento especializado. O principal objetivo é o resgate da família, potencializando sua capacidade de proteção aos seus membros.

UNIDADE DE SAÚDE - As Unidades de Saúde e Hospitais têm a obrigação de dar prioridade no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violação. Além disso, se durante uma avaliação clínica ou atendimento forem identificados sinais de violência, devem comunicar imediatamente o Conselho Tutelar para que as medidas protetivas necessárias sejam tomadas.

INSTITUTO MÉDICO LEGAL / PEOCE - Para dar encaminhamento aos inquéritos de violência é necessária a obtenção de dois tipos de provas de ocorrência: o laudo pericial e a prova testemunhal. O laudo pericial é emitido a partir de provas físicas como lesões corporais (corpo de delito) e de autoria (nos casos de crimes sexuais). Os exames de laudo pericial, normalmente são realizados no Instituto Médico Legal (IML), órgão normalmente vinculado à Secretaria de Segurança Pública dos estados, ou por serviço credenciado do sistema de saúde mais próximo que entregará o material para perícia imediata, sempre que há agressão a uma pessoa a fim de buscar as provas materiais de ocorrência de um delito. Por isso, é importante que os educadores orientem pais e vítimas sobre as providências a serem tomadas depois de ocorrida a violência como, por exemplo, não eliminar as potenciais provas (não tomar banho e não lavar as roupas). Outra providência é o acompanhamento da criança ou do adolescente até o IML por membros de sua família, por educadores, assistentes sociais, psicólogos ou, excepcionalmente, pelo Conselho Tutelar.

ESCOLA - As Escolas têm o papel de identificar os casos de violência e maus-tratos contra crianças e adolescentes e comunicar às autoridades competentes, assim como solicitar a presença dos pais ou responsáveis fazendo as orientações necessárias, ouvindo e os acolhendo. Também é função da escola receber e dar prioridade na matrícula de crianças em situação de risco ou vulnerabilidade e que estejam abrigadas.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES - Conscientizar as comunidades de seus direitos e da importância de sua participação na defesa das políticas públicas implantadas pelo Município, voltadas à criança e ao adolescente. Além disso, devem estar atentos para suportes como suporte cultural, tratamento acessível para o abuso de substâncias, sistema de saúde, serviços de bem-estar e social, incluindo a denúncia, aconselhamento e apoio em casos de violações de direito.

PROGRAMA DE PROFISSIONALIZAÇÃO - Oferecer aos adolescentes a partir dos 16 anos a oportunidade de adquirir conhecimentos e desenvolver suas habilidades, para alcançarem a transformação em suas vidas por meio da inserção no mercado de trabalho, garantindo os direitos e elevando a autoestima desses adolescentes e jovens, criando as condições necessárias para que alcancem a autonomia e o desenvolvimento pleno de suas vidas.

PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA - Os Programas como PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias, Bolsa Família, PETI, de combate à exploração sexual devem estar integrados, considerando um determinado território. Nessa perspectiva é preciso que os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou especializados (CREAS) estejam articulados com as unidades do SUS e a Justiça para efetivação de todos os direitos das famílias e das crianças e adolescentes.

PROGRAMAS DE ARTE, LAZER E ESPORTE - Proteger integralmente o adolescente proporcionando a ele o acesso à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) - O Centro de Atenção Psicossocial oferece atendimento à população, realiza o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitário. Nele, crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violação de direitos, que estejam em sofrimento psíquico, podem usufruir de acompanhamento psicológico, psiquiátrico e atenção social.

FAMÍLIA - “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Constituição federal, Art.227).

UNIDADE DE ACOLHIMENTO - A Unidade de Acolhimento Institucional é um serviço de acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (Eca, art. 101), em função de abandono, ou cujas famílias ou responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função protetiva até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou na sua impossibilidade.

DISQUE 100 - O governo federal disponibiliza uma linha telefônica para receber denúncias anônimas com sigilo garantido, o Disque 100. Este serviço funciona diariamente, das 8h às 22h, inclusive, aos fins de semana e feriados, atendendo ligações feitas de todo o Brasil e do exterior pelo número telefônico pago 55 61 3212-8400, ou ainda pelo endereço eletrônico disquedenuncia@sedh.gov.br.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O Ministério Público é o órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da lei e defender os interesses sociais e individuais indisponíveis. Com relação à infância e à juventude, o Ministério Público de todo estado conta com um Centro de Apoio Operacional (CAO) – que pode e deve ser acessado na defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - O Disque 191 é o telefone nacional e gratuito da Polícia Rodoviária Federal e recebe denúncias de casos de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais. O atendimento é 24 horas, todos os dias da semana.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) - O CRAS, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é responsável pela Atenção Básica, ou seja, atendimento de baixa complexidade. Em conformidade com a Lei 13.431/17, o SUAS deve realizar o atendimento protetivo nos limites de sua competência funcional, encaminhando a vítima para o serviço especializado.

POLÍCIA FEDERAL - A polícia federal realiza investigações ou é acionada, quando os crimes ultrapassam a competência das Unidades Federativas. Crimes virtuais, redes de tráfico e exploração sexual interestaduais ou internacionais.

A integração destes setores auxilia nas dificuldades enfrentadas pelos profissionais dessas políticas, articulando posturas, novos mecanismos e ações, buscando a garantia dos direitos fundamentais de cada cidadão. Neste sentido, é importante a Unidade Escolar conhecer o fluxo de encaminhamento de casos do seu município, a fim de facilitar esta integração e a proposição de ações conjuntas.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Busque em notícias de jornal ou crie histórias hipotéticas de violações de direitos de crianças e adolescentes com o máximo de detalhes sobre o cotidiano da vítima, relações familiares, local onde vive etc. Partindo dos diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos, reflita com os educadores da unidade escolar sobre a melhor forma de encaminhar estes casos apresentados e como eles poderiam ter sido evitados a partir de ações de prevenção integradas a rede local.



PARA SABER MAIS:

- **CADERNO** de textos “Que corpo é esse?”, do Canal Futura, Childhood Brasil e Unicef Brasil. Disponível em <https://d3un0zjblgkxzb.cloudfront.net/drupal/public/media/documento/2024-01/Caderno%20Pedag%C3%B3gico%20Que%20Corpo%20%C3%A9%20Esse.pdf?VersionId=7RXB63o5dnIAgT6TOQqeP8GqBhSyXCxp>
- **ARTIGO** “Intersetorialidade: articulação para a busca do desenvolvimento integral na educação”, do Observatório de Educação do Instituto Unibanco. Disponível em <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/intersetorialidade-articulacao-para-a-busca-do-desenvolvimento-integral-na-educacao>
- **ARTIGO** “Regime de colaboração e intersetorialidade” da Biblioteca Busca Ativa Escolar. Disponível em <https://buscaativaescolar.org.br/temas/regime-de-colaboracao-e-intersetorialidade>

O DESPERTAR DA ACESSIBILIDADE NA REDE DE ENSINO: DIREITO A NORMALIDADE

COMO SE REFERIR A PESSOAS QUE POSSUEM DEFICIÊNCIA HOJE?

O termo Pessoa com Deficiência foi definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, sendo aprovado em 13 de dezembro de 2006 pela Assembleia Geral da ONU. Foi ratificado no Brasil, com equivalência de emenda constitucional, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgado pelo Decreto nº 6.949/2009.

O termo Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) ou Portador de Necessidades Especiais (PNE) são termos incorretos e devem ser evitados, uma vez que não traduzem a realidade de quem possui deficiência. A deficiência não se porta, ela é uma condição existencial da pessoa.

Outros termos mais corretos para se referir a pessoas com autismo, sem autismo ou com outros tipos de transtornos:

1. **NEURODIVERGENTE:** Conceito utilizado para designar pessoas que apresentam alterações no funcionamento cognitivo, comportamental, neurológico e neuro anatômico. Ou seja, se referem a alterações como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Tourette, Depressão, Dislexia, Esquizofrenia, entre outros.
2. **NEUROATÍPICO:** É o termo utilizado para nomear sujeitos diagnosticados com TEA. Esses conceitos ampliam a visão sobre as características individuais, que podem ser vistas como diferenças e não como déficits. Uma criança com alterações de aprendizado e raciocínio, por exemplo, é neurodivergente, pois o seu funcionamento escapa ao esperado.
3. **NEURODIVERSO:** O termo neurodiverso se refere a todas as composições neurológicas humanas. A neurodiversidade é um conceito registrado pela primeira vez na década de 1990 pela socióloga australiana Judy Singer.⁶⁰ Assim como a biodiversidade inclui aranhas, fungos, flores e tudo que há na natureza, a neurodiversidade inclui neurotípicos e neuroatípicos⁶¹. Todos somos neurodiversos.

De acordo com Maranhão (2014)⁶², a acessibilidade é o direito que garante à pessoa com

60 Artigo “Judy Singer e a neurodiversidade”, de portal Autismo e Realidade. Disponível em <https://autismoerealidade.org.br/2020/06/25/judy-singer-e-a-neurodiversidade/>

61 Artigo “Neurodiversidade: primeiros passos – parte 1”, de portal Autismo e Realidade. Disponível em <https://autismoerealidade.org.br/2022/07/28/neurodiversidade-primeiros-passos-parte-1/>

62 MARANHÃO, Bruno César Antunes. O direito fundamental à acessibilidade. Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Disponível em https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/

deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Partindo da afirmação acima, ao falar da educação inclusiva, é crucial resgatar o histórico de lutas, conquistas e estudos que consolidaram essa estratégia pedagógica como um modelo de avanço educacional.

Ao longo da década de 90, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência se mobilizaram em torno desse tema, resultando na publicação de importantes documentos. Desde a Declaração de Salamanca (1994)⁶³ até a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁶⁴, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e incorporada à Constituição federal, na forma da Lei Brasileira de Inclusão (LBI)⁶⁵, em 2015, um amplo cobertor legal se formou para amparar o combate à segregação e ao capacitismo.

Promover a educação e conscientização sobre a acessibilidade, as necessidades e peculiaridades das crianças atípicas é fundamental. Partindo da afirmação, esse caderno apresenta as tipologias de deficiência como apresenta o parâmetro do Decreto nº 3.298/1999 com a instrução Normativa SIT/MTE nº 98, de 15/8/2012, observando os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Lei 12764/12, Lei 13146/2015. Os tipos de deficiência podem ser definidos da seguinte forma:

1. Deficiência Física;
2. Deficiência Auditiva;
3. Deficiência Visual;
4. Deficiência Intelectual;
5. Deficiência Mental - Psicossocial;
6. Deficiência Mental - Lei 12764/2012 - Espectro Autista;
7. Deficiência Múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

QUEM TEM DIREITO A ACESSIBILIDADE?

A principal Lei de Acessibilidade no Brasil é a Lei nº 10.098⁶⁶. Ela exige a acessibilidade para as pessoas com deficiência em todos os estabelecimentos, sejam eles espaços públicos ou empresas privadas, ambientes físicos ou digitais. Além disso, a acessibilidade, bem como a mobilidade pessoal são princípios inspiradores da “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, que dispõe os seguintes pontos sobre acessibilidade:

1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em

igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive, aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural.

2. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a: a) Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive, escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho; b) Informações, comunicações e outros serviços, inclusive, serviços eletrônicos e serviços de emergência.

Saber despertar a consciência sobre a necessidade de acessibilidade do deficiente físico através do ensino é uma missão significativa para os professores, uma vez que o educador atua na formação da cidadania do estudante. Sobre esta perspectiva Vesentini (2006)⁶⁷ contribui dizendo que: [...] ser um verdadeiro educador, preocupado com a conquista da cidadania, é contribuir para o crescimento (no sentido amplo do termo: intelectual, cognitivo, afetivo...) do educando, para a sua autonomia, criatividade e senso crítico.

Além da falta de acessibilidade, há uma tendência maior entre estudantes com deficiência não estarem frequentando a escola. Os fatores principais para a evasão escolar consistem:

1. Risco à saúde;
2. Falta de profissionais de apoio necessários;
3. Transporte adequado;
4. Apoio psicológico voltado para estudantes com deficiência e a sensação de otimismo ser maior quando comparados a estudantes sem deficiência;
5. Preconceito;
6. Constrangimento;
7. Baixa estima;
8. Dificuldades para manter uma rotina de estudos;
9. Exclusão nos esportes escolares;
10. Dificuldades no relacionamento com professores ou colegas;
11. Falta de acolhimento inclusivo;
12. Falta de profissionais capacitados para o acompanhamento pedagógico junto ao professor da turma;
13. Os familiares e responsáveis por crianças atípicas devem se informar sobre as condições específicas, seus direitos e recursos disponíveis para ajudar na inclusão escolar;
14. Infraestrutura adequada para o PCD.

[article/view/189/89](#)

63 Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

64 Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

65 Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

66 Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm

67 VESENTINI, José William. Educação e ensino da geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). A geografia na Sala de Aula. 8ª ed. São Paulo, Contexto, 2006 p.14-31.

Neste sentido, algumas ações alternativas podem contribuir para a permanência dos alunos com deficiência nas escolas:

- Reunir os pais e a comunidade escolar para mostrar sempre os avanços da escola e discutir sobre a acessibilidade e os problemas pedagógicos (docentes e gestores).
- Disponibilizar profissional capacitado como rege a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015), como professores para o atendimento educacional especializado, assim como tradutores e intérpretes de Libras, e profissionais de apoio. Mesmo diante da lei, muitas escolas ainda permanecem sem estes profissionais.
- Promover formações continuadas para os docentes, gestores, comunidades e lideranças sobre a temática.
- Promover um ambiente inclusivo para alunos com deficiência é dever da instituição, seja com modificações na infraestrutura, com a contratação de profissionais capacitados e realização de práticas inclusivas com os alunos e professores.
- Fornecer transporte adaptado diariamente para os alunos de comunidades longínquas da escola.
- Campanhas que fortaleçam o combate ao preconceito dentro das escolas/faculdades podem ser um meio essencial para começar a integração desses alunos.
- Projetos integradores com a temática e envolvendo toda escola.
- Conhecer o aluno PCD é fundamental para que a instituição entenda a necessidade de cada um deles. Assim, poderá traçar o melhor método de ensino e identificar quais profissionais especializados cada estudante precisará (avaliação diagnóstica).
- Prestar apoio psicológico, pois o despreparo emocional de muitos jovens em saber lidar com os desafios do dia a dia e com a falta de motivação para seguir com os estudos tende a refletir de forma negativa, podendo acarretar em abandono escolar. Ter uma rede de apoio psicológico para os estudantes na instituição diminui os medos e as incertezas, reduzindo o risco de evasão escolar.
- Compartilhar as responsabilidades com as famílias de crianças atípicas podem aliviar o peso emocional e físico, além de promover um ambiente de colaboração e apoio mútuo.

O Amapá possui 16 Municípios com uma divisão geográfica espacial bem ampla e de difícil acesso aos alunos com deficiência, entre terra e rio, das comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombola, indígena e sociedade civil. Muitos abandonam a escola por serem primeiramente abandonados pelo sistema de ensino público. Historicamente, pessoas com deficiência tiveram o acesso à educação negado ou muito restringido. Apesar dos avanços nas últimas décadas e do aumento progressivo de matrículas, a exclusão escolar ainda atinge desproporcionalmente as crianças e jovens com deficiência no estado.

Colocando assim, o Brasil e o Amapá estão longe de atingir a Meta 04, estabelecida pelo Plano Nacional de Educação: universalizar para a população de 4 a 17 anos com

deficiência o acesso à educação de acordo com o modelo de inclusão. A abordagem prioriza o direito de todos os estudantes frequentarem as salas regulares, combatendo qualquer discriminação. O normal é ter seu direito garantindo!



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Proponha uma dinâmica com os alunos divididos em duplas: um deve ser vendado e o outro deve guiar o colega apenas com comandos de voz. Coloque obstáculos no meio da sala para dificultar a tarefa. Após o grupo com os olhos vendados terminar o percurso, peça para que os papéis se invertam: quem guiou passa a ser guiado. Após a atividade, problematize com o grupo sobre a importância da acessibilidade para a garantia do acesso à educação para todos, reflita sobre os diferentes obstáculos enfrentados por pessoas com deficiências distintas no ambiente escolar e como a escola pode se preparar para receber melhor estes alunos.



PARA SABER MAIS:

- **ARTIGO** “Acessibilidade no ensino”, de Projeto Educando Para a Diversidade. Disponível em <https://educadiversidade.unesp.br/especial-acessibilidade/>
- **ARTIGO** “Pessoas com deficiência e o tempo: a produtividade e o valor dos corpos com deficiência para a sociedade capitalista” de Eduardo Victor. Caderno Maleta Conviver, disponível em https://drive.google.com/file/d/1IHpCUpcMI4gbqw5KS4vLpvpjPJ7Js3W_/view
- **ARTIGO** “Acessibilidade e inclusão: por que é importante discutir o tema na escola?” de Portal Nova Escola. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/21715/acessibilidade-inclusao-mobilidade-na-escola>
- **CARTILHA** “Acessibilidade no Espaço Escolar”, de Instituto Paradigma. Disponível em <https://iparadigma.org.br/biblioteca/educacao-inclusiva-cartilha-de-acessibilidade-no-espac%CC%A7o-escolar/>

CAPACITISMO

O termo “capacitismo” está intrinsecamente conectado ao conceito de deficiência. Portanto, quando tratamos do assunto, é necessário que saibamos quem são as pessoas com deficiência. Segundo a OMS:

Pessoas com deficiência são aquelas que apresentam impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo que, em interação com diversas barreiras, podem dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais. De acordo com o Relatório Mundial sobre Deficiência, cerca de 15% da população vive com algum tipo de deficiência.⁶⁸

⁶⁸ Artigo “Deficiência”, site da Organização Pan Americana de Saúde. Disponível em <https://www.paho.org/pt/>

Neste sentido, o impedimento de que trata a definição acima não provém apenas da condição de ser uma pessoa com deficiência, mas, sobretudo está ligado ao contexto social em que vive uma pessoa. Ao longo dos anos, o conceito de deficiência foi se alterando e, nesses últimos anos, a concepção se estendeu para compreender que a deficiência é ligada a fatores físicos, sensoriais, intelectuais e mentais, como trazido acima, mas, sobretudo é ligado ao contexto social e como os espaços não foram pensados ou construídos para incluir as pessoas com deficiência, seja esta visual, motora, psicológica ou qualquer outra. Isto dito, apresentamos o conceito do capacitismo:

Capacitismo é o preconceito contra as pessoas com deficiência, em que se julga que elas não são capazes ou são inferiores. [...] Os entrevistados destacam que uma das origens do capacitismo está em colocar a deficiência acima do sujeito e não apenas como uma característica dele. Este é um dos motivos do termo correto ser pessoa com deficiência e não deficiente, assim, não se restringe o sujeito somente a sua deficiência.

No contexto escolar, que é o foco deste caderno, não é diferente. O estudante ou a estudante com deficiência terá mais dificuldade em seu cotidiano do que os demais alunos, e isso poderá levar a uma desistência da vida escolar. Quando pensamos em como o capacitismo se manifesta na escola, podemos pensar, por exemplo, na existência de obstáculos que impeçam a livre locomoção de pessoas com dificuldade de locomoção tais como a inexistência de rampas de acesso ou de banheiros adaptados. Outros exemplos de como o capacitismo se manifesta na escola são:

- A falta de profissionais qualificados para comunicação na Língua Brasileira de Sinais, desde profissionais da direção e da secretaria, até professores e profissionais terceirizados;
- A inexistência de aulas sobre Pessoas com Deficiência no currículo escolar, bem como a falta de aulas que incentivem o respeito entre os alunos e professores; O tratamento muito infantilizado com estudantes que possuem deficiências intelectuais ou mentais, não proporcionando a autonomia destes estudantes e que não observem suas potencialidades;
- A falta de materiais que contemplem os diferentes tipos de deficiência;
- O desconhecimento sobre os direitos da pessoa com deficiência;
- A falta de assistência condizente com a deficiência, de forma que o aluno em questão precise se esforçar mais do que os outros, fazendo-o acreditar que ele precise “provar” que é capaz;
- O desconhecimento sobre os diferentes tipos de deficiência, principalmente das deficiências dos estudantes daquela unidade escolar; entre muitos outros casos.

O capacitismo é um tema relativamente novo no Brasil, estamos discutindo-o há cerca de 10 anos. Mas ele sempre esteve presente em nosso país e em outros países, já que,

historicamente, as pessoas com deficiência foram e, infelizmente, são tratadas como inferiores e os espaços sociais não são pensados para contemplá-las. Discursos como os Eugenistas⁶⁹, apenas para trazer um exemplo, pregavam que deficiências atrapalhavam a “perfeição” dos seres humanos e promoviam atrocidades com pessoas com deficiência. Mas, além do capacitismo, que inferioriza as pessoas com deficiência, vale citar que frases como: “nem parece que tem deficiência” ou “exemplo de superação” também são capacitistas, pois coloca a deficiência em primeiro lugar, antes do indivíduo.

Como uma forma de mitigar os danos causados pelo capacitismo (que, em algumas situações, é mais danoso do que a própria deficiência), educadores e educadoras precisam trabalhar a questão em sala e, simultaneamente, se munirem de informação visando à melhoria da qualidade de vida dos estudantes com deficiência. Além disso, é preciso promover a verdadeira inclusão desses estudantes em sala de aula, alçando-os ao destaque quando este tema estiver em pauta, estimular a participação em sala de aula e promover o respeito às diferenças durante as aulas por parte dos estudantes sem deficiência.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Exiba a reportagem “Campanha discute preconceito contra pessoas com deficiência em ensaios fotográficos” do Fantástico (disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10081814/?s=0s>) e reflita sobre as consequências do Capacitismo no ambiente escolar e suas consequências para a saúde mental, socialização e construção de projetos de vida para os alunos com deficiência. Encerre o momento reunindo propostas do grupo para prevenir e combater este tipo de prática.



PARA SABER MAIS:

- **ARTIGO** “O que é capacitismo e como podemos combatê-lo?”, do Instituto Federal de Santa Catarina. Disponível em <https://www.ifsc.edu.br/web/ifsc-verifica/w/o-que-e-capacitismo-e-como-podemos-combate-lo->
- **VÍDEO** “Precisamos falar sobre capacitismo” de Rosana Bastos para TEDx Belo Horizonte. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DyizBjIqubE>
- **SESSÃO** “Direitos das Pessoas com Deficiência” do Portal Politize! Disponível em https://www.politize.com.br/tema/direitos-das-pessoas-com-deficiencia/?gad_source=1

⁶⁹ Movimento que defendia um conjunto de conhecimentos e práticas que visavam à melhoria das características genéticas de uma população.

ATIVIDADE DE IMERSÃO:

Violências, discriminação e seus impactos

OBJETIVO: Mapear as diferentes formas de violências ligadas a gênero e exclusão de pessoas com deficiência dentro e fora da escola, refletindo sobre caminhos de prevenção e enfrentamento.

PÚBLICO: Alunos do segundo ciclo do ensino fundamental, ensino médio e professores.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Flipchart ou quadro, canetas pilot coloridas e quatro folhas de papel pardo.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

ETAPA 1 – O QUE ANDA NA BOCA DO POVO (20 MIN)*

Comece o encontro perguntando ao grupo se eles acreditam que os preconceitos e a violência podem ser aprendidos. Como surge o preconceito? Como os estigmas são passados de geração em geração?

Proponha uma reflexão coletiva sobre ditados populares e frases comumente usadas em nossa sociedade. Após a leitura de cada uma das frases listadas abaixo, pergunte aos participantes que grupo social é diretamente afetado por este tipo de expressão e que estereótipo ou naturalização da violência ela reforça:

- “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher.”
- “Um tapinha não dói.”
- “Ter filho gay é falta de apanhar.”
- “Mulher tem que cumprir suas obrigações conjugais quando o marido tem vontade, senão ele arruma outra na rua.”
- “Mulher tem que se dar ao respeito.”
- “Você é retardado?”
- “Deu uma de João sem braço.”
- “Você está sendo meio autista.”
- “Isso é trabalho de preto.”
- “Índio é preguiçoso.”
- “Tá usando roupa curta porque está querendo.”
- “Tinha que ser mulher” (quando alguma coisa dá errado).
- “Pode ser gay, mas não precisa desmunhecar.”
- “Apanha porque merece.”
- “Ela se faz de difícil, mas no fundo ela gosta.”

- “Eu não sei porque estou batendo, mas ela sabe porque está apanhando.”
- “Ruim com ele, pior sem ele.”
- “Isso é coisa de mulherzinha.”
- “Estou mais perdida que cego em tiroteio.”
- “Mulher ao volante, perigo constante.”
- “Ela foi muito macho.”
- “Não se mete o nariz onde não se é chamado.”

ETAPA 2 – AS VIOLÊNCIAS E O CONTEXTO ESCOLAR (10 MIN)

Após a leitura e análise coletiva das frases, reflita com o grupo:

1. Estas violências e preconceitos se reproduzem no contexto escolar? Como?
2. Que grupos estão mais expostos a este tipo de discriminação?
3. Como elas impactam o desempenho escolar?
4. A sua escola se mobiliza para prevenir e enfrentar estas ocorrências? De que forma?

ETAPA 3 – CAMINHOS PARA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS (20 MIN)

Divida a turma em 5 grupos e proponha que cada um pense em três ações de prevenção e três ações de enfrentamento dentro da escola, para as seguintes formas de violência e discriminação:

GRUPO 1: Violências sexuais

GRUPO 2: Machismo

GRUPO 3: Homofobia e transfobia

GRUPO 4: Capacitismo

GRUPO 5: Racismo

Encerre o encontro com a socialização das propostas dos grupos, abrindo espaço para que os alunos possam contribuir com novas propostas nas produções dos outros grupos.

(*) Atividade inspirada na primeira atividade do caderno “Violências baseadas em Gênero na Assistência Social”, de Instituto Promundo, Banco Mundial e Secretaria de promoção social, combate à pobreza, esportes e lazer de Salvador. Disponível em https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2021/11/caderno_VBG_promundo_10.pdf



EDUCAÇÃO PARA EQUIDADE

EDUCAÇÃO PARA A INCLUSÃO: PROMOVENDO O SUCESSO DE TODOS OS ALUNOS

A educação é uma jornada compartilhada por todos. É um caminho que nos leva a aprender, crescer e alcançar nossos sonhos. Mas para que todos os alunos possam realmente trilhar esse caminho, precisamos garantir que nossas escolas sejam lugares de inclusão. A Educação Inclusiva é um jeito especial de ensinar, onde todos os alunos, independente de suas diferenças, são acolhidos e aprendem juntos na mesma sala de aula. Isso significa que não importa se uma criança tem uma necessidade especial, todos têm a oportunidade de aprender e crescer juntos.

Para os professores, a Educação Inclusiva é importante, porque permite que todos os alunos tenham a chance de aprender. Isso torna o trabalho mais desafiador, mas também mais gratificante. Quando todos os alunos estão juntos, os professores podem ajudá-los a se desenvolverem melhor. Antes de iniciar um novo ano letivo os professores são informados sobre as suas turmas, quantos alunos, se há alunos com deficiência ou qualquer dificuldade de aprendizagem, quantos são... essas informações são muito importantes para que o docente se prepare para receber seus alunos no início das aulas.

No entanto, para alguns professores pode parecer um pouco mais desafiador trabalhar com turmas assim, e eles se deixam dominar por sentimentos sabotadores como a ansiedade, o medo, a preocupação que os fazem expressar pensamentos negativos, mesmo que de forma inconsciente: “não dá”, “eu não consigo”, “eu não sei”, “é impossível”, entre outros. Pensar de forma negativa é sempre mais fácil, mas não é o melhor caminho. Temos conhecimento das dificuldades da educação no Amapá, mas podemos substituir pensamentos sabotadores dando lugar ao otimismo, pensando: “eu” faço parte dessa educação e posso fazer a diferença.

A Educação Inclusiva é importante para os alunos, porque eles têm a chance de fazer amigos e aprender com crianças que são diferentes deles. Isso ajuda a construir um mundo melhor, onde todos são aceitos e respeitados, independentemente de suas diferenças. Diversidade enriquece, pois os alunos das escolas amapaenses vêm de diferentes origens: alguns de áreas de ressaca, outros, de comunidades indígenas, ribeirinhos, quilombolas e até mesmo de outros estados, todos eles têm habilidades e desafios únicos. Cada aluno tem o potencial de aprender e crescer, e a inclusão oferece oportunidades iguais para que todos alcancem seu potencial máximo.

QUAIS OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA INCLUSÃO?

Implementar a Educação Inclusiva pode ser desafiador, mas é importante superar esses obstáculos. Alguns dos desafios incluem:

Falta de Recursos - Às vezes, as escolas não têm recursos suficientes, como materiais ou pessoal de apoio, para ajudar os alunos com necessidades especiais. É importante pedir ajuda quando necessário.

Falta de Conhecimento - Alguns professores podem não saber como lidar com alunos com necessidades especiais. Nesse caso, a formação e a aprendizagem contínua são fundamentais.

Atitudes Negativas - Algumas pessoas podem ter atitudes negativas em relação à inclusão. É importante educar a comunidade sobre os benefícios da Educação Inclusiva.

Uma boa primeira prática está no olhar. Isso mesmo, no seu olhar! Ao longo de toda vida, nós fomos acostumados a aceitar padrões e levamos isso para a sala de aula. Esperamos encontrar uma turma padrão, com nível de aprendizagem padrão e comportamento padronizado, mas sabemos que isso é fora da realidade de qualquer sala de aula no mundo. Vamos treinar o nosso olhar para aceitar crianças com dificuldade ou não, com deficiência ou não, sem fazer nenhuma distinção. Como bem afirma Rapolí *et al.* (2010)⁷⁰ “[...] a inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas”.

ALGUNS PASSOS PODEM FAVORECER ESTA JORNADA

CONHEÇA SEUS ALUNOS - Conheça suas necessidades, paixões e desafios. Isso ajuda a adaptar seu ensino para atender as suas necessidades individuais.

COLABORAÇÃO - Trabalhe em equipe com outros educadores, especialistas e famílias para apoiar os alunos com necessidades especiais.

FLEXIBILIDADE - Esteja disposto a adaptar sua abordagem de ensino para atender às diversas necessidades da sala de aula. A educação está em constante evolução, por isso, mantenha-se atualizado sobre as melhores práticas inclusivas.

PROMOVA O RESPEITO - Crie um ambiente onde todos se sintam seguros para serem eles mesmos, sem medo de julgamento.

Lembre-se de que a inclusão não é apenas uma responsabilidade dos professores, mas de todos na escola. Trabalhando juntos, podemos criar um ambiente de aprendizado que beneficia a todos os alunos. Vamos abraçar a inclusão e fazer de nossas escolas lugares onde todos têm a oportunidade de aprender e se desenvolver.

VAMOS FAZER A DIFERENÇA!



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Prepare para a turma uma “Caixa dos sentidos”: faça dois buracos na lateral de uma caixa de papelão de forma que permita a entrada de mãos. Guarde dois ou mais objetos de texturas e formas diferentes e feche. Cada aluno poderá tatear, ouvir e até cheirar para adivinhar o que tem dentro. Ganha quem descobrir todos dentro de um intervalo de tempo flexível (crianças com deficiência intelectual podem levar mais tempo para brincar). Ao final, reflita com a turma sobre a importância de realizar brincadeiras e atividades em que todos possam participar, e enumere com eles outras possibilidades que possam ser realizadas no recreio, por exemplo.



PARA SABER MAIS:

- **CARTILHA** “Como educar crianças anticapacitistas”, de Mariana Rosa e Karla Garcia Luiz. Disponível em https://www.udesc.br/arquivos/cead/id_cpmenu/4647/livreto_v8_16915865291588_4647_1691588551302_4647.pdf
- **DOCUMENTÁRIO** “Crip Camp: revolução pela inclusão”, de Netflix. Disponível em <https://www.netflix.com/title/81001496>
- **ARTIGO** “Educação inclusiva e consciência ambiental juntas em projeto de sustentabilidade” de Portal Porvir. Disponível em <https://porvir.org/educacao-inclusiva-consciencia-ambiental-juntas-projeto-sustentabilidade/>
- **CADERNO** “Educação inclusiva na prática”, de Fundação Santillana. Disponível em <https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2020/07/EducacaoInclusivaPratica.pdf>

⁷⁰ Cartilha “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - A escola comum inclusiva” de Edilene Aparecida Rapolí, Maria Teresa Eglér Mantoan, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos Santos e Rosângela Machado. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43213>

MENINAS MÃES

Histórica e culturalmente, o Brasil apresenta número elevado de jovens mães. Apesar de haver uma redução no número de adolescentes grávidas em território nacional nos últimos anos (há pesquisas que apontam que tal diminuição se relaciona com a pandemia, já que as adolescentes passaram mais tempo em casa), o número ainda segue alarmante, ainda mais quando o comparamos com outros países e, sobretudo, países sul-americanos:

“Se no Brasil essa proporção está em 14%, como mencionado anteriormente, em países como Peru e Costa Rica registraram-se 11%, enquanto Argentina e Uruguai tiveram taxas de 10% e Chile de 5%, segundo dados do escritório do UNFPA para América Latina e Caribe, colhidos de dados oficiais destes países. Outras nações da região que registraram altas taxas de maternidade na adolescência em 2020 são Paraguai (15%), Equador (18%) e Colômbia (18%).”⁷¹

O Brasil também apresenta números elevados de gravidez não planejada ou indesejada em pessoas pré-adolescentes com relação a outros países. De acordo com dados do Ministério da Saúde reunidos pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)⁷², cerca de 19 mil nascidos vivos são filhos de mães entre 10 e 14 anos e a taxa de fecundidade nacional na adolescência é de 53 meninas grávidas a cada mil, ultrapassando a média mundial que é de 41 em cada mil. É preciso fazer recortes raciais, etnográficos e geográficos, já que dados de 2020 mostram que:

- 28,2% dos nascidos vivos indígenas eram filhos de mães adolescentes.
- Entre as mulheres pardas que se tornaram mães, 16,7% dos bebês nasceram de adolescentes, e entre os partos de mulheres negras, 13% foram de mães adolescentes. Logo, somam quase 30%. O racismo é um elemento que deve ser levado em consideração quando se fala sobre acesso à saúde sexual e direitos reprodutivos, de maneira que influencia para que meninas negras e indígenas acabam sendo mais suscetíveis a engravidarem na adolescência.
- No caso de mulheres brancas, 9,2% foram mães adolescentes.
- A região Norte (21,3%) e a região Nordeste (16,9%) são as que possuem os nascidos vivos de mulheres entre zero e dezenove anos, seguidas pela região Centro-Oeste (13,5%), região Sudeste (11%) e região Sul (10,5%).

Pensar a gravidez na adolescência também implica olhar os dados que revelam a sobrecarga de demandas domésticas, a meninas que por questões sociais e econômicas, assumem mais responsabilidades desde cedo, ainda quando não se tornam mães.

⁷¹ Artigo “Apesar de redução, Brasil ainda apresenta dados elevados de gravidez e maternidade na adolescência, apontam especialistas”, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-ainda-apresenta-dados-elevados-de-gravidez-e-maternidade-na-adolescencia>

⁷² Artigo “Apesar da redução dos índices de gravidez na adolescência, Brasil tem cerca de 19 mil nascimentos, ao ano, de mães entre 10 a 14 anos”, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/apesar-da-reducao-dos-indices-de-gravidez-na-adolescencia-brasil-tem-cerca-de-19-mil-nascimentos-ao-ano-de-maes-entre-10-a-14-anos>

Um relatório da Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Ministério do Trabalho⁷³ revelou que, no Brasil, pelo menos 7,1 milhões de jovens entre 14 e 24 anos não estão envolvidos nem no mercado de trabalho nem nos estudos, sendo denominados “nem-nem”. Cerca de 60% desse grupo é composto por mulheres, a maioria das quais têm filhos pequenos, e aproximadamente 68% são pretas ou pardas.

A gravidez na adolescência impacta diretamente a saúde mental das meninas, assim como impactam o desestímulo à criação de projetos de vida e ao não seguimento da carreira acadêmica. Pensarmos no debate de prevenção à evasão escolar implica em construirmos dentro dos espaços de ensino uma rede de apoio aos alunos com filhos ou gestantes. A comunidade escolar precisa oferecer instrumentos para que essas meninas se formem e busquem se profissionalizar, dado que a gravidez na adolescência é um fator determinante para a transmissão intergeracional da pobreza.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Apresente conteúdos e/ou estudos de caso com exemplos de jovens mães no Brasil como o documentário “Gravidez na adolescência, drama que persiste no Brasil”, da DW Brasil (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oGwl8e-A2Qw>). Reflita com o grupo sobre as razões pelo qual o Brasil é o segundo país do mundo com maiores taxas de gravidez no Brasil, os desafios impostos a estes jovens para continuar os estudos, a importância do apoio familiar, de políticas sociais e dos projetos de apoio a esta parcela da população.



PARA SABER MAIS:

- **CADERNO** “Projetando Futuros”, do Instituto Promundo e Banco Mundial. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/caderno-projetando-futuros/?lang=portugues>
- **ARTIGO** “Somos o 2º país com as maiores taxas de gravidez na adolescência”, do Estadão. Disponível em <https://www.estadao.com.br/emails/carolina-delboni/somos-o-2o-pais-com-as-maiores-taxas-de-gravidez-na-adolescencia/>
- **ARTIGO** “Gravidez na adolescência: quais são os impactos?”, de Maiara Ribeiro. Disponível em <https://drauziovarella.uol.com.br/mulher/gravidez-na-adolescencia-quais-sao-os-impactos/>
- **RELATÓRIO** “Saúde Materna de Mulheres e Meninas Afrodescendentes nas Américas”, do UNFPA, UNICEF, ONU Mulheres, OPAS e NBEC. Disponível em inglês em https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/publicacao_morte_materna_mulheres_negras.pdf
- **RELATÓRIO** “Situação da População Mundial 2023 – 8 Bilhões de Vidas, Infinitas Possibilidades: Em defesa de direitos e escolhas”, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Disponível em <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2023-ptbr-web.pdf>

⁷³ Artigo “Mais de 7 milhões de jovens brasileiros não estudam nem trabalham, diz Ministério do Trabalho”, do Jornal da Globo. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2023/05/27/nem-nem-71-milhoes-de-jovens-brasileiros-nao-estudam-nem-trabalham-diz-ministerio-do-trabalho.ghtml>

MASCULINIDADES

O termo “gênero” se refere à construção social do que é ser homem e ser mulher, a performance social construída ao longo dos anos que define como nos vestimos, os nossos papéis sociais, as profissões que podemos sonhar em ter, em suma, gênero é um dos marcadores que moldam toda a nossa experiência humana.

Por muitos anos, falar de gênero se concentrava em pensar sobre ser mulher e pouco se enfocou na construção social do ser homem, o que designamos como masculinidades. Falar de masculinidades é falar sobre os estereótipos, comportamentos e papéis sociais designados a esse ser homem em nossa sociedade.

Se pensarmos gênero como categoria para trabalharmos as desigualdades presentes em nosso cotidiano, se torna evidente que dentro do contexto em que estamos inseridos, o ser homem exerceu um papel de dominação pública e privada das mulheres e pessoas de outras identidades de gênero ao longo da nossa história. Porém falar de um ser homem abstrato e generalizado, ou melhor, pensar as masculinidades como algo homogêneo é um equívoco: as masculinidades se diferem e são atravessadas por distintos marcadores como classe, raça/etnia, geração e orientação sexual, reproduzidos por nossas instituições sociais como a família, a escola, o Estado, o local de trabalho, entre outros. Estas inter-relações perpassam a vida desse “ser homem” na sociedade brasileira.

Existem masculinidades que são tidas como hegemônicas e masculinidades que são subalternas em nossa sociedade. O lugar da hegemonia é atribuído ao homem branco, heterossexual e cisgênero, enquanto as posições subalternas são reservadas aos homens negros, indígenas e aos demais que não se enquadram neste padrão branco e heteronormativo. Esse pensamento foi elaborado pela antropóloga colombiana Mara Viveros Vigoya, que em seu livro “As Cores das Masculinidades” fala sobre a ilusão simétrica de que todos os homens exercem dominação igual, porém basta olharmos para recortes de renda, encarceramento e escolaridade que se evidencia que entre os homens existe uma hierarquia de poder onde homens também estão sujeitos à dominação dos homens hegemônicos.

Os homens hegemônicos construíram as regras de como deve ser a performance das masculinidades e os homens subalternos estão sujeitos a reproduzirem esses estereótipos, a fim da manutenção de uma ilusão de dominância social. Para a autora, “muitos homens dominados têm agido como se acreditassem que fortalecer sua masculinidade e autoridade sobre as mulheres fosse uma parte essencial de sua emancipação.”⁷⁴

O homem violento, que mata e morre em números desproporcionais em nossa sociedade, não passa de uma construção social das masculinidades hegemônicas. De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2022⁷⁵, as vítimas de maus tratos e lesão corporal em idade de primeira infância (de 0 a 6 anos) são em sua maioria meninos. Porém, ao observar os números de lesão corporal e violência física de outras faixas etárias se observa que as meninas passam a ser as maiores vítimas desse tipo de violência. Esses

⁷⁴ VIGOYA, Mara Viveiros. As cores da masculinidade: Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2018.

⁷⁵ “Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/anuario-16/>

dados nos obrigam a fazer uma reflexão de como estamos criando nossos meninos em nossa sociedade. Existe uma brutalização desses corpos, a fim de moldar esses futuros seres homens, que, por sua vez, poderão reproduzir a linguagem aprendida desde a tenra idade, a linguagem da violência.

É importante entender que não é só no espaço doméstico que se aprende formas violentas de ser homem. A escola tem um papel importante de perpetuação desse modelo machista de ser homem, assim como tem o papel importante de desconstruir esse modelo e promover espaços onde nossos meninos possam aprender que ser homem não significa ser dominante ou violento, e promover masculinidades baseadas no cuidado, autocuidado e não violência.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Leia para a turma algumas frases populares relacionadas a gênero e que interferem na cristalização de estigmas relacionados às masculinidades como “meninos não choram”, “meninos não conseguem cozinhar e cuidar da casa direito”, “homens tem a obrigação de custear todos os gastos domésticos”, “homens não tem habilidade para cuidar de crianças” etc. Reflita coletivamente sobre cada uma destas frases e sobre os impactos sociais e psicológicos destes estigmas.



PARA SABER MAIS:

- **CADERNO** “Manual H: Trabalhando com Homens Jovens”, do Instituto Promundo, ECOS, Instituto Papai, Salud Y Genero. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/manual-h-trabalhando-com-homens-jovens/>
- **CADERNO** “Programa HMD: Manual Engajando Jovens na Promoção da Equidade de Gênero”, do Instituto Promundo, ECOS, Instituto Papai, Salud Y Genero. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/programa-hmd/>
- **CADERNO** “Manual M: Trabalhando com Mulheres Jovens”, do Instituto Promundo, ECOS, Instituto Papai, Salud Y Genero. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/manual-m/>
- **“17º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA”**, de Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.
- **ARTIGO** “Masculinidades no contexto escolar: como a temática é abordada em artigos publicados em dossiês de periódicos nacionais”, de Luciana Aparecida Siqueira Silva e Elenita Pinheiro de Queiroz Silva. Disponível em <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9630/7383>
- **EPISÓDIO** “Masculinidade Tóxica”, da série Que Corpo É Esse? do Canal Futura. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=N_5XQxXJaJE&t=2s
- **REPORTAGEM** “Projeto ‘Papo de baile do mais um’ reúne homens periféricos para debater sobre masculinidade e discutir seus efeitos na sociedade”, do Globo Comunidade. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/12088423/?s=0s>

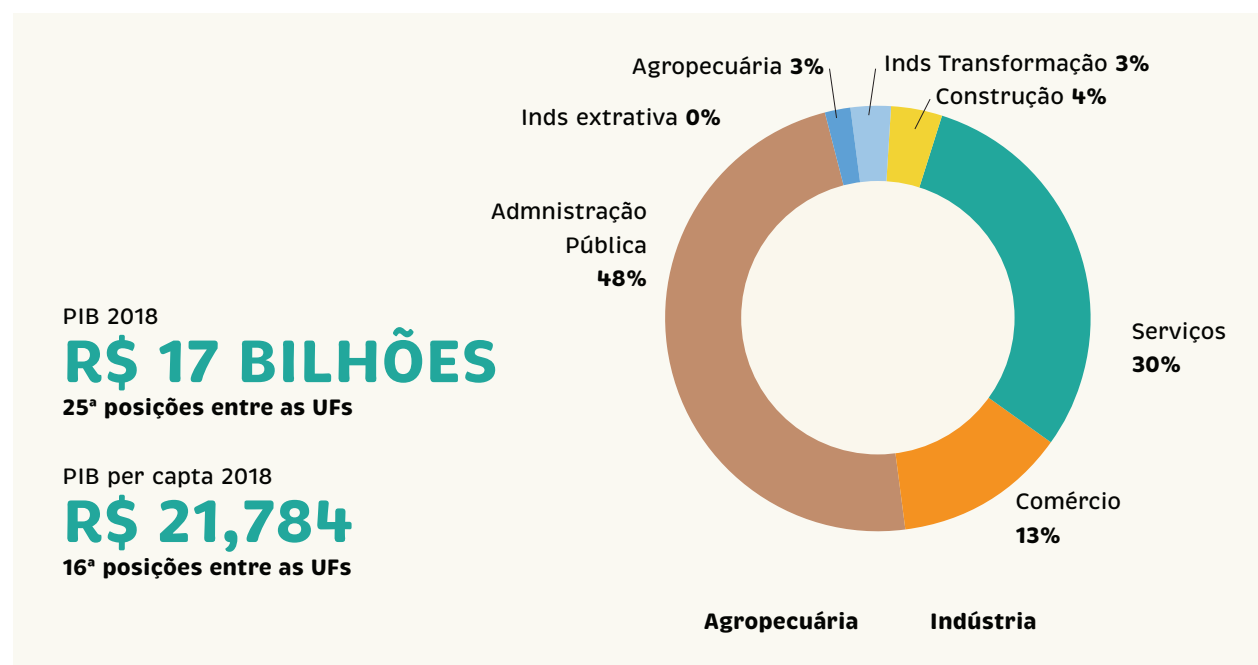
DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

A desigualdade é um fenômeno universal que atravessa fronteiras, manifestando-se de diferentes formas nas sociedades em todo o mundo. Ela reflete disparidades significativas no acesso a recursos, oportunidades e poder entre diversos estratos da população, sendo uma característica intrínseca às dinâmicas sociais. Nesse contexto, a análise das questões relacionadas à educação se torna essencial, tornando imprescindível compreender a diferença fundamental entre desigualdade e equidade. Além disso, é crucial explorar as complexas dimensões da desigualdade racial e de gênero, assim como investigar a desigualdade socioeconômica.

A desigualdade diz respeito às disparidades ou diferenças na distribuição de recursos, oportunidades e poder entre indivíduos, grupos ou comunidades dentro de uma sociedade. Ela pode se manifestar de diversas maneiras, como desigualdade de renda, de acesso à educação, de acesso à saúde, entre outras.

Por outro lado, a equidade refere-se à busca pela justiça e imparcialidade na distribuição de recursos, oportunidades e benefícios. Envolve a promoção do tratamento justo e igualitário, levando em consideração as diferenças individuais e as circunstâncias específicas de cada pessoa ou grupo. Em resumo, a equidade almeja a igualdade de oportunidades e resultados, independentemente das desigualdades iniciais, visando à justiça e ao bem-estar de todos os membros da sociedade.

O Amapá, que celebrou recentemente o 35º aniversário de sua transição ao status de estado em 2023, é um Estado localizado na Região Norte do Brasil. Sua singularidade reside na notória escassez de vias terrestres de acesso, um fator preponderante para os consideráveis desafios que enfrenta em termos de desenvolvimento econômico. Ao examinarmos os indicadores socioeconômicos do Amapá, podemos identificar as seguintes situações:



FONTE: Contas Nacionais - IBGE, BC, Secex

Como podemos observar o Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá é comparativamente baixo em relação a muitos outros estados brasileiros. Isso se deve a sua economia pequena e diversificada. Este indicador somado a outros com alta taxa de desemprego que historicamente o Amapá enfrenta, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e uma renda per capita no inferior à média nacional, nos coloca com um dos estados onde a desigualdade social é muito significativa entre grupos populacionais e regiões geográficas.

Nesse cenário de desafios econômicos, a educação se apresenta como um dos grandes problemas, com altas taxas de analfabetismo e desigualdade no acesso à educação. A qualidade da educação varia consideravelmente no Amapá.

É fundamental destacar também como ponto crítico a evasão escolar, que apresentou taxas preocupantes de 8,2% em 2021 e 7,2% em 2022⁷⁶ entre os alunos que iniciaram o ano letivo no ensino médio, conforme relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A evasão escolar no Amapá, assim como em muitas outras regiões, está intrinsecamente ligada a diversas causas de natureza econômica, com a pobreza se destacando como um fator preponderante. Em famílias de baixa renda, a luta constante para suprir necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde, muitas vezes torna a educação um luxo inalcançável. Isso, por sua vez, leva muitas crianças a abandonar a escola em busca de meios para auxiliar financeiramente suas famílias.

A análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados brasileiros se revela como uma das principais ferramentas para compreender a disparidade entre as unidades federativas e identificar quais regiões desfrutem dos mais elevados padrões de qualidade de vida. O IDH considera indicadores fundamentais, como educação, saúde e renda, permitindo uma avaliação mais abrangente da qualidade de vida da população.

O Amapá enfrenta um desafio significativo nesse cenário, registrando uma das maiores proporções de habitantes vivendo em condições de pobreza⁷⁷. O percentual de pessoas com renda inferior a R\$ 406 por mês, critério estipulado pelo Banco Mundial, aumentou de 41,5%, para alarmantes 45,9%, abarcando mais de 300 mil amapaenses nessa situação.

Observe que, em relação ao IDH, o Amapá ocupa a 25ª posição entre os 16 estados brasileiros avaliados, obtendo um índice de 0,688. Essa marca é notadamente baixa em comparação com os três estados mais bem colocados, Distrito Federal (0,814), São Paulo (0,806) e Santa Catarina (0,792). Esses números realçam as profundas disparidades e desafios que o Amapá enfrenta em sua busca por melhor qualidade de vida e educação de qualidade para sua população.

Além da persistente pobreza, o trabalho infantil se destaca como um fator crítico nas áreas economicamente desfavorecidas, a exemplo do estado do Amapá. Nessas regiões, é uma realidade comum que crianças se vejam compelidas a assumir ocupações desde tenra idade, a fim de contribuir para o sustento de suas famílias.

76 Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>

77 “Indicadores socioeconômicos do Estado do Amapá 2018-2020”, do Governo do Estado do Amapá. Disponível em https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEPLAN_427f47d6daaeb67d703e5783a8d2faab.pdf

Com uma população total de 733.508 habitantes, estima-se que, no Amapá, aproximadamente 203.369 crianças com idades entre 5 e 17 anos estejam envolvidas em atividades laborais, desempenhando funções que variam desde atendentes de lojas e vendedores até trabalhadores administrativos e agricultores. É importante notar que o trabalho infantil frequentemente entra em conflito com a educação, o que, por sua vez, contribui significativamente para a taxa de evasão escolar. Além disso, muitas crianças se veem na posição de cuidar de irmãos mais novos, o que também impacta negativamente a frequência escolar.

Para combater a evasão escolar e melhorar a qualidade da educação é fundamental adotar estratégias como programas de apoio, envolvimento ativo dos pais e responsáveis, currículos escolares atraentes e relevantes, combate ao bullying e conscientização sobre a importância da educação. No entanto, é igualmente crucial fornecer treinamento adequado aos professores para que possam identificar e apoiar melhor os alunos em risco de evasão, contribuindo assim para a construção de um futuro mais promissor para as gerações do Amapá.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Organize com a turma uma pesquisa que relacione os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com a realidade local. Após a apresentação das reflexões dos alunos, liste com o grupo algumas propostas que possam contribuir para o cumprimento das metas. Todas as metas das ODS estão no site <https://www.estrategiaods.org.br/conheca-os-ods/>



PARA SABER MAIS:

- **DEBATE** “Educação e Desigualdades Sociais” do Canal Futura, com Dalila Saldanha, André Lázaro, Caio Sato e Chico Soares. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-QGAzhXEh5M>
- **ARTIGO** “Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora” de Raquel Souza Lobo Guzzo e Antonio Euzébio Filho. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005
- **ARTIGO** “A persistência das desigualdades educacionais no Brasil, em 4 pontos”, de Esmeralda Correa Macana e Rayssa Bolelli. Portal Nexa, disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2023/A-persist%C3%Aancia-das-desigualdades-educacionais-no-Brasil-em-4-pontos>
- **RELATÓRIO** “Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil”, de Unicef Brasil. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2022>

CONSTRUÇÃO DE REDES DE APOIO PARA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE EVASÃO/ABANDONO ESCOLAR

Como abordado no texto sobre “Intersetorialidade” do capítulo anterior, a permanência do aluno na escola, muitas vezes não depende apenas de fatores internos como a melhoria do ambiente escolar, mas envolvem situações de violência e/ou contextos de vulnerabilidade extrema dos alunos e suas famílias. Por este motivo, além de conhecer o papel de cada integrante do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, é importante que a escola estreite pontes de diálogo e atuação com estes equipamentos. Além disso, pelo fato do abandono e da evasão escolar serem questões complexas e muitas vezes motivadas por mais de uma causa, estas precisam ser preocupações da sociedade como um todo: educadores e alunos, família, governo e sociedade.

Dentro do ambiente escolar, muitas vezes as situações de discriminação, bullying, agressões e violências físicas são ignoradas pelas pessoas que deveriam ser responsáveis por prevenir ou encaminhar adequadamente os casos. Apesar de não serem os agressores, os profissionais que observam situações que por lei são inaceitáveis ou ilegais sem tomar as atitudes cabíveis, acabam se tornando coniventes. Vale ressaltar que o capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar e elevados níveis de repetência. Ou seja, quando o abandono escolar e/ou os conflitos internos assumem dimensões mais complexas, muitas vezes o Conselho tutelar, os equipamentos de assistência social ou até mesmo a polícia precisam ser acionados.

Uma estratégia que tem se mostrado bastante eficaz quando o abandono e a evasão escolar já são uma realidade, e que utiliza o fortalecimento da rede escolar com bons resultados são os mecanismos de Busca Ativa⁷⁸. Esta metodologia social e ferramenta tecnológica desenvolvida pelo UNICEF é disponibilizada gratuitamente para estados e municípios e tem o objetivo de apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças, adolescentes e jovens que estão fora da escola ou em risco de evasão. Ela reúne representantes de diferentes áreas no atendimento a estes jovens e suas famílias – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento etc., fortalecendo, dessa forma, toda a rede de proteção.

Junto com essa metodologia é possível criar ferramentas para o compartilhamento de informações sobre os alunos e suas famílias, favorecendo a criação de estratégias conjuntas para evitar que, depois de rematriculadas, essas crianças novamente parem de estudar. Neste intuito, associações de bairro e associações religiosas também podem se engajar para fortalecer este círculo protetivo.

78 Disponível em <https://buscaativaescolar.org.br/>



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Realize com os alunos atividades sobre convivência com temas como comunicação não violenta, mediação de conflitos, empatia e respeito. Na sequência, organize com eles um comitê de monitoramento das situações de abandono escolar, de forma que os próprios sejam capazes de sinalizar situações que devam ser acompanhadas pela gestão, dando encaminhamento adequado a cada um deles. Rodas de diálogo periódicas entre os alunos também podem ajudar a fortalecer este fluxo de acompanhamento.



PARA SABER MAIS:

- **ARTIGO** “Busca ativa: intersectorialidade para combater a evasão escolar”, do Observatório de Educação do Instituto Unibanco. Disponível em <https://observatorio.deeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimedia/detalhe/busca-ativa-intersectorialidade-para-combater-a-evasao-escolar>
- **ARTIGO** “Rede de apoio à gestão escolar é crucial no combate à evasão”, do Portal Porvir. Disponível em <https://porvir.org/rede-de-apoio-a-gestao-escolar-e-crucial-no-combate-a-evasao/>

FAMÍLIAS NA ESCOLA: JUNTOS, CONSTRUINDO O FUTURO DOS ALUNOS

Na jornada da educação, todos nós desempenhamos papéis importantes. Os professores são guias, os alunos são aprendizes, e as famílias são parceiras cruciais. Quando famílias e escolas trabalham juntas, o potencial dos alunos se expande e suas realizações crescem.

O envolvimento com as famílias, no contexto escolar, refere-se à parceria entre educadores e os pais ou responsáveis pelos alunos. Envolve a comunicação constante, a colaboração e o apoio mútuo para garantir o desenvolvimento e o sucesso acadêmico e pessoal das crianças. O envolvimento vai além das reuniões escolares, abrangendo um relacionamento contínuo.

Aquela antiga ideia de que os pais só são chamados à escola para resolver problemas dos filhos, precisa ser superada. Precisamos reforçar uma nova maneira de desejar a presença dos pais, e a melhor estratégia é estabelecendo parceria entre a escola e os familiares dos alunos. Fazer momentos de escuta com as famílias é uma forma de mostrar a importância desta parceria, até porque os pais não são profissionais da educação, mas são profissionais dos seus filhos e este parece um bom motivo para escutá-los.

Se nós queremos o sucesso dos alunos, precisamos instigar a participação das famílias na escola. Segundo Santana *et al.*⁷⁹ “[...] para que os pais tenham interesse em dialogar com a escola, em participar do processo educativo dos filhos, é necessário que se sintam acolhidos e valorizados pela instituição escolar. Essa é uma preocupação que a escola precisa ter se quiser favorecer que a aproximação aconteça” (2022, p. 06).

POR QUE A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS É IMPORTANTE PARA O(A) PROFESSOR(A)?

Melhor Compreensão dos Alunos: Ao envolver as famílias, os professores podem obter informações valiosas sobre o contexto e as necessidades individuais de cada aluno. Isso permite a personalização do ensino, tornando-o mais eficaz.

Apoio no Desenvolvimento dos Alunos: O apoio dos pais é fundamental para o sucesso acadêmico. Professores podem receber apoio adicional em casa, como a criação de um ambiente de aprendizado favorável e o estímulo ao estudo e à leitura.

Resolução de Problemas: As famílias podem identificar problemas ou desafios que os professores podem não perceber imediatamente. Trabalhando em equipe é mais fácil superar obstáculos.

POR QUE O ENVOLVIMENTO COM AS FAMÍLIAS É IMPORTANTE PARA O ALUNO?

Sentimento de Apoio: Alunos que sabem que suas famílias e professores estão trabalhando juntos se sentem mais apoiados em sua jornada educacional, o que pode aumentar sua autoestima e confiança.

Redução do Abandono Escolar: O envolvimento dos pais pode ser um fator crucial na prevenção do abandono escolar, mantendo os alunos comprometidos e interessados em sua educação.

Conexão Escola-Casa: A participação das famílias constrói uma forte ponte entre a escola e a casa. Isso cria um ambiente de aprendizado contínuo e ajuda a alinhar as expectativas. Quando todos caminham juntos em direção ao mesmo objetivo, torna-se mais fácil atingi-lo.

Bem-Estar dos Alunos: Quando as famílias se envolvem, os alunos se sentem valorizados e apoiados. Isso pode melhorar o bem-estar emocional e o desempenho acadêmico.

⁷⁹ Livro “Escola e Família: Participação dos Pais na Escola”, de Cláudia Próspero de Santana, Francislene Andreia Berti Rossi, Patrícia Farias da Silva e Karem Cristine Pirola Narimatsu. Disponível em <https://downloads.editoracientifica.org/books/978-65-5360-079-9.pdf>

QUAIS OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO ENVOLVIMENTO COM AS FAMÍLIAS?

A implementação do envolvimento das famílias na educação, embora seja altamente benéfica, também pode ser desafiadora. Abaixo, vou descrever alguns dos desafios comuns associados a essa prática:

Barreiras de Comunicação: Muitas vezes, a comunicação entre escola e família pode ser prejudicada por barreiras linguísticas, culturais ou devido a problemas de tempo. Nem todas as famílias têm fácil acesso à tecnologia ou à escola, o que pode dificultar a comunicação regular.

Diversidade Familiar: As famílias podem ser muito diversas em termos de estrutura, valores culturais, crenças religiosas e situações sociais. Compreender e respeitar essa diversidade pode ser um desafio para os educadores.

QUE BOAS PRÁTICAS PODEM SER COMPARTILHADAS?

Comunicação Aberta: Mantenha linhas de comunicação abertas com as famílias. Use bilhetes, e-mails, mensagens de texto pelo celular e reuniões regulares para compartilhar informações sobre o progresso dos alunos e eventos escolares.

Envolvimento em Eventos Escolares: Organize eventos escolares, como noites de pais, feiras de ciências e apresentações culturais, para que as famílias participem e se sintam parte da comunidade escolar.

Voluntariado: Incentive os pais a se voluntariarem na escola, seja como ajudantes em eventos simples ou especiais. O tempo que dedicam, cria laços valiosos.

Reconhecimento e Valorização: Reconheça e valorize as contribuições das famílias de forma regular. Um simples “obrigado” pode fazer toda a diferença.

Promover o envolvimento das famílias na educação requer esforço e compromisso contínuos por parte das escolas e dos educadores. Ao adotar essas boas práticas, é possível criar um ambiente mais colaborativo e favorável ao aprendizado, beneficiando tanto os alunos quanto suas famílias.

E lembrem-se, não há uma fórmula única para o envolvimento das famílias. Cada escola é única, assim como as famílias que atendemos. O importante é reconhecer a importância das famílias na educação e criar oportunidades para que todos possam se envolver.



COMO TRATAR ESSE ASSUNTO EM SALA DE AULA?

Promova atividades e/ou aulas em que os responsáveis possam participar com os alunos: atividades esportivas como queimado, aulas de dança e gincanas, ou mesmo aulas de ciência com experimentos que devem ser realizados em parceria. Outra alternativa é convidar alguns membros das famílias dos alunos para dar aulas especiais, de acordo com suas profissões e/ou afinidades com os temas que serão tratados nas aulas. Estas atividades conjuntas aproximam os responsáveis do cotidiano escolar e dos profissionais da escola, permitindo que participem mais ativamente da vida estudantil dos alunos.



PARA SABER MAIS:

- **ARTIGO** “Estimular o entusiasmo de pais e prestadores de cuidados para aprendizagem em todas as esferas da vida”, de Amy Jo Dowd, Lauren Pisani, Caroline Dusabe, Holly-Jane Howell. Unicef Brasil, disponível em <https://www.unicef.org/esa/media/6806/file/EducationThinkPieces-3-Parents-and-caregivers-PT.pdf>
- **CARTILHA** “Parceria família-escola: benefícios, desafios e proposta de ação”, de Ministério da Educação (MEC) e Unesco. Disponível em https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/parceria_familia_escola_vf.pdf
- **ARTIGO** “Colaboração entre pais e escola: educação abrangente”, de Roseli Schultz Chiovitti Cavalcante. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v2n2/v2n2a09.pdf>
- **ARTIGO** “A importância da participação dos pais na educação dos filhos no contexto escolar”, de Stefania Germano Dias, Flávio Pereira de Oliveira, Josefa Nandara Pereira de Souza, Larissa Brito da Silva e Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna. Disponível em https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA6_ID1840_24072015180937.pdf

ATIVIDADE DE IMERSÃO:

Trabalhar para a equidade é dever de todos

OBJETIVO: Problematicar como as desigualdades socioeconômicas impactam na qualidade da aprendizagem e na permanência na escola.

PÚBLICO: Alunos do segundo ciclo do ensino fundamental e ensino médio (mas pode ser adaptada para professores).

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: fita crepe, *flipchart* ou quadro e caneta pilot.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

ETAPA 1 - JOGO DO PRIVILÉGIO* (30 MIN)

Receba o grupo com marcações, no chão da sala, feitas com fita crepe: 10 linhas paralelas com uma distância média de 40 cm entre elas. Peça para que o grupo se posicione antes da primeira linha, um ao lado do outro e de frente para as linhas no chão, e os convide a participar de um jogo onde cada um deles serão peças que se movem de acordo com suas próprias histórias de vida. Faça perguntas aos participantes, ordenando que deem passos para frente ou para trás:

1. Se você considera que tem uma boa convivência com a sua família, dê um passo adiante.
2. Se os seus pais trabalham finais de semana para sustentar a sua família, ou se seus responsáveis passam mais tempo fora trabalhando do que com você em seus tempos livres, dê um passo para trás.
3. Se você não conhece a origem da sua família, dê um passo atrás.
4. Se seus pais têm nível superior, dê um passo adiante.
5. Se você tem babá, diarista, ou alguém vai a sua casa fazer serviços domésticos pagos para sua família, dê um passo adiante.
6. Se ganha mesada, dê um passo adiante.
7. Se sua casa já encheu de água ou se já perdeu algum bem por morar em área de risco, dê um passo para trás.
8. Se nunca precisou de programa do governo (Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida etc.) dê um passo adiante.
9. Se nunca teve quarto próprio, passo para trás.
10. Se você não tem dificuldade de chegar diariamente na escola, dê um passo para a frente.
11. Se você teve problemas para fazer amigos na escola, dê um passo para trás.
12. Se já ouviu piadas por conta da cor da sua pele ou tipo de cabelo, dê um passo para trás.
13. Se já sofreu por *bullying* ou piadas por conta de aspectos em você não poderia mudar, dê um passo para trás.

14. Se já teve vergonha de suas roupas e/ou sua casa, dê um passo para trás.
15. Se tem acesso fácil a um médico toda vez em que encontra necessidade, dê um passo para frente.
16. Se você pode se locomover no seu bairro sem medo de sofrer *bullying* (por raça, cabelo, religião, sexualidade), abuso ou violência sexual, dê um passo adiante.

Após a conclusão das perguntas, reflita com o grupo sobre os sentimentos envolvidos nesta prática, as diferentes posições e a distância entre os participantes do jogo, bem como a forma que isso reflete a própria sociedade brasileira:

1. Quem são as pessoas que estão majoritariamente na frente? E atrás?
2. Por que existe essa diferença?
3. Quais são as barreiras de acesso e desenvolvimento social enfrentadas pela população negra e/ou mais pobre no Brasil?
4. De que forma esta dinâmica expõe as desigualdades socioeconômicas no nosso país? E na escola?
5. Quais são as consequências destas diferenças de acesso e oportunidades para o desempenho escolar?

Encerre esse momento problematizando como os preconceitos, as desigualdades e a falta de acessos igualitários às oportunidades impactam no processo de aprendizagem.

ETAPA 2 – IDENTIFICANDO BARREIRAS E PROPONDO ALTERNATIVAS (20 MIN)

Ao final do jogo proponha à turma uma atividade coletiva dividida em duas etapas: na primeira eles irão apontar pelo menos duas barreiras que atrapalham o pleno desenvolvimento educacional dos seguintes grupos:

- Meninas
- Meninos negros
- Indígenas
- Ribeirinhos
- Quilombolas
- Alunos com deficiência
- Alunos LGBTQIAP+
- Alunos em vulnerabilidade financeira

Após a identificação destas barreiras, reflita caminhos de inclusão para estes grupos, tanto a partir da criação de políticas públicas como em atividades cotidianas dentro do contexto escolar.

(*) Atividade adaptada do Jogo do Privilégio Branco, desenvolvido pelo Instituto Identidade do Brasil (ID_BR). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MuoE3IJZoZU>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente escolar deve ser saudável, acolhedor e comprometido com a formação humana integral e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular brasileira. A escola, enquanto espaço preparatório para os desafios da vida em sociedade, precisa ser um local em que os alunos aprendam a resolver seus conflitos de forma mais assertiva, dialógica e cooperativa. Um espaço em que se deve aprender o valor da coexistência humana baseada no respeito, solidariedade, igualdade de oportunidades e garantia de direitos fundamentais. Desta maneira o aluno será capaz de respeitar o outro, acolher e valorizar a diversidade, entendendo-se como parte de um coletivo.

Entretanto, como um microcosmos da sociedade brasileira, na maioria das escolas as situações de racismo, discriminação, *bullying*, machismo, ameaças, violência física e exclusões diversas se multiplicam. A face mais visível deste fenômeno está nos embates entre pares, entretanto, as violências simbólicas e institucionais também desempenham um papel decisivo no abandono e na evasão escolar. A realização de ações permanentes de prevenção, a formação continuada de professores para diversos temas relacionados e abordagens adequadas é urgente.

Ao considerarmos ainda a diversidade territorial, étnica e racial do estado do Amapá neste contexto, é preciso reconhecer esta diversidade como potência, fazendo com que os alunos se sintam acolhidos, que tenham suas identidades, cultura e saberes reconhecidos e especificidades respeitadas, sejam eles ribeirinhos, quilombolas, negros, indígenas, portadores de deficiência, do campo ou da cidade. Pensar em uma escola onde o aluno deseje e veja sentido em estar, é pensar em uma escola para todos que ali estão, sem exceções.

Por outro lado, a escola precisa reconhecer o papel vital que desempenha na proteção social de crianças e adolescentes, especialmente em um país em que esta parcela da população sofre altos índices de violência doméstica, impactando seu desempenho escolar e sua permanência

em sala de aula. Educadores devem estar aptos a reconhecer as especificidades de seus alunos e preparados para prevenir, identificar e encaminhar adequadamente situações de depressão, automutilação, violência intrafamiliar, insegurança alimentar, trabalho infantil, violências sexuais, entre outras vulnerabilidades as quais os alunos estão submetidos.

Os desafios são imensos e essa travessia não precisa ser solitária. Garantir a permanência, em sala de aula, dos alunos da rede pública do Amapá é tarefa coletiva: escola, família e todo Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes devem estar atentos e dedicados a esta questão. O apoio destes equipamentos e de seus diversos programas sociais, sobretudo nos casos em que o motivo do afastamento da escola extrapola o que acontece dentro de seus muros, é fundamental. Além disso, existem diversas metodologias já testadas que podem contribuir para estes desafios. Várias foram sugeridas nas páginas deste caderno, mas cada unidade escolar pode trilhar sua própria jornada, adequada a sua realidade e a necessidade de seus alunos.

SIGAMOS JUNTOS!



Logo 03.png

